



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL – PPGPSI
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

BRUNA CLÉZIA MADEIRA NERI

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXTREMA POBREZA: TRAVESSIAS DE
(R)EXISTÊNCIA

PORTO ALEGRE

2016

BRUNA CLÉZIA MADEIRA NERI

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXTREMA POBREZA: TRAVESSIAS DE
(R)EXISTÊNCIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

PORTO ALEGRE

2016

BRUNA CLÉZIA MADEIRA NERI

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXTREMA POBREZA: TRAVESSIAS DE
(R)EXISTÊNCIA**

16 de Março de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi – Orientador (PPGPSI- UFRGS)

Profa. Dra. Cristiane Davina Redin Freitas (UNISC)

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda (PPGS – UFRGS)

Profa. Dra. Jaqueline Tittoni (PPGPSI – UFRGS)

*Ao meu pai, que desde sempre me ensinou a
tentar enxergar o mundo sob o olhar do outro.
Homem cuja força contrasta de forma espantosa
com a doçura e humildade que traz no coração.
Sua nobreza de espírito me faz estar aqui hoje,
acreditando e defendendo as causas que tanto
prezo numa psicologia social mais crítica e
humana.*

AGRADECIMENTOS

Deixo um agradecimento especial a meus pais, que me apoiaram incondicionalmente no sonho louco de me mudar para a outra ponta do país. Vocês foram incríveis, ficar longe de ambos foi a missão mais árdua pela qual passei.

Agradeço ao meu namorado, Cleyton, que na paciência da espera, respeitou minhas escolhas e esteve do meu lado o tempo todo, e mesmo nos momentos de ausência física, sua presença era sentida nas palavras e nos gestos de carinho. Você é meu porto seguro.

Agradeço ao meu orientador Pedrinho, que apostou em mim, me deu uma chance única e preciosa de demonstrar o que eu quero e quem eu sou. Obrigada por me acolher de forma tão generosa não só na UFRGS, mas no seu coração. Esta caminhada só foi possível através de seus sábios conselhos, que levarei para a vida.

Obrigada ao meu querido companheiro de lutas, Paulo Roberto. Sua intermediação foi fundamental para que esta pesquisa se concretizasse. Acompanhar de perto suas pelejas e entender melhor os descaminhos da assistência social através do seu amigoso apoio transformou minha forma de enxergar nossas práticas dentro da Psicologia. Admiro muito sua garra e a força com que abraça esta bandeira tão fragilizada em nosso país.

Também agradeço minha grande amiga e ex-orientadora, profa. Denise. As horas que dedicou na leitura do projeto e, posteriormente, na dissertação, os prudentes conselhos que me deu e todas as vezes que me tranquilizou e me amparou: não sei de que forma um dia conseguirei retribuir a altura tanto carinho e amizade. Palavras me faltam nessas horas.

Dedico este espaço para fazer um agradecimento especial à banca, composta pelos professores Fernando Cotanda, Cristiane Redin e Jaqueline Tittoni. Escrevendo esta breve página, imagino o dia em que finalmente estarei frente a frente com os três dialogando sobre os escritos que estão aqui e tenho certeza de uma coisa: vocês me trarão valiosas sugestões de aprimoramento, pois suas trajetórias denotam um comprometimento com as questões sociais que levanto.

Agradeço ao apoio dos meus queridos amigos do PPG de Psicologia Social e Institucional, André, Samantha, Elismar, Camila, Moisés e Israel por todo o afeto com que me receberam. Meus amigos de Sobral também entram na roda: Adriane, você foi e é uma das pessoas mais amáveis e prestativas que conheço. Suas palavras antes, durante e depois da tumultuada vida que levei nos últimos tempos, entre uma viagem e outra, de lá pra cá, me fortaleceram. Gracy,

você também tem um local exclusivo no meu coração, nada foi mais inspirador que nossas noites em claro divagando sobre os problemas do mundo!

Agradeço à CAPES pelo financiamento e apoio a esta pesquisa e a toda equipe do CRAS Dom José por terem tão gentilmente facilitado minha entrada na instituição.

Por fim, agradeço a todos os meus entrevistados. Cada história contada, cada lágrima derramada, cada risada contida, fiz o que pude para abrir o maior espaço possível e mostrar nestas páginas o quanto vocês são especiais.

Há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos, mas não há hoje, no mundo, um muro que separe os que têm medo dos que não têm medo. Sob as mesmas nuvens cinzentas vivemos todos nós, do sul e do norte, do ocidente e do oriente.

Mia Couto

RESUMO

Este trabalho propôs realizar um estudo sobre as representações sociais de sujeitos categorizados pelo governo como extremamente pobres enfatizando o que estes nos apresentaram acerca de suas vivências enquanto empobrecidos. A pesquisa qualitativa caminhou no sentido de investigar o que os interlocutores entendiam por pobreza, ser/estar pobre, bem como compreender quais tipos de dificuldades estes sujeitos enfrentam em seu cotidiano. Também buscamos estabelecer um comparativo entre o que o atual governo brasileiro identifica como uma situação de extrema pobreza e como os sujeitos empobrecidos, público-alvo das políticas públicas sociais de combate à miséria, descrevem a situação na qual vivem. Investigamos o que estas políticas propõem, de que forma são implementadas e quais os critérios utilizados para estabelecer categorizações sobre o universo da extrema pobreza. Através de entrevistas semiestruturadas, capturamos fragmentos de narrativas de vida dos interlocutores e, com aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais, bem como de autores que discutem a problematização do conceito de pobreza, construímos uma análise das falas, elencando oito dimensões de sentido estruturadas a partir do que os entrevistados apontaram em suas falas ao relatarem as durezas de seus cotidianos.

Palavras-chave: Extrema Pobreza, Representações Sociais, Políticas Públicas, Entrevistas Narrativas.

ABSTRACT

This work proposed to conduct a study of the social representations of subjects who were categorized by the government as extremely poor; emphasizing what the interviewees presented us regarding their life experiences as impoverished people. The qualitative research was developed aiming to investigate what the interlocutors understood by poverty, be/being poor, as well as understanding of what types of difficulties these subjects face in their daily lives. We have also sought to establish a comparative between what the present government identifies as an extreme poverty situation and as the impoverished subjects, target group of the social public policies to fight poverty, describe their current life situation. We have investigated, as well, concerning what such policies propose, how they are implemented, and which criteria are employed to establish categorizations regarding the extreme poverty universe. Through semi structured interviews, we were able to capture interlocutors' fragments of life narratives, and, with the theoretical-methodological support from the Social Representations Theory, as well as from authors who discuss the conundrum of the poverty concept, we have analyzed the speeches, and listed eight dimensions of meaning that were structured from what the participants showcased in their discourse when reporting their daily hardships.

Keywords: Extreme Poverty, Social Representations, Public Policies, Narrative Interviews.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSM- Brasil Sem Miséria

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DC- Diário de Campo

EN- Entrevista Narrativa

EP- Extrema Pobreza

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PBF- Programa Bolsa Família

PP- Política Pública

PS- Política Social

SEDS- Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza

TRS- Teoria das Representações Sociais

UC- Universos Consensuais

UR- Universos Reificados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dimensões da representação social dos entrevistados sobre a extrema pobreza...105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Caracterização do objeto e detalhamento dos objetivos.....	14
Apontamentos Metodológicos	16
Limites e desafios da investigação.....	21
 CAPÍTULO 1 – CENÁRIO GERAL DA EXTREMA POBREZA EM SOBRAL	 24
Uma cidade de tradição e opulência	24
As fronteiras do habitar.....	28
 CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTREMA POBREZA	 32
Como nasce uma política pública?	32
As linhas de pobreza nos labirintos da categorização	38
A mudez dos pobres e a surdez dos agentes públicos	43
 CAPÍTULO 3 – POR UM OUTRO OLHAR SOBRE O CONCEITO DE POBREZA	 52
A pobreza política como uma questão social: o que fazer com os inúteis para o mundo?.....	52
A rale e a subalternidade.....	58
Antinomia inclusão/exclusão: inclusão perversa ou exclusão integrativa?.....	62
 CAPÍTULO 4 – A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS MODOS DE (R)EXISTIR: VOZES DA EXTREMA POBREZA.....	 69
Considerações históricas sobre o surgimento da TRS	70
Usos e funções da TRS: um novo esforço interpretativo	74
Dimensões de Sentido sobre as Representações Sociais da Extrema Pobreza.....	80
1) A negação da pobreza e a personificação do diabo.....	81
2) A pobreza é assumida como uma situação de vergonha e desprezo	83
3) Desemprego e a desfiliação do mundo do trabalho no cotidiano dos empobrecidos	84
4) A pobreza é definida a partir da referência de ter ou não uma casa própria.....	87
5) O ritual do imprevisível: A pobreza é definida como não ter o que comer	90
6) Famílias em extrema pobreza apresentam conflitos envolvendo criminalidade	93
7) Os sonhos dos interlocutores: ter um emprego e dar uma vida melhor para os filhos	96
8) A rede de solidariedade de vizinhos e familiares: um auxílio emergencial	99

Possibilidades de uma síntese interpretativa	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

Por muitas vezes, me questioneei se este trabalho que agora toma forma seria de fato viável. Suas quase impossibilidades residiam nas tortuosas empreitadas que ele me impunha. Duarte (2002) nos diz que uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Não há nada de originalidade até aí, a não ser pelo fato de que, na pesquisa, o pesquisador vai mostrar um modo diferente de pensar e olhar determinada realidade. A apropriação, essa sim, é bem pessoal. Este é um relato de uma viagem que durou dois anos e me fez despertar em inúmeros lugares, alguns bem conhecidos, outros assustadoramente diferentes de tudo o que eu já havia visto, mas todos eles inspiradores para a escrita que hoje apresento.

Caracterização do objeto e detalhamento dos objetivos

Os estudos e pesquisas sobre pobreza são relativamente recentes e vêm, ao longo das últimas décadas, ganhando o gosto da mídia. É cada vez mais comum e cotidiano ver nos noticiários algum tipo de chamada envolvendo o tema. Diversas áreas do conhecimento abraçaram esta causa enquanto objeto de análise e investigação, o que culminou num gradativo crescimento de pesquisas sobre pobres no meio acadêmico. Pessoalmente, tornar a pobreza uma categoria de análise foi uma decisão que tomei ainda na graduação, quando estudei o impacto de notícias sobre pobres na mídia a partir da construção de manchetes e notícias de jornais voltadas para esse segmento. Meu campo era, na época, essencialmente documental, fato que me fez querer ir além caso encontrasse uma nova oportunidade de pesquisar. A chance veio com o mestrado e se expandiu. A partir do contato que tive com inúmeros voluntários de um projeto de extensão que discutia e construía intervenções voltadas para as desigualdades sociais, surgiu o interesse em aprofundar os estudos sobre o cotidiano não mais dos “pobres”, e sim de uma nova categoria que aos poucos ganhava espaço no debate público: a extrema pobreza.

Para tanto, construí essa pesquisa com o objetivo principal de identificar as representações sociais sobre pobreza a partir do ponto de vista de indivíduos categorizados pelo governo como extremamente pobres. Este objetivo se desdobra em outros três pontos de investigação: 1. Confrontar o conceito de Extrema Pobreza trazido pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) com as representações sociais dos sujeitos classificados nessa categoria; 2. Categorizar elementos constitutivos do referencial sobre

pobreza apontados pelos informantes da pesquisa; e 3. Conhecer as trajetórias de vida dos informantes da pesquisa.

O interesse em discutir este assunto veio da curiosidade de entender melhor o termo “Extrema Pobreza”, que só era até então bem conhecido dentro dos manuais de macroeconomia, vindo realmente a ser citado a partir de 1990, quando o Banco Mundial, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial, criou uma linha econômica imaginária baseada na renda *per capita* para categorizar um sujeito como pobre ou extremamente pobre. Essa linha hoje equivale ao limite de US\$ 1,90 por dia (BRASIL, 2014). Pessoas que sobrevivem com menos que isso ao dia estão, assim, abaixo da *linha de pobreza*. No Brasil, o Governo Federal adota essa “linha” com um valor convertido em nossa moeda, o que equivale a 77 reais por mês e foi através desse parâmetro estatístico que o IBGE apontou no Censo de 2010 o percentual preocupante de 8,5 % da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, quase 10% dos habitantes de nosso país estão extremamente pobres.

Na última década, diversas Políticas Públicas nasceram e foram se transmutando para dar conta da chaga do pauperismo que devasta o Brasil. A formulação de planos, estratégias, programas e ações visando o combate à fome tomaram proporções mais amplas, projetos pequenos ganharam novas diretrizes e cresceram como é o caso do carro-chefe das Políticas Públicas Sociais do atual governo, o Programa Bolsa Família (PBF). Entretanto, o público-alvo de todas essas iniciativas não estava inserido nelas como era esperado. Por isso, em meados de 2011, o Governo Federal lançou por meio do Decreto Nº 7.492 o Plano Brasil sem Miséria (BSM), com o objetivo de superar a Extrema Pobreza até o final de 2014¹. Para construir uma comparação adequadamente clara sobre o conceito de pobreza trazido pelas políticas públicas que discutem esse tema, alicersei minha escolha na Análise Documental, e optei como aparato investigativo rever os documentos produzidos pelo governo sobre a questão da Extrema Pobreza a partir das discussões e produções levantadas com a aplicação do Plano Brasil sem Miséria. A escolha pela pesquisa documental vem de encontro à vantagem significativa que nos traz por ser um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador, do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados. (CELLARD, 2012).

Temos, então, um compêndio de artigos compondo os resultados do Plano, que foi lançado pelo MDS no fim de 2014, intitulado “O Brasil sem Miséria”, organizado pela atual

¹ Acesso em <http://www.brasilsemiseria.gov.br/apresentacao>, 21 de dezembro de 14. às 22hrs.

ministra Tereza Campello, dentre outros autores. Este livro, agregado a algumas produções complementares do governo, será uma base para averiguar a construção, elaboração e atuação de uma Política Pública voltada para especificamente para a Extrema Pobreza. Mesmo que o Plano Brasil sem Miséria seja apenas parte de um conjunto de medidas adotadas para erradicar a pobreza no país, ele é consistente para esta pesquisa por ter um enfoque direcionado essencialmente para os meus informantes.

Apesar de nosso país ter sido recentemente apontado no relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) como uma das nações com maior índice de erradicação da pobreza² no mundo, ainda há muito a ser feito, temos um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média da América Latina em termos de educação e expectativa de vida.³ Em 2010, o Índice de Exclusão Social (IES) foi de 0,63⁴ no Brasil, sendo as regiões geográficas do Norte e do Nordeste as principais responsáveis pela situação geral do índice, onde Alagoas (0,46), Maranhão (0,46) e Pará (0,46) constituem os Estados com os piores índices em contraponto com Santa Catarina (0,74), São Paulo (0,72) e Rio Grande do Sul (0,70) (GUERRA *et al.*, 2014).

Uma pátria com tamanha fissura abissal no quesito desigualdade social entre suas próprias macrorregiões ainda está longe de alcançar a tão desejada “qualidade de vida para todos”. Apesar de termos números de sobra para apresentar, apontando crescimento e avanços, é preciso desconfiar, refletir um pouco mais, pois, apesar de atual e pontual, nenhum dado estatístico referente à desigualdade social pode ser dado como indiscutível ou irredutível. Os números ainda que claros, são imprecisos, pois deixam o real problema mascarado por um véu de gráficos e indicadores que não dão conta de aprofundar com fidedignidade a raiz da conjuntura de miserabilidades que atravessamos diariamente no Brasil.

Apontamentos Metodológicos

Diante dessas dificuldades, vi um potencial enorme na investigação da Extrema Pobreza por uma via diferenciada. Com o aporte da Teoria das Representações Sociais, referencial vital para a edificação deste trabalho, construo uma análise sobre universo de vivências e saberes que rege a trajetória de pessoas em situação de Extrema Pobreza.

² Acesso em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/brasil-e-destaque-em-relatorio-da-onu-sobre-fim-da-pobreza> 21 de dezembro de 2014, às 22hrs.

³ Acesso em <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/30887/idh-do-brasil-e-inferior-a-media-da-america-latina-em-educacao/> 21 de dezembro de 14 às 22hrs.

⁴ O índice varia de zero (0) a um (1) e as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um.

Decidi investigar os modos como esses sujeitos elaboram seus cotidianos, como articulam seus valores, suas crenças, seus costumes, bem como expressam suas angústias e sensações com relação à situação de extrema pobreza. Essa tarefa envolve, inevitavelmente, fazer uma opção metodológica pelo viés qualitativo, privilegiando as narrativas de vida.

Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas gravadas com o devido consentimento dos participantes, a partir de um roteiro pré-definido. A preferência por esta técnica é consequente com a premissa de que a conversação é um dos espaços privilegiados do surgimento da representação social, e que este tipo de instrumento, apesar das limitações que traz, é o que mais se aproxima de estabelecer algo semelhante a uma conversa. (ARRUDA, 2014).

Não determinei a priori o número de pessoas a serem entrevistadas, encontrando respaldo para essa decisão em Duarte (2002) e Bauer & Gaskell (2012). A primeira afirma que numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente poderá ser determinado de antemão, pois isso depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, bem como da profundidade e grau de recorrência e divergências dessas informações. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, sistemas classificatórios e categorias de análise, nos deparamos com o que Bauer e Gaskell (2012) definem como saturação: seria este o princípio da construção do *corpus* usado para selecionar entrevistados ou textos. O processo de seleção é interrompido quando fica claro que esforços adicionais não irão mais trazer nenhuma variedade. Pires (2012) nos diz que esse tipo de saturação é considerado como “empírica”, pois se aplica aos dados em si e nesta o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações suficientemente novas para justificar a ampliação do material empírico.

Compartilho do sentimento de inquietação vivenciado por Bourdieu (2012, p.9), quando escreveu a obra *A Miséria do Mundo*, ao relatar a dificuldade de “tornar públicas conversas privadas, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas.” Essa situação de confiança se estende ao uso de depoimentos e a proteção da identidade das pessoas, quando o autor afirma “procurar colocá-los ao abrigo dos perigos aos quais nós exporíamos suas palavras, abandonando-as, sem proteção aos desvios de sentido”. Ouvi relatos muito delicados, que descreviam situações limítrofes, degradantes, humilhantes e desumanas. A missão de tornar tudo isso um grande bloco de dados para a análise foi balizada no dever de preservar, em todos os aspectos possíveis, a integridade dos informantes.

As entrevistas foram realizadas em diferentes locais, mas todas aconteceram dentro do território abrangido pelo CRAS Dom José, na cidade de Sobral - CE.⁵ Boa parte dos relatos se deu nas casas dos próprios informantes, outros aconteceram dentro dos espaços do CRAS. Intencionei realizar todas as gravações nas residências dos entrevistados, para assim entender melhor suas falas a partir da experiência de conhecer de perto os ambientes por eles habitados, mas meu desejo não foi de todo possível, uma vez que o território que compõe o CRAS Dom José abrange quatro grandes bairros da cidade e a equipe do Centro é pequena. Quatro técnicos (um psicólogo, duas assistentes sociais e uma pedagoga) precisam mensalmente registrar o acompanhamento de mais de cinco mil famílias com um único veículo para percorrer os trajetos, disponível apenas duas vezes por semana. Cada técnico é responsável por um bairro. Imaginei que durante essas visitas encontrasse espaço disponível para dialogar com os sujeitos, mas infelizmente dispositivos institucionais como o CRAS também são submetidos à roda viva das estatísticas e dos números, não havia tempo suficiente para conversas que durassem mais que dez minutos, pois cada técnico tinha muitas residências para acompanhar, inúmeros prontuários para protocolar e, segundo eles, não era seguro para mim transitar sozinha pelos bairros.

Dada à dificuldade de estabelecer um diálogo minimamente viável com as pessoas que queria ouvir, pedi ajuda ao psicólogo do CRAS. Fizemos revezamentos de horários com outros técnicos e, vendo a complicação que eu estava enfrentando para conseguir dados, ele abriu espaço em alguns de seus “dias de visita” para realizarmos os encontros com calma, possibilitando assim, que eu entrevistasse mais pessoas, por pelo menos vinte minutos.

Durante vários dias fui ao CRAS, mas não havia veículo disponível para levar os técnicos até os bairros. Os automóveis eram disputadíssimos na Secretaria e muitos deles estavam quebrados, estacionados há meses na oficina da Prefeitura, esperando consertos. Passei a prestar mais atenção na rotina do próprio CRAS, que não era especificamente o foco da pesquisa, mas acabou tornando-se importante propulsor na aquisição de material para minhas análises. Diariamente, sempre pelo turno da manhã, apareciam muitas mulheres na sala de atendimento da Casa do Cidadão. Todas precisavam antes passar por uma triagem com um técnico, que fazia perguntas padrão sobre o motivo de sua procura pelo serviço. Várias delas queriam cadastrar junto à Coelce⁶ suas contas de luz no benefício da Tarifa Social

⁵ No próximo capítulo será explicitado o porquê da escolha deste CRAS e não de outros.

⁶ Companhia de Energia Elétrica do Ceará

“Baixa Renda”⁷, que reduz as taxas da conta de luz para quem declara situação de vulnerabilidade socioeconômica através do Cadastro Único. Outras iam lá para atualizar seu cadastro, pois mudaram de endereço, outras iam pedir informações ou levar declarações justificando a falta dos filhos na escola por motivos de saúde, para garantir que seus benefícios não seriam suspensos.

Algumas delas gentilmente se dispuseram a conversar comigo durante a espera pelo atendimento e a partir daí conheci diversas histórias de vida trágicas, belas, sofridas, espantosamente tristes aos meus olhos de pesquisadora e de mulher. Durante todo o percurso de aquisição dos dados, também contei com a ajuda de um importante aliado no processo de descrição, catalogação das informações, percepções e experiências dentro do território e junto dos usuários/interlocutores: o diário de campo. Bodgan e Biklen (1994) defendem o uso desta ferramenta (chamada pelos autores de ‘notas de campo’) de investigação como fruto de resultado bem sucedido da observação do pesquisador, destacando dois tipos de materiais: O primeiro é descritivo e sua função é captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas. Na parte da descrição, o investigador deve registrar objetivamente os detalhes ocorridos em campo, de forma minuciosa e talvez extensa.

O segundo material das notas é reflexivo e se direciona para a apreensão do ponto de vista do observador, suas ideias e preocupações. Aqui é colocado pelo pesquisador a parte mais subjetiva de sua jornada, dando-se a devida ênfase às especulações, sentimentos, problemas, ideias, palpites e impressões. “Também é incluso o material produzido para os planos da investigação futura, bem como clarificações, correções dos erros e incompreensões do campo” (BODGAN E BIKLEN, 1994, p.165).

Frizzo (2010) argumenta que o trabalho de campo representa o lugar onde o pesquisador participa e interage com a cultura, a linguagem e os sujeitos de sua pesquisa, daí a importância de se utilizar o diário de campo no registro do universo de saberes observado, pois essa ferramenta se revela “um meio eficaz de contemplar a multiplicidade de aspectos da realidade social, as contradições, a polifonia das vozes e linguagens, permitindo maior apreensão da realidade social tal qual ela se apresenta.” (FRIZZO, 2010, p. 175).

Juntando todo o material que consegui acumular durante quatro meses de dedicação exclusiva ao campo, entre visitas, encontros com técnicos, reuniões com a secretaria e acompanhamento da rotina do CRAS, reuni para este trabalho 18 entrevistas. As identidades

⁷ Para mais informações, consultar: <http://www.edp.com.br/distribuicao/edp-bandeirante/informacoes/comerciais/programa-baixa-renda/Paginas/default.aspx>

de todos os entrevistados, 17 mulheres e 01 homem, foram protegidas através do uso de pseudônimos, assim como para os filhos, parentes, amigos e profissionais citados nos relatos. Na análise dos depoimentos, procurei entender, através das falas, como é vivenciado o cotidiano dos interlocutores que vivem em situação de extrema pobreza, dando destaque ao que eles entendem como pobreza, ser e estar pobre, e qual a natureza das dificuldades pelas quais passaram ou ainda passam. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e após tal procedimento foi feita uma leitura criteriosa dos discursos, para a apreensão de seus significados. Pausas, silêncios e omissões também foram compreendidos como elementos importantes para a análise. Para Queiroz *apud* Goldenberg (2015, p.55),

[...] a omissão de fatos, de ocorrências, de detalhes pode ser tão significativa quanto sua inclusão nos depoimentos. [...] o importante não é verificar se o entrevistado conhece ou não o fato, mas sim buscar saber por que razão ele o havia esquecido, ou o havia ocultado, ou simplesmente dele não tivera registro.

O critério de escolha dos entrevistados foi sempre o mesmo: previamente, com o técnico, fazíamos um levantamento da renda mensal do sujeito, a partir do que ele declarava no prontuário de acompanhamento familiar. Caso o valor mínimo fosse inferior a 77 reais por mês, cotação estipulada pelo MDS para enquadrar estatisticamente sujeitos acima ou abaixo da linha de pobreza e, conseqüentemente, caracteriza-los como pobres ou extremamente pobres, então este sujeito poderia ser um participante da pesquisa. Dei prioridade ao critério estatístico, pois é partir de um posicionamento adotado pelas bases conceituais de cunho economicista que tecerei críticas direcionadas à forma como o governo federal rege políticas públicas sociais destinadas aos pobres sem deles incluir a efetiva participação.

Para compreender como é construída a representação social sobre pobreza de sujeitos extremamente pobres, é preciso partir do princípio de que a “extrema pobreza” é, sobretudo, um termo das Ciências Econômicas. Ainda não há como detalhar ou encontrar novas descrições sobre esse termo em outras áreas de conhecimento, por isso tratei de respaldar com a devida responsabilidade o que as políticas públicas sociais entendem por este termo e parti de seus pressupostos para, enfim, questioná-los, como veremos nos próximos capítulos.

Muitos dos entrevistados estavam cadastrados no Programa Bolsa Família, outros haviam perdido o benefício por ausência dos filhos na escola e não era incomum encontrar famílias que nunca haviam feito o cadastro no programa. Mesmo com o auxílio do PBF, várias dessas famílias não conseguiam atingir a cota mínima de 77 reais *per capita* ao mês, e por este motivo, estar ou não inserido no PBF não foi um critério de escolha/exclusão dos informantes.

Limites e desafios da investigação

Não há pesquisa perfeita. Todo pesquisador, durante sua caminhada na verificação do objeto de pesquisa, se depara com uma série de “sustos” acerca do campo, cujo acontecimento jamais poderia ter sido previsto partindo-se apenas de um suporte teórico. Gaskell e Bauer (2012, p.486) afirmam que “um indicador de relevância de qualquer pesquisa deve ser seu valor surpresa”. Toda investigação, segundo os autores, necessita documentar a evidência com as expectativas confirmadas ou não. A tendência de muitos investigadores é relatar apenas os acertos e deixar os erros para uma apresentação posterior, mas ao ler Goldenberg (2015, p.58) me vi compelida a apresentar alguns limites que encontrei pelo caminho:

O pesquisador deve precisar as dificuldades e os limites da pesquisa, as pessoas que lhe ajudaram em sua entrada no campo (que são determinantes para a construção da identidade do pesquisador pelo grupo estudado), as pessoas que se recusaram a dar entrevistas, as perguntas que não foram respondidas pelos pesquisados, as contradições apresentadas, a (in) consistência das respostas, possibilitando uma visão ampla do estudo, e não apenas dos aspectos que “deram certo”.

O grande desafio foi definir como abordaria os sujeitos e convidá-los para participar da pesquisa, revelando os propósitos do meu estudo, devido aos sentimentos experienciados e expressos pelos informantes que vivem numa situação de extrema pobreza. Ainda no processo de submissão da pesquisa ao Comitê de Ética vi o quão melindroso este assunto poderia tornar-se no momento em que precisei detalhar em pormenores os riscos aos quais os participantes estariam potencialmente sujeitos caso aceitassem participar. Fui instruída a fazer uma descrição minuciosa de todos os incômodos que poderiam surgir com minhas perguntas e nesse momento compreendi que estava adentrando em um terreno arenoso. Vergonha, culpa, humilhação, tristeza, raiva, medo, insulto: a pesquisa poderia despertar tudo isso em meus entrevistados.

No começo, não foi simples seguir o roteiro previamente estabelecido. Meus informantes me relataram histórias únicas, confessaram dores muito íntimas e assumiram sentimentos difíceis de serem pronunciados em voz alta para qualquer um. Entretanto, muitos deles escolheram não detalhar nada e, mesmo me desdobrando em tentativas sutis de aprofundamento de algumas questões, recebi respostas rasas, curtas e vagas. Indagava-me sempre se eles se sentiam constrangidos comigo, mas descobri depois de algumas semanas que eram os técnicos quem eles mais temiam. A presença destes durante algumas das entrevistas intimidava os usuários e se concretizava como a sombra da vigilância pairando sobre os discursos, afinal, eram os técnicos os responsáveis diretos pela ponte entre política pública e usuário na inscrição e manutenção dos cadastros do Bolsa Família.

Os técnicos não entendiam quando eu lhes explicava que minha pesquisa era de cunho confidencial com relação à fala dos informantes, e afirmavam já conhecer todos os problemas que estes iriam me relatar, então não era novidade para eles escutar tudo novamente. As primeiras semanas de acompanhamento foram basicamente um estudo exploratório do campo, pois as entrevistas que consegui realizar mantiveram o padrão descrito acima, com narrativas vagas, e quando eu questionava os informantes sobre a natureza do tipo de dificuldade pela qual passavam, as suas falas inevitavelmente remetiam a quanto os técnicos do CRAS eram bons e generosos. Talvez de fato fossem, mas era difícil provar o contrário quando o relato acontecia na frente dos mesmos, sob o julgamento insólito da caneta e da prancheta nas mãos dos árbitros.

Com o tempo aprendi a traduzir alguns sinais dos informantes e, com a ajuda do psicólogo, tive privacidade para encaminhar as entrevistas seguintes resguardando o sigilo que suas prescrições demandavam, realizando-as com calma, tempo e tranquilidade, dando aos participantes a segurança de que eu, como “não-técnica”, não representava nenhum perigo à manutenção de seus benefícios assim como, enquanto psicóloga e pesquisadora, garantia a confidencialidade de suas identidades. Estabelecer esse vínculo de confiança foi crucial para a coleta de dados.

Nas próximas páginas tentarei fragmentar a discussão em etapas. No Capítulo 1 será descrito com maior riqueza de detalhes o campo escolhido para esta pesquisa, o local onde transcorreu toda investigação, bem como os porquês que me levaram optar por este lugar e não outro. Para o Capítulo 2, detalharei um levantamento sobre a importância das políticas públicas que atuam sobre a questão social da extrema pobreza. Discutirei as diretrizes que articulam essas políticas, os referenciais adotados para delimitar linhas de pobreza e como o impacto destas constrói uma visão acerca da pobreza e do pobre na sociedade.

Dentro do capítulo 3 farei apontamentos sobre a multidimensionalidade do conceito de pobreza, categoria *sine qua non* para esta análise, fundamentada em diversos autores que expõem conceituações e discussões sobre o tema, trabalhando esta questão por esquadrinhamentos diferenciados. Categorias como ralé, subalternidade, inclusão perversa, desqualificação e desfiliação social, serão exibidas como alternativas para um questionamento mais profundo sobre o tema. Por fim, o Capítulo 4 será composto pela análise das entrevistas propriamente ditas a partir de um entrelaçamento com a Teoria das Representações Sociais, cuja densidade conceitual será devidamente pontuada e exemplificada a partir das falas dos informantes.

O momento de relatar uma pesquisa é ímpar para o pesquisador, pois esta é uma oportunidade de reconstruir um caminho acompanhado daqueles se interessam pelo seu tema. Este primeiro contato reafirma um sentimento de compartilhamento sobre minha breve trajetória na construção de um conhecimento que talvez não seja inédito, mas é saborosamente novo para quem o lê pela primeira vez. Convido o leitor para juntos refazermos este percurso, com a certeza de que a riqueza de saberes, encontrada em cada fala e em cada silêncio, transformou meu olhar como pesquisadora.

CAPÍTULO 1 – CENÁRIO GERAL DA EXTREMA POBREZA EM SOBRAL

A sobralidade triunfante: tradição e opulência de uma cidade partida

O local escolhido para a realização desta pesquisa foi o município de Sobral, situado a 225 km de Fortaleza, a capital do Estado do Ceará. A cidade é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1999, período em que um dos oligarcas de maior influência do Nordeste esteve sob o comando do palácio municipal de Sobral: Cid Ferreira Gomes, ex-ministro da Educação do atual mandato presidencial.

Os historiadores que se dedicaram ao trabalho arqueológico de reconstituição das tradições sobralenses são unânimes em destacar esta cidade como um dos principais berços culturais e econômicos da história do Ceará. A ideia da “sobralidade triunfante” adotada no mandato da oligarquia Ferreira Gomes tem como fonte uma memória que fala de toda a “pompa” e “glória” referentes a períodos e fatos passados deste lugar (FREITAS, 2005). A pretensão deste discurso consistiu no despertar em diferentes segmentos de habitantes da cidade um orgulho ufanista com relação aos patrimônios culturais e históricos, materiais e imateriais que o lugar carrega.

Nascido de um povoado chamado Caiçara e elevado à categoria de *Vila Distinta e Real de Sobral* em 1773, o município recebeu os foros de cidade em 1841, mas todos os habitantes elegem como marco histórico de emancipação o ano em que o povoado tornou-se vila. Em 2016, portanto, Sobral completará seu 243º aniversário. (ARAÚJO, 2013a). Com o sucesso econômico das charqueadas na segunda metade do século XVIII Sobral chegou a ultrapassar Fortaleza nos índices de crescimento econômico, tornando-se um dos maiores polos de distribuição de produtos agrícolas do Estado, exportando insumos para regiões do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.

A cidade também foi um dos centros abolicionistas do Ceará desde 1871. Na proclamação da libertação dos escravos através da Lei Áurea, em 1888, Sobral já não possuía mais nenhuma pessoa em condição de escravidão e é por esse motivo que hoje o Ceará é conhecido com “Terra da Luz”. Sobral, batizada por todos como *Princesinha do Norte* (alusão à posição de destaque na região norte do Estado), atravessou, entre 1877 e 1879 um período de seca que assolou toda a região e comprometeu as fontes de renda de inúmeras famílias. Nesse ínterim, foi iniciado o projeto da Estrada de Ferro de Sobral, com intuito de ligar a cidade ao porto de Camocim. A estação de trem era um escoadouro de produtos e consolidou de vez o lugar como um importante centro urbano e comercial de distribuição e de recepção

de mercadorias provenientes de sua zona de influência. Sobral torna-se cidade prestigiada com população de 14.620 habitantes (ALBERNAZ, *apud* BRÍGIDO 1979).

Esta importância dá-se em decorrência de sua posição estratégica em relação às vias antigas e ao controle de zonas portuárias, e com o passar dos anos, a cidade vai se caracterizar como grande centro coletor e distribuidor do Noroeste do Ceará (e mesmo de parte do Piauí), papel reforçado pela via das Caiçaras e via Nova das Boiadas bem como pelas zonas portuárias de Camocim, e principalmente de Acaraú. Segundo Girão (1984), para o porto do Acaraú, vindo de Sobral, durante a safra, rumavam as boiadas, os carros de bois cheios de carnes, de couro e sola; dali transportados em sumacas (pequenas embarcações), para os principais portos da Colônia, principalmente Pernambuco. Com a ascensão da produção de algodão no início do século XX, Sobral foi contemplada com a chegada de uma indústria de beneficiamento do algodão (Companhia Industrial de Algodão e Óleo) e uma de tecelagem (COFITED – Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano).

Fizemos esse breve apanhando da história socioeconômica de Sobral para situar o marco temporal que introduz a divisa entre o passado e o presente. De vila à cidade, o desenvolvimento econômico de Sobral se deu de forma muito rápida e a circulação constante e volumosa de dinheiro dentro do pequeno povoado fez não só o “progresso” chegar, mas também os hábitos elitistas incorporados aos modos de vida derivados da opulência financeira dos moradores. O fosso de desigualdades presente na tessitura desta cidade não é somente político, mas também histórico. Desde seu nascimento, Sobral é marcadamente uma cidade de contrastantes desigualdades sociais. Ainda no período escravocrata, o lugar tornou-se cindido, não apenas pela questão envolvendo a famosa dicotomia casa grande e senzala, mas sim devido ao fato de os moradores terem incorporado em suas rotinas e modos de transitar e habitar a cidade, determinadas posturas que legitimavam relações de exclusão, que se fazem presentes até hoje. Traremos como exemplos três fatos bem conhecidos pelos habitantes mais velhos através da história oral.

O primeiro deles é a questão dos cemitérios. Em Sobral há o que a população chama de “cemitério dos ricos” e “cemitério dos pobres”. O “cemitério dos ricos” é o Cemitério São José, construído em 1861, quando foi assinado um decreto municipal que proibia o sepultamento de mortos nos arredores das igrejas. Ele fica no centro da cidade, próximo ao Mercado Público e é bem conhecido por seus túmulos pomposos de mármore e granito, com esculturas de anjos dignas de cemitérios europeus. Dentro dele estão as criptas das famílias mais abastadas e tradicionais da cidade, contando com limpeza e manutenção periódica da

prefeitura e possui uma capela exclusiva para cortejos fúnebres. Dentro dele era estritamente proibido o enterro de negros e judeus.

O “cemitério dos pobres” é o Cemitério Santa Marta, localizado nas imediações da periferia da cidade. Foi construído em mutirão pelos moradores do bairro Dom Expedito, (um bairro muito pobre e populoso situado na margem direita do Rio Acaraú) sob a iniciativa do padre Osvaldo Chaves e lá são sepultados todos os “miseráveis” e indigentes de Sobral. Não há nele iluminação pública e a manutenção feita, como aparo de grama e limpeza das passarelas, é anual, apenas para o Dia de Finados. Ambos os cemitérios são públicos, mas é terminantemente proibido o sepultamento de alguém dentro do cemitério São José sem o consentimento lavrado em cartório pelos donos de alguma cripta, segundo a prefeitura, para evitar superlotação ou túmulos em formato de covas.⁸

Outro bom exemplo que ilustra as desigualdades sobralenses são as igrejas: Na Igreja da Sé, hoje elevada a título de catedral, era proibida a entrada de pobres e negros. Para assistirem missas dignamente, sem dependerem de bancos nas praças, os moradores levantaram por conta própria a Igreja Menino Deus, construída por escravos alforriados em parceria com moradores mais pobres da cidade. Até hoje, na Igreja Menino Deus, acontecem casamentos de pessoas simples, já as famílias ricas casam seus parentes na pomposa Catedral da Sé, que só aceita agendamentos de casórios mediante a autorização do bispo da diocese. As praças das igrejas são um caso à parte: elas eram, até bem pouco tempo atrás, divididas: possuíam dois tipos de banco. Os mais próximos à igreja eram bonitos, com metal trabalhado, já os mais afastados, eram feitos de madeira comum. Segundo os moradores antigos, os bancos de madeira eram destinados aos fiéis pobres, que não possuíam vestimentas adequadas para entrar na igreja nas missas dominicais e ficavam assistindo o sermão do lado de fora. As praças foram revitalizadas nos últimos dez anos, mas algumas tradições ainda permanecem. (ARAÚJO, 2013b)

Por fim, damos o exemplo do Rio Acaraú. Ele corta a cidade e é um dos grandes afluentes que abastece os açudes das regiões vizinhas. Na tentativa de embelezar Sobral e trazer ares cosmopolitas para diversos pontos da mesma, o ex-prefeito Cid Ferreira Gomes deu início a um processo de revitalização das margens do rio. Desenvolveu um belíssimo projeto arquitetônico que planejava transformar toda a extensão das margens em um local para lazer e diversão das famílias, com quadras de esportes, campo de futebol, calçadão para *cooper*. Tudo ficou muito bonito e moderno, com um detalhe. A única margem revitalizada

⁸ Fonte: <http://sobralagora.com.br/v1/2013/11/sobral-o-que-diferencia-o-cemiterio-dos-ricos-e-o-dos-pobres-em-sobral-veja-detallhes/> acesso em 10 de março de 2015, às 13h30min

foi a esquerda, situada nos arredores da Catedral da Sé e do Centro Histórico da cidade, local onde residem as famílias tradicionais. A margem direita, do outro lado do rio, é abarrotada de taperas, que ficam nas imediações do Bairro Dom Expedito, o mesmo que deu início à construção do “cemitério dos pobres”. Até hoje os moradores aguardam a conclusão da segunda parte da obra de “urbanização” da margem direita.⁹

A tradição “sobralense” é usada para justificar o que a elite¹⁰ entende como “novo” ou “moderno”, assim como o “moderno” tende a ressaltar elementos considerados importantes no processo de retomada do “rumo certo” em Sobral.¹¹ A relação entre o moderno e o tradicional presente nos discursos administrativos dimensiona uma ideia de unidade que possa conduzir a um processo de construção do que a elite chama de “sobralidade triunfante” (FREITAS, 2000). O triunfo da cidade, entretanto, desvela seu caráter historicamente marcado pela opulência em contraste com a miséria e a segregação dos espaços públicos.

Fazer esse apanhado histórico sobre o nascimento de Sobral é indispensável para que possamos capturar com mais precisão o pano de fundo sob qual surgiram as tradições que compuseram e compõem as sociabilidades envolvidas no “habitar” dessa cidade. O último censo, realizado em 2010, apontou intrigantes dados a respeito: a partir do levantamento de todos os sujeitos participantes da pesquisa que vivem com menos de setenta reais *per capita* para sobreviver durante um mês, Sobral apresenta 18.451 pessoas que se inserem nessa variável. São 2.135 domicílios vivendo abaixo da linha de pobreza, o que equivale a 25,7% de domicílios existentes no município. A fonte do rendimento que esses sujeitos acumulam durante o mês é indeterminada pelo censo, e ao analisar os dados referentes à participação em programas como o Bolsa Família e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), apenas 13,7% dos entrevistados afirmam estar inseridos no cadastro, contra 64,9% que não são cadastrados (IBGE, 2010).

Montamos este resgate para justificar, assim, que os abismos sociais presentes nesta cidade ultrapassam as barreiras da dimensão socioeconômica e também política, pois desembocam em águas muito mais profundas de um passado marcado a ferro por relações opressoras, aristocratas, centralizadas nas mãos de governos familiares que atravessaram

⁹ Fonte: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/rio-acarau-aguarda-obras-de-revitalizacao-1.753669>, acesso em 10 de março de 2015, às 14h

¹⁰ Com base em Chauí (1984), o autor vai considerar como elite aquele que possui um lugar específico, colocado em contraste à posição do homem comum. “O termo elite é sinônimo de poder. Com a posse tanto dos meios de produção quanto do acesso ao saber, é considerada, a nível de senso comum, como “o melhor de uma sociedade.” (FREITAS, 2000, p. 548)

¹¹ O slogan do mandato do ex-prefeito Cid Ferreira Gomes, responsável por uma série de mudanças urbanísticas na cidade era “Sobral no rumo certo”, onde o rumo considerado correto era o caminho da modernização.

gerações no mesmo lugar de poder e contribuíram para alimentar o imaginário social de uma suposta elite que sempre estaria acima dos “cidadãos comuns”, mandando nestes, definindo onde iriam habitar, transitar e se relacionar. Nada muito diferente do que presenciamos até hoje.

Mas como o passado se une com esse presente desigual? A história é um devir. Sairemos de um passado de opulência para um presente desigual. O materialismo histórico de Marx cai aqui muito bem para nos mostrar que a gênese da desigualdade é a exploração, um tipo de relação em que sempre há uma classe oprimindo a outra. Tanta opulência no passado não poderia se sustentar sem uma classe de vulneráveis que a enriquecesse. Essa classe ainda existe, continua crescendo e mostraremos que perdura até os dias atuais.

As fronteiras do habitar

Ao escolhermos apenas um CRAS como instituição de suporte para desenvolver os caminhos dessa investigação, enfrentamos a difícil missão de garantir que o recorte dado à pesquisa seria fidedigno o suficiente para referenciar um quadro mais geral acerca da extrema pobreza em Sobral. Neste município, a rede que compõe o SUAS dispõe em seu território de 5 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP); 25 vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua cofinanciadas pelo MDS.¹²

A escolha pelo CRAS Dom José foi casual, mas muito significativa. De todos os CRAS, este, segundo as palavras da própria secretária da Secretaria de Ação Social e Combate à Extrema Pobreza - SEDS, era o mais delicado de ser acompanhado, em todos os sentidos. Distante do centro da cidade, situado em um ponto chave de conflitos de gangues, o CRAS Dom José abrangia, em agosto de 2015, 5.359 famílias de acordo com os dados do Cadastro Único, número notadamente maior que os dos outros CRAS da cidade, que acompanham em média 2 mil famílias. Os bairros que circundam este Centro são considerados violentos, dada à alta taxa de homicídios na região. Semanalmente há registros de mortes no entorno dos quatro bairros que abrangem¹³ o território acompanhado pelo

¹² Fonte: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/plano-brasil-sem-miseria> Acesso em 10 de março de 2015

¹³ Selecionamos algumas notícias sobre relatos de homicídios especificamente nos bairros escolhidos para a pesquisa. Os links encontrados na web são inúmeros, resgatamos aqui alguns a título de esclarecimento: <http://ocearaonline.blogspot.com.br/2015/11/homicidio-jovem-e-assassinado-tiros-em.html>

CRAS, e a onda de violência que se alastra pelas vielas destes lugares é uma presença constante nos relatos dos nossos interlocutores. Estes espaços são entrincheirados e vistos como perigosos pelos moradores, como discutiremos detalhadamente nos capítulos seguintes. A violência é componente fundamental da perpetuação da situação de penúria, uma vez que se mostra como “saída” para muitos jovens que lá moram e que, invisíveis e inúteis à sociedade, são tidos como perigosos e carentes (SOUZA, 2009).

O papel social que a eles é designado vira uma triste e copiosa sina de vinganças, rixas e velórios. Com expectativas de vida baixíssimas, fome e, muitas vezes, falta de estrutura familiar mínima e acesso à informação inclusive dentro de espaços escolares, a entrada no mundo das drogas e da criminalidade é a opção mais viável para alcançar algum tipo de reconhecimento dos sujeitos entre seus páreos. Dentro deste contexto misto de violência e miséria, o CRAS foi erguido como um ponto cego entre as trincheiras. Fronteiras simbólicas redesenham limites entre os bairros Padre Palhano, Sumaré, Dom José e Alto do Cristo. Onde começa um bairro e termina outro é muito relativo para uma análise mais geográfica. O início e o final desses espaços são mais que uma composição de muros, ladeiras e córregos. Entretanto, todos eles carregam as mesmas marcas, sejam elas percebidas, por exemplo, na falta imensa de saneamento ou no olhar dos próprios habitantes, que não se veem livres para exercer o direito de ir e vir previsto pela Constituição.

É cotidiano para todos os moradores do território escutar os estampidos secos de tiros, que às vezes, premeditadamente ou não, encontram alguém. Gangues disputam a liderança no comércio de entorpecentes e a rivalidade de alguns se torna o temor de muitos, pois essa mesma rixa alimenta entre jovens de bairros vizinhos uma espécie de disputa, ainda que sem motivo pessoal algum. Isso impede que muitos deles frequentem a escola que fica no bairro ao lado porque lá “são marcados”, ou mesmo que não participem de nenhuma atividade do CRAS já que este se situa numa área limítrofe, ainda que neutra. Os jovens do Dom José não se entendem bem com os jovens do Sumaré, que por sua vez, vivem na mira de jovens do Padre Palhano, onde o comércio de drogas é mais poderoso, e estes não admitem que jovens

<http://sobralagora.com.br/2015/09/sobral-hoje-mais-um-homicidio-em-sobral-o-5o-em-menos-de-48-horas/http://www.robertoliranoticia.net/2014/12/mais-um-homicidio-em-sobral-homem-e.html>
<http://www.jornalapelopopular.com/#!Viol%C3%Aancia-Mais-um-homic%C3%ADdio-%C3%A9-registrado-em-Sobral/cjds/56335c3f0cf201d72f24dd6a>
<http://blogdolevanyjunior.com/fotos-imagens-fortesviolencia-avassaladora-em-sobral-mais-um-homicidio-e-registrado-no-bairro-alto-novo/>
<http://www.cearaagora.com.br/site/2015/05/mais-um-homicidio-a-bala-e-registrado-na-cidade-de-sobral/>
<http://www.portalbocaquente.com.br/?p=23300>
<http://www.conexaonoticia.com/index.php/sobral/item/26-violencia-cresce-em-sobral-e-assusta-os-sobralenses>

do Alto do Cristo circulem pelas redondezas, pois são eles os maiores fornecedores de armamento para as gangues do Dom José. Poderia parecer um problema de desentendimento de grupos, uma ciranda de desafetos, mas isso interfere diretamente na dinâmica de todos os bairros, pois os moradores temem desafiar as fronteiras e serem confundidos com algum adversário. Sobral, enquanto “cidade partida”¹⁴, nos mostra que os fragmentos do habitar são caracterizados pela perpetuação de fronteiras urbanas muito singulares que compõem o próprio desenho sociopolítico do município. Carregados de representações negativas, a existência dessas divisas acarreta na “produção de estigmas e discriminação, afetando a autoestima e a identidade e, ao mesmo tempo, barrando o acesso ao trabalho e à renda” (JOVCHELOVITCH & PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p.91).

Não iremos nos deter neste trabalho sob a questão da mobilidade urbana dentro do território visitado. O tema é muito instigante, porém não haveria espaço suficiente para discuti-lo com a devida profundidade que lhe é característica. Trazemos o contexto das travessias nestes lugares, pois foi assim que nossa caminhada se deu durante o período em que mantivemos contato com todos os informantes da pesquisa. Estávamos sempre atravessando. Asseguramos que foi, sem dúvidas, a parte mais difícil de todo o percurso de construção deste trabalho, pois nos impingiu a angústia do risco, a incômoda incerteza do voltar e a simples, porém perigosa missão do caminhar. Nunca poderemos saber ao certo se parte dessa sensação, que atrevidamente chamamos de “medo ubíquo” (BAUMAN, 2008) é também uma representação social construída em torno do compartilhamento de experiências e vivências negativas dentro dos bairros. Ela, todavia, persiste e contamina, até mesmo o nosso desconfiado “olhar de pesquisador”. Os tombos desastrados ao subir barrancos de pedra e barro desmoronados e nunca reparados, bem como o simples temor de escorregar nas poças de lama de esgoto e lixo nas descidas dos morros dos assentamentos: todas essas sensações surgiram à medida que nos inserimos no território e dele nos apropriamos como um mapa a ser traçado, que aos poucos, tomava novas formas a cada saída. Com a familiarização do campo, persistiu em nós mais que um medo generalizado, ele transformou-se inclusive numa incerteza sobre aquilo que nem sabíamos ao certo o que era. Bauman (2008, p.7) nos diz que

Bizarro, embora muito comum e familiar a todos nós, é o alívio que sentimos, assim como o súbito influxo de energia e coragem, quando, após um longo período de desconforto, ansiedade, premonições sombrias, dias cheios de apreensão e noites

¹⁴ Este é um termo proposto por Ventura (1994) e trabalhado por Jovchelovitch (2013), que tenta captar a complexidade das divisões e das linhas de segregação que caracterizam o Rio de Janeiro e, em certa medida, todo o Brasil. O utilizaremos também para nos referir a Sobral, como neologismo na descrição dos abismos que permanecem cindindo a cidade em vários espaços de desigualdade.

sem sono, finalmente confrontamos o perigo real: uma ameaça que podemos ver e tocar. O que mais amedronta é a ubiquidade dos medos; eles podem vazar de qualquer canto ou fresta de nossos lares e de nosso planeta. Das ruas escuras ou das telas luminosas dos televisores. De nossos quartos e de nossas cozinhas. De nossos locais de trabalho e do metrô que tomamos para ir e voltar. De pessoas que encontramos e de pessoas que não conseguimos perceber.

Depois de dois meses indo quase diariamente ao CRAS acompanhar visitas domiciliares, ficou claro porque essa era inevitavelmente a sensação que se apoderava de quem não conhecia o território. O outro, alheio, é por si só, uma ameaça para nós, que dele nada sabemos. Aqueles com quem nos encontrávamos diariamente, nos casebres de taipa praticamente vazios, muitas vezes fétidos e quase sempre tristes eram justamente as pessoas que vemos pelas ruas, mas não percebemos, que esbarram em nós e nos causam a estranheza do olhar, a dúvida da segurança, o medo pela própria integridade física. Para Santos (1999, p.139)

A violência que lança um braço para fora do homem envolvendo seu espaço externo lança outro para dentro do homem envolvendo seu espaço interno fazendo com que o medo do sofrimento, do abandono e o medo do medo sejam vivenciados como culpa. A culpa é gerada pelo sentimento de que são eles, os pobres, os mais violentos, aqueles que trazem desarmonia a sociedade, que lembram ao homem sua ferocidade; são eles o retrato da feiura, aqueles e aquilo do que se deve fugir, o que não se quer, a negação do humano. Sentem-se como se, de alguma forma, devessem ser punidos pelo mal que recobre suas vidas. Desta forma, pode-se constatar que o pobre torna-se temível pela violência que lhe é atribuída e que muitas vezes pratica e sente-se temeroso e culpado pela violência não nomeada que lhe é sistematicamente infligida.

Invisíveis a tantos, essas pessoas sustentavam falas que confirmavam a profunda erosão de vínculos com a sociedade. Sentiam-se amparadas com as visitas domiciliares, pois, nelas encontravam uma oportunidade, ainda que curtíssima, de falar. Nem sempre eram ouvidas, mas, durante aqueles dias que se seguiam, a nossa missão era, para muito além de uma “coleta de dados”, sentir o potencial dos relatos e o impacto da escuta na vida desses sujeitos, reconhecer em suas travessias elementos que nos trouxessem pistas sobre seus modos de resistir e persistir diante das adversidades perversas trazidas com a situação de extrema pobreza.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTREMA POBREZA

Como nasce uma política pública?

No início do novo milênio, o combate à pobreza assumiu proeminência e seu enfrentamento foi redimensionado no cenário internacional (AZEVEDO & BURLANDY, 2010). Quando o governo brasileiro abraçou a causa proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2000 – ao apresentar para o mundo o pacto dos Oito Objetivos do Milênio – nosso país enfrentou uma difícil missão que o fez ingressar, a partir da década que se iniciava, em uma verdadeira avalanche de mudanças na elaboração de suas políticas públicas.

Ao longo dos últimos anos, as políticas públicas sociais brasileiras tornaram-se objeto de expressiva inovação através da emergência de encorpados programas destinados ao enfrentamento da pobreza e de situações que se configuravam como de grave vulnerabilidade, seja no âmbito da renda ou dos serviços (JACCOUD, 2014).

Desnaturalizar um problema social tão grave como é o caso da pobreza tornou-se o lema de muitas bandeiras partidárias que seriam bravamente erguidas em nome dos desfavorecidos. Com a ajuda da mídia, o assunto foi nomeado como pauta na agenda de discussão e ganhou notoriedade, que logo foi transformada em artifício para disseminar os discursos de erradicação da pobreza a um nível macrossocial. Sônia Rocha, uma renomada economista no estudo de políticas de transferências de renda, nos dá pistas para entender a evolução, os efeitos e as perspectivas destes programas na vida dos mais pobres. Em sua obra *Transferências de Renda no Brasil* (2013), a autora faz um rico levantamento histórico destas estratégias – desde a década de 70 até os dias atuais – fornecendo ao leitor medidas de tamanho, abrangência, focalização e custos dos referidos programas assistenciais no Brasil. É interessante notar, ainda no sumário da obra, o quanto a abrangência dos programas a partir de 1998, com a federalização do Programa Bolsa Escola, foi crescendo e se alastrando por todo o país. Táticas outrora isoladas e focalizadas em alguns municípios ampliaram-se pelo território nacional nos anos seguintes.

Antes de dar prosseguimento à discussão na qual propomos entender melhor os modelos de indicadores adotados por estes programas para mensurar e avaliar os elementos determinantes da pobreza é preciso fazer um adendo e esclarecer o que são políticas públicas dentro do nosso recorte. Essa pontuação é relevante para elucidarmos de forma mais abrangente como se dá o processo de construção de ações voltadas à população extremamente

pobre. Elas não são aleatórias, pelo contrário: há uma estrutura dinâmica e complexa por trás de cada benefício concedido e de cada meta a ser traçada.

As Políticas Públicas são consideradas como uma subárea da Ciência Política (SOUZA, 2006). Nasceram como disciplina acadêmica inicialmente nos Estados Unidos no início dos anos 40 enfatizando estudos sobre a ação dos governos, mas é na Europa que elas surgirão como um desdobramento de trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do Governo. De acordo com a autora,

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. [...] mesmo as definições minimalistas guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. [...] Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. (SOUZA, 2006, pp. 24-25)

O termo “Política Pública” assim como “Extrema Pobreza” é cada vez mais comum no imaginário acadêmico e popular. Eis um grande problema para seus usos. Castel (2013) faz uma crítica semelhante à palavra “Exclusão”. Ele nos previne de que é necessário tratar com mais rigor o uso do termo, sempre nos questionando sob quais condições seu emprego é legítimo. Vale o mesmo raciocínio quando falamos de Políticas Públicas. Por ter caído no gosto dos escritos acadêmicos, é fácil encontrar pessoas bradando ao vento críticas envolvendo esse assunto, mas o conhecimento mínimo sobre a temática já é suficiente para deixar o leitor atento mais cauteloso.

As políticas públicas são aqui compreendidas como o “Estado em ação” (SOUZA, 2006), e este Estado, através da implantação de projetos de governo por meio de programas, desenvolverá ações voltadas para setores específicos das camadas sociais. As políticas públicas representarão, então “responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada” (HÖFLING, 2001, p.31). Políticas Sociais, por sua vez, aludem a ações que

[...] determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p.31).

Souza (2006) pormenoriza modelos de formulação e análise de políticas públicas, enfatizando que estes são desenvolvidos para entendermos melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer determinadas ações que poderão repercutir na vida dos cidadãos. A autora mapeia vários formatos, mas um, especificamente, nos chama especial atenção, pois

conseguimos, através dele, compreender com clareza como se desenvolveu a estratégia governamental mais recente envolvendo políticas públicas sociais voltadas aos extremamente pobres: o Plano Brasil sem Miséria. O Ciclo da Política Pública é uma tipologia que entende o mecanismo de ações como um circuito deliberativo, constituído de várias etapas ou estágios, desdobrando-se em um processo dinâmico. Souza (2006, p.29) afirma que

O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Esta abordagem enfatiza sobretudo a definição de agenda e pergunta por que algumas questões entram na agenda política enquanto outras são ignoradas.

À pergunta de como os governos definem suas agendas, teremos três prováveis respostas: A agenda pode ser definida a partir da focalização de problemas, ou seja, um problema é inserido na agenda de discussão quando se assume que é preciso fazer algo a respeito. Outra maneira de definir a agenda é através da focalização da política propriamente dita, ou seja, como construímos uma consciência coletiva a respeito de determinado problema social. Por fim, podemos definir que uma pauta de agenda é levantada quando há uma focalização nos participantes, que podem ser visíveis (mídia, políticos, grupos de pressão) ou invisíveis (acadêmicos, burocracia). De acordo com esta visão, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas (SOUZA, 2006, pp.29-30).

Agora, voltemos ao nosso exemplo: o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar inferior a 77 reais por pessoa. Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços (BRASIL, 2014). Para fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, cujo foco era o público mais vulnerável do país, foi necessário que o projeto tivesse como referência uma rede com as mesmas características – a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS representa a materialização da garantia da política pública de assistência social no país. Ele deve ser estruturado a partir das necessidades básicas da população e responder de forma concreta a essas demandas. Segundo Couto (2013), a regulação do SUAS estabelece como base de sua organização: 1) A matricialidade sociofamiliar, que resgata a ideia de grupo familiar ao invés do indivíduo isolado; 2) Descentralização político-administrativa com comando único em cada esfera do governo; 3) Recomposição do debate sobre o financiamento da política; 4) Informação, monitoramento e avaliação, estabelecendo

novos patamares de regularidade e 5) Política de Recursos Humanos que rompem com a forma tradicional de atendimento na área.

Para dar conta dos pactos instituídos entre o Estado e os entes federados, o SUAS criou dois tipos distintos de Proteção Social, que são implementados nos territórios através de serviços públicos estatais fundamentais. São elas: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica (PSB) conta com os serviços referenciados nos CRAS e é direcionada para uma atuação que fortaleça os vínculos familiares na convivência comunitária. Já a Proteção Social Especial (PSE) é uma modalidade de proteção destinada a indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Diferente da PSB que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva e o CREAS é a unidade pública que oferta os serviços especiais, especializados e continuados, coordenando e fortalecendo a articulação dos serviços com a rede¹⁵. Dentro desta pesquisa, escolhemos como espaço para o trabalho de campo um dos territórios abrangidos pelo CRAS, dispositivo institucional integrante do SUAS. O território aqui não se refere a um espaço geográfico, mas sim um

[...] produto das expressões da questão social que demandam por assistência social, indicando a densidade política nas áreas mais vulneráveis das cidades e das metrópoles, uma vez que o trabalho articulado da assistência social deverá dar visibilidade às demandas na constante interlocução com toda a cidade, recompondo a disputa pela riqueza socialmente produzida (COUTO, 2013, p.49).

No acompanhamento do Plano, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único¹⁶. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características de seus domicílios.

De acordo com os registros de julho de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de agosto de 2014 do Programa Bolsa Família, Sobral tem 33.569 famílias registradas no Cadastro Único e 18.297 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (cerca de 34,90% da população do município). De junho de 2011 a junho de 2014, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no PBF 1.314 famílias que estavam em

¹⁵ Fonte: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial>, acesso em 11 de março de 2015

¹⁶ ¹⁶ O Cadastro Único é uma plataforma de registro administrativo voltado especificamente às famílias mais pobres do país, cuja renda, dadas as características do público, tende a ser muito volátil, principalmente em virtude de sua inserção usualmente sazonal, instável ou informal no mundo do trabalho

situação de extrema pobreza. Entretanto, ainda há uma estimativa de pelo menos mais mil famílias ainda não alcançadas pelo Programa.¹⁷

O Plano Brasil Sem Miséria é um tipo de estratégia componente de uma Política Pública Social, e quando nos propomos a discutir suas especificidades cabe deixar claro em qual campo histórico e conceitual se assenta o panorama da criação de políticas sociais voltadas para a população empobrecida¹⁸. Não nos deteremos nos detalhes mais aprofundados que compõem a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, mas é viável discorrer sobre como nasceu a necessidade do Estado de regulamentar as demandas sociais dos desassistidos. A função do Estado de “cuidar” dos mais vulneráveis é relativamente nova em termos jurídicos, afinal, a LOAS só foi aprovada em 1993, dando garantias de direito à assistência social como política pública, fechando o ciclo de regulamentações no campo da Seguridade Social (COUTO, 2013). Entretanto, o assistencialismo é uma prática mais antiga, decorrente de relações de patriarcalismo e coronelismo que impuseram (e talvez ainda imponham) condutas de uma “cultura política” alicerçada em práticas de uma “cultura do favor”. Nossas atuais políticas sociais tem como solo histórico o acesso meritocrático, baseado na ótica da benemerência e da relação de subalternidade. (YAZBEK, 2009)

Por conseguinte, visualizamos o termo ‘Política Social’ como uma estratégia que carrega consigo uma imprecisão conceitual e teórica. Pereira (2011) afirma que é recorrente conferir à política social um sentido vago e defini-la implica reconhecer que existem paradigmas ou estatutos epistemológicos competitivos e rivais colocados à disposição desse processo. A visão adotada por Pereira será também nossa forma de tratar o conceito. Para a autora, a perspectiva de análise considerada para entender a política social a concebe como “produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, das relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital e trabalho, Estado e Sociedade” (PEREIRA, 2011, p.166).

Alcock *apud* Pereira (2011) aponta que a política pública social pode referir-se tanto a uma disciplina acadêmica quanto um campo de estudo ou ação. Como disciplina, ela é dotada de um corpo de conhecimento especializado que se constitui por processos contínuos de elaboração teórica. Como um campo de ação, a política social só pode ser considerada uma

¹⁷ Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69 acesso em 10 de março de 2015.

¹⁸ Guareschi (1992) trabalha com este termo a fim de explicitar que a pobreza deve ser entendida como uma relação, ao invés de uma categorização. Partindo de sua postura extremamente pertinente à discussão deste trabalho, sempre que falarmos especificamente dos sujeitos que compuseram a amostra desta pesquisa, os trataremos como empobrecidos, e não como pobres. Discutiremos melhor este assunto no capítulo seguinte.

eventual fonte de informações ou um *locus* de atuações. O termo “política social” define, como campo de atuação, uma área de atividades e interesses que requer estratégias, organização, amparo legal e capacitação. Ela precisa ser vista como “uma política que, antes de interrogar sobre os discursos a serem distribuídos, leva em conta as posições desiguais dos cidadãos na estrutura de classes da sociedade” (PEREIRA, 2011, p. 173). Ao contemplar todas as forças e agentes sociais, comprometendo o Estado, a política social se afigura uma política pública. Aqui, a política pública expressa a conversa de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos.

As políticas públicas sociais que amparam os sujeitos extremamente pobres também os intitulam de “pessoas em situação de vulnerabilidade”. Uma das palavras mais marcantes na plataforma do MDS é, inclusive, a *vulnerabilidade*. Faz-se preciso, então, problematizar essa classificação que não é apenas política, mas resultado de uma série de mudanças que aconteceram nas leis que regulamentam as formas com as quais o governo lida com os empobrecidos. Devemos desconstruir os sentidos cristalizados que tratam do “ser/estar vulnerável” apontando para as condições de carência como condições de impossibilidade de vida. Os sentidos do termo “vulnerabilidade” são muito amplos, mas ele é bastante associado a condições de pobreza e miserabilidade e, assim, demonstrado através de índices socioeconômicos, entretanto, há cada vez mais um distanciamento e uma desconsideração dos fatores contextuais, bem como o estudo de processos e relações sociais, assim:

A vulnerabilidade social pode ser compreendida ao serem analisadas as relações entre a disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos e o acesso dos atores às oportunidades sociais econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (ABRAMOVAY et al *apud* TOROSSIAN & RIBEIRO, 2013).

Os autores acima apontam o uso do termo “vulnerabilidade” como um disparador de questionamentos sobre as políticas públicas, e destacam a necessidade de um olhar dinâmico para o conceito, considerando-o não apenas a partir das condições materiais, mas antes investigando as características, habilidades, estratégias dos indivíduos para lidar com as possibilidades (ou não) de oportunidades no meio social. É importante priorizar a análise do acesso da população às políticas públicas e seus serviços, levando em conta não apenas a escassez de recursos, mas principalmente a potencialidade da população em lidar com os recursos já existentes.

Dentro da pesquisa, os interlocutores que são classificados pelo governo como extremamente pobres também foram percebidos como sujeitos vulneráveis de oportunidades de acesso, sendo vistos a partir de uma relação de exterioridade com a política pública, uma

vez que não se reconheciam como sujeitos de direitos, mas como usuários restritos a um único canal de comunicação: a necessidade de assegurar seus benefícios.

As linhas de pobreza nos labirintos da categorização

Um dos pontos cruciais na caracterização do Plano Brasil sem Miséria reside na importância dada às linhas de pobreza e suas especificidades. Elas possuem um papel fundamental na delimitação do público selecionado dentro do Cadastro Único. Aplicada como diagnóstico inicial que caracterizava a população extremamente pobre do país a partir do Censo 2010 e à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o estabelecimento de uma linha de pobreza concretizou-se como um dos parâmetros mais importantes para o acompanhamento da trajetória e da taxa de Extrema Pobreza ano a ano no país (FALCÃO & COSTA, 2014).

Dado que a função de uma linha de pobreza é designar um critério binário capaz de dividir indivíduos em pobres e não-pobres, seu cálculo depende da pergunta: “o que é um pobre?”. Há uma série de opções a se definir: se a pobreza se reduz ou não à insuficiência de renda, se a condição de pobreza é absoluta ou varia com a evolução da renda da sociedade, se a pobreza tem relação estreita com necessidades nutricionais ou se as carências básicas dependem de parâmetros culturais e sociais. Respostas diferentes para cada questionamento nos levam a abordagens distintas de cálculo (IPEA, 2008).

A partir dessa enorme variedade de linhas de mensuração da pobreza, o pesquisador dispõe de um rol de opções sortidas. Temos linhas de pobreza absoluta, relativa, subjetiva, índices multidimensionais de necessidades básicas não atendidas, combinação entre linhas de pobreza e indicadores de privações, enfim, há muitas maneiras de definir o que é pobreza através deste artifício. Para Rocha (2006, p.9)

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode se considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor de meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

De acordo com a autora, cada país possui um perfil determinado de pobreza, que transversaliza não só níveis de desenvolvimento econômico a serem atingidos, mas também tradições culturais. A sugestão da adoção de linhas para mensurar com maior precisão os

traços essenciais da pobreza em determinadas sociedades tem um objetivo elementar: obter bons resultados operacionais no que concerne à definição conceitual e estatística do tema.

Ao falarmos de pobreza absoluta, por exemplo, devemos nos remeter a uma situação que está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades concernentes ao mínimo vital. Já a pobreza relativa relaciona-se a necessidades que precisam ser satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que acarreta na incorporação da redução das desigualdades entre indivíduos como objetivo social. Numa sociedade onde o “mínimo vital” já se constituiu como uma garantia a todos, caberia então traçar um parâmetro para o conjunto de indivíduos relativamente pobres (ROCHA, 2006).

Outra forma de mensuração da pobreza no âmbito das políticas públicas é utilizar a renda como critério de classificação. Nesta orientação de análise, é estabelecido um valor monetário associado aos dispêndios no atendimento das necessidades médias de uma pessoa. Quando tratamos especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em menção ao caráter essencial que constitui uma necessidade alimentar. Outrora, caso a alusão seja a um conjunto mais amplo de necessidades, como moradia, condições mínimas de higiene e vestuário, por exemplo, tratamos então de uma linha de pobreza.

Esses parâmetros são utilizados como crivo para distinguir, na população total, dois subgrupos, de acordo com sua renda; respectivamente, indigentes e não-indigentes, no caso de linha de indigência, e pobres e não-pobres, quando se utiliza linha de pobreza. Assim pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessidades nutricionais. (ROCHA, 2006, p.13)

Nesta abordagem, em que se utiliza como padrão de referência a renda dos sujeitos, países onde o nível de desenvolvimento social e produtivo é muito baixo talvez não alcancem bons resultados ao adotarem tal critério como parâmetro de mensuração. Famílias que não alcançam integração econômica com o mercado terão sua renda diretamente afetada através da impossibilidade do consumo, ou da baixa adesão ao mesmo, portanto, se uma parte relevante das necessidades não consegue ser atendida dentro dessa mesma família via transações mercantis (não ter dinheiro para comprar um pacote de arroz, por exemplo), a renda torna-se um crivo irrelevante para delimitar a população pobre, pois esta, não pode ser adequadamente mensurada com ausências.

Outra abordagem importante é a das *basic needs* ou necessidades básicas. Esta opção de verificação dos bolsões de pobreza vai além da anterior, que considera critérios de renda, e também não se limita a entender apenas a alimentação como exigência vital à sobrevivência, incorporando indicadores associados à educação, saneamento, habitação, etc. Através de uma visão multifacetada do que seria pobreza, a teoria das necessidades básicas abandona a renda como parâmetro por intentar medir a pobreza não mais em termos de insumos, mas sim de qualidade de vida, reconhecendo uma inter-relação entre as diversas carências e estabelecendo objetivos para medir resultados como um todo, não delimitando preferencialmente uma subpopulação pobre (ROCHA, 2006; BAGOLIN & ÁVILA, 2006).

Mediante tais dificuldades, a abordagem prioriza a satisfação das necessidades dos mais pobres, concentrando-se em sociedades em que a privação absoluta é mais elevada. Mas, segundo Sen (2000), a vertente original costuma definir necessidades básicas acerca de quantidades mínimas de produtos como alimento, vestuário e abrigo. Deste modo, a abordagem pode ser vista como uma forma de atribuir o fetichismo das *commodities*, comprometida pela variabilidade da conversão de mercadorias em capacidades, pois os requerimentos de alimentos e nutrientes para a capacidade de estar bem nutrido, por exemplo, podem variar de um sujeito para outro. Portanto, para alguns indivíduos pode ser necessária maior e diferenciada quantidade de nutrientes que para outros dependendo do metabolismo, do gênero, da idade, etc.

Tendo em vista que nenhum dos enfoques é consensualmente reconhecido como melhor ou pior, cada um nos traz vantagens e limitações. Na elaboração do Plano Brasil sem Miséria foi necessário fazer uma escolha tática para direcionar os objetivos e resultados das ações. Tomaram-se, então, linhas absolutas já adotadas administrativamente no país, como a linha constante da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de um quarto do salário mínimo *per capita* ao mês, que funciona como parâmetro para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC); o padrão predominante utilizado para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de até meio salário mínimo mensal *per capita*; e as linhas do Programa Bolsa Família, que em junho de 2011, época de lançamento do Plano Brasil sem Miséria, giravam nos valores de 140 reais por pessoa para definir a pobreza e 70 reais por pessoa para a extrema pobreza (BRASIL, 2014).

Também houve a adoção de linhas regionalizadas calculadas com base no consumo calórico e a linha do Banco Mundial, adotada pelas Nações Unidas como parâmetro de aferição do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de US\$ 1,25 *per*

capita por dia pela Paridade do Poder de Compra (PPC), que, no momento de lançamento do plano, constituía cerca de 70 reais. Em junho de 2014 este valor foi reajustado com base no novo PPC, aumentando para 77 reais mensais o valor da renda *per capita* que define a mensuração da extrema pobreza pelas linhas de pobreza absoluta.

Estimar uma linha de pobreza em detrimento de outra pode levar a diferentes procedimentos operacionais que afetarão os resultados. Segundo o Compêndio sobre Melhores Práticas em Medição de Pobreza (2006, p.141),

Linhas monetárias podem ser relativamente menos importantes em países com baixa renda *per capita*, onde a população é predominantemente rural e a economia de mercado é menos desenvolvida. Nesses casos, o uso da abordagem de privações é mais adequado para apontar a magnitude da pobreza. Em países com uma grande proporção de população urbana e uma grande economia de mercado, linhas de pobreza absolutas podem ser mais apropriadas para estudar a incidência e a evolução da pobreza. A combinação das duas abordagens é desejável, apesar de que pode impor alto fardo financeiro e enfrentar restrições institucionais e técnicas.

Quando se estuda o termo ‘pobreza’ com os óculos da Economia, faz-se necessário ter claro que critérios e fundamentos conceituais estão sendo utilizados uma vez que, como vimos, podemos estar nos referindo a uma pobreza absoluta ou relativa, crônica ou transiente, unidimensional ou multidimensional. A pobreza crônica, por exemplo, é observada quando um indivíduo atravessa privações de suas capacitações por um período ininterrupto de pelo menos cinco anos (HULME & SHEPHERD, 2003). Para estes autores, quanto mais tempo um indivíduo permanece em estado de pobreza, maiores serão as chances de continuar nessa situação a vida inteira, podendo inclusive perpetuar tal condição às gerações seguintes.

Clark & Hulme (2005) indicam que a importância do debate sobre o tema evoluiu significativamente e é preciso tratar a pobreza crônica a partir de um novo enfoque: devem-se levar em consideração os aspectos de profundidade e persistência. A pobreza crônica vai então diferir da pobreza transitória através da dimensão monetária, sendo o consumo um dos indicadores preferidos para falar de bem-estar ou da ausência deste. Numa tentativa de ampliar e multidimensionar o conceito, Hulme & McKay (2005) também apontam a renda como um indicador inadequado para se referir ao bem-estar e distinguem a análise da cronicidade da pobreza em termos de privações absolutas ou relativas, numa situação de pobreza crônica absoluta, por exemplo, em que o sujeito terá sempre o mesmo quintil de distribuição de renda e dificilmente sairá deste patamar.

Apesar dos esforços, o enfoque multidimensional continua fraco, incompleto e enviesado por influências de correntes de pensamento que consideram os determinantes da

pobreza extrema a partir de um crivo pautado em recursos, renda, acesso a bens, etc., quando na verdade, a perspectiva deveria ser muito mais ampla e abrangente:

No foco das características dos indivíduos e das famílias em situação de pobreza crônica, esta consideração não permite apenas verificar como a cronicidade da pobreza difere da pobreza transitória, mas talvez mais importante seja considerar políticas com a finalidade de combater a pobreza crônica, baseadas sobre uma sólida compreensão de quais são os determinantes dessa situação. As características geralmente associadas com a pobreza crônica incluem uma situação desvantajosa com respeito a um ou mais dos seguintes aspectos: capital humano; composição demográfica; posição; recursos físicos; categoria ocupacional, dentre outros (BAGOLIN, ÁVILA e COMIM, 2012, p.172).

O estudo categoricamente científico do fenômeno da pobreza se caracteriza pela evolução dos conceitos e métodos de investigação, que ascenderam de uma abordagem unidimensional para um enfoque multidimensional. Este último termo, aliás, é benquisto na literatura do campo das ciências econômicas, visto que atualmente as pesquisas com maior credibilidade sobre o tema levam a expressão “multidimensionalidade da pobreza” a tiracolo. A multidimensionalidade é uma característica dessas teorias que sugere a ampliação do conceito de desenvolvimento como um objetivo a ser alcançado para além do processo de crescimento econômico, ressaltando a importância dos aspectos sociais e humanos e exigindo mudanças nos critérios de investigação do nível de desenvolvimento. Como consequência, a pobreza passa a ser definida não apenas sob o prisma da insuficiência de recursos monetários capazes de assegurar as necessidades nutricionais mínimas requeridas para garantir a subsistência dos indivíduos, mas também sob o prisma da insatisfação das condições básicas que garantem a vitalidade dos indivíduos. Ou pelo menos, é assim que a situação deveria ser vista.

O advento do enfoque chamado multidimensional, no entanto, não significou o abandono da perspectiva unidimensional, que ainda hoje predomina nas análises sobre a pobreza e, por extensão, nas políticas e ações que objetivam a sua superação ou redução. A opção por visões multi, pluri, trans ou qualquer que seja o viés das disciplinas propostas na elaboração de novas percepções sobre a pobreza, também estão desgastadas à medida que atravessam mares intrépidos de números, gráficos e indicadores. Não cabe a nós decidir se há um caminho certo ou errado nesta querela, mas entendemos que adotar uma orientação para a conceituação da pobreza baseada em mensurações, por mais detalhadas e aprofundadas que sejam, gera um temeroso problema para o pesquisador que enfrenta a missão de conhecer seu objeto de pesquisa desnudo de categorizações: não há como medir sofrimento.

Partimos do pressuposto que a pobreza é, entre tantas de suas trágicas e belas facetas, uma situação de dor, pois mesmo que haja uma postura mais otimista frente às carências e

necessidades, o sujeito extremamente pobre sofre, e aqui estamos sendo muito objetivos quando afirmamos isso. Essas dores são inclusive físicas, uma vez que há uma concretude no sofrimento dessas pessoas que é inevitável. Mostramos um breve exemplo: sentir fome, dentre tantas outras formas de sentir a pobreza, é uma situação ruim, dói, desgasta qualquer ser humano e representa uma condição de existência ultrajante. Apoiados neste pressuposto, entendemos a importância do papel das teorias que tentam investigar a pobreza e conceituá-la partindo de uma avaliação quantitativa para verificar suas variações, incidências e permanências e ressaltamos que sem este trabalho, provavelmente, não teríamos evoluído tanto na elaboração de políticas públicas destinadas ao empobrecidos. Utilizamos, como já foi descrito na introdução deste trabalho, a linha de pobreza adotada pelo SUAS como critério de inclusão/exclusão dos participantes da pesquisa justamente por vermos nela um potencial de categorização muito bem definido para identificarmos com mais rapidez e precisão aqueles para quem as políticas públicas foram pensadas..

Foi muito curioso, inclusive, ver durante a coleta de informações desta pesquisa, o quanto a pergunta “Qual a sua renda mensal?” feita pelos técnicos era importante no preenchimento dos prontuários de acompanhamento familiar do CRAS. A resposta a esse simples questionamento por parte dos usuários, mal sabiam eles no momento, definiam todo o direcionamento de uma enormidade de cálculos, verbas e indicadores. A partir das respostas, uma série de registros foi elaborada, com planilhas reconfiguradas e novos números foram apresentados à SEDS. Entretanto, mesmo diante de uma aparentemente provável eficácia, acreditamos que essa discussão deve ir mais além, questionar padrões estabelecidos, descrições já naturalizadas e sofrimentos invisibilizados.

A mudez dos pobres e a surdez dos agentes públicos

Até aqui tratamos de abordar aspectos mais tecnicistas no que tange à questão das políticas públicas, o que pode ter causado no leitor certa angústia por não ter encontrado muitas correlações com nosso objeto de pesquisa. Explicamos a necessidade de adentrar neste universo de teorizações mais específicas: a profundidade dos impactos levantados a curto, médio e, principalmente, a longo prazo por uma política pública social, como é o caso da nossa proposta, têm reverberações que atingirão modos de agir e de pensar em gerações inteiras. Um estudo longitudinal não seria possível neste pequeno espaço de tempo que tivemos, mas há uma potencialidade enorme na investigação sobre o modo como estas estratégias governamentais vêm se redefinindo ao longo dos últimos anos.

Trazemos para o enlace deste trabalho algumas percepções nossas sobre como enxergamos, durante os poucos meses em que convivemos com os usuários e a equipe do CRAS, a aplicação destas estratégias na prática. Não nos cabe definir o certo ou o errado, muito menos construir juízos de valor, mas sentimos o dever de mostrar ao leitor que nesta amostra tão pequena que escolhemos, presenciemos determinadas condutas que não nos deixam dúvidas sobre a existência de uma série de abismos entre o que é construído e pensado nas agendas de discussão das políticas públicas e como estas propostas são articuladas e postas em prática.

Os agentes públicos responsáveis pela aplicação *in loco* das propostas de acompanhamento e monitoramento dos usuários não têm a dimensão do todo que representa a política pública, quiçá entendem o que é ou por quais propósitos uma PP é elaborada. Não tomamos aqui uma postura generalizadora, pois sabemos que muitas equipes se preparam e estão inseridas num processo constante de aprimoramento e aprendizado sobre suas práticas. Esperançosos, desejamos que estas sejam maioria frente ao que vimos: profissionais completamente desmotivados com suas funções, dentro de um ambiente que não assegura o mínimo de infraestrutura para as atividades que estes deveriam desempenhar plenamente.

Vamos dar um exemplo. Cada técnico do CRAS é responsável por um bairro dentro do território e, mensalmente, precisa atingir uma meta de trinta visitas domiciliares, nas quais deve fazer o acompanhamento minucioso de toda a rotina da família, desde saber se os filhos estão indo à escola até entender se na estrutura familiar está ocorrendo algum tipo de desavença interna ou externa, com os vizinhos, com o bairro ou outras pessoas de outros bairros. Todas essas perguntas vêm catalogadas em um prontuário com quase 30 páginas que deve ser preenchido pelo técnico. Já no sumário do prontuário há uma advertência aos aplicadores, de que não tratem aquele documento como uma mera coleta de dados através de um questionário, mas que todas as informações sejam reunidas a partir de um diálogo pré-estabelecido.

Eis o problema. Durante o período em que acompanhamos os técnicos, havia um único automóvel disponibilizado pela SEDS para leva-los aos bairros durante três dias na semana, em dois turnos cada dia.¹⁹ Com isso, os técnicos se revezavam e alguns faziam suas visitas pela manhã, outros pela tarde, o que dava em média um turno e meio para cada profissional fazer seus acompanhamentos semanais. Um turno e meio por semana equivale, durante o mês,

¹⁹ Fomos informados dois meses depois de nossa saída da instituição que a quantidade de dias caiu para apenas 2 por semana e para cortar gastos, todos os funcionários do CRAS passaram a trabalhar em formato de “expediente corrido”, das oito da manhã às duas da tarde.

a seis turnos, ou seja, apenas três dias para cumprir com a agenda de trinta visitas. Não precisamos detalhar o quão inviável é essa situação. Ainda há, sobretudo, mais um agravante: além das visitas domiciliares já de praxe, a cada dois meses os técnicos recebem uma lista emitida pelo Cadastro Único, a famosa “lista de descumprimento de condicionalidades”²⁰, na qual consta os dados de crianças que tiveram mais de seis faltas na escola, bem como nome e endereço de suas respectivas mães, usuárias do Bolsa Família. O papel dos técnicos é agora fiscalizador e regulatório, eles também têm a obrigação de visitar essas mães e descobrir o porquê dos filhos terem se ausentado do colégio sem apresentar justificativa (uma declaração ou um atestado médico em caso de doença, por exemplo).

Caso os técnicos não consigam alcançar todos os índices de produtividade exigidos pela secretaria, o que se configura é uma sádica situação de desespero e humilhação. A prefeitura de Sobral há anos não realiza concursos públicos e, dentro da área da assistência social, o contingente de profissionais contratados é enorme. A tática de manipulação e terror é a ameaça constante de demissão àqueles que não atingem os níveis de produção requeridos, afinal, os dados não se criam sozinhos. Vivendo de contratos sazonais que duram no máximo seis meses, esses profissionais experienciam a angústia de estarem a toda hora sob o fio da espada, sem segurança e em situações cada vez mais precárias para trabalhar adequadamente.

Obviamente, é difícil exigir-lhes calma nas visitas, ou que cumpram a risca com o que está “no papel”, daí nossa dificuldade de fazer as entrevistas de forma tranquila, pois a visita dos técnicos durava no máximo dez minutos em cada casa e nenhum deles fazia aos usuários todas as perguntas do prontuário, apenas as mais importantes, aquelas cujas estatísticas seriam mais visíveis: quantas pessoas moram no domicílio, qual o valor do Bolsa Família, quantos cômodos tem a casa e quem, dentro da família, estava participando de algum dos serviços ofertados pelo CRAS. Assinatura coletada, próxima casa.

Como o território é enorme e perigoso, também fica difícil fazer este árduo trabalho a pé, nas ruas há ladeiras muito íngremes, esgotos a céu aberto, descampados, barrancos e vielas sem nome. A rotatividade dos usuários também é grande, perdemos a conta de quantas vezes batemos à porta de famílias que já haviam mudado de endereço e não sabíamos mais seu paradeiro. Como muitas casas não têm número, o que nos restava era ir decifrando os

²⁰ As condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiadas pelo PBF, bem como pelo poder público, ao ampliar o acesso destas pessoas a direitos básicos. Se, por um lado, isto significa que as famílias devem assumir e cumprir com essa lista de compromissos para continuar a receber o benefício, por outro as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta de serviços de saúde, educação e assistência social. Fonte: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/condicionalidades/beneficiario/condicionalidades-do-bolsa-familia> Acesso em 8 de janeiro de 2016.

pontos de referência dados pelos usuários no ato do cadastro: a casa é perto da Mercearia do Seu Antônio, atrás do muro da Fábrica Delrio, ao lado do Postinho, e por aí vai.

Vivenciamos muitas outras experiências incômodas dentro da rotina institucional do CRAS e, como mencionamos anteriormente, não cabe aqui atribuir culpas, caso elas existam. Os técnicos não se motivam porque estão completamente imersos na roda viva da produção de números e são extremamente mal remunerados para cumprir a tarefa de fazer estes dados chegarem a seu destino. O reconhecimento é mínimo e as ameaças são diárias. Coagidos, não lhes resta muito a não ser ceder às pressões e enfrentar a rotina de trabalho precário. Por Sobral ser uma cidade relativamente pequena, todas as equipes dos CRAS se conhecem, e vez ou outra os membros são realocados. Conversando com alguns deles, a reclamação é unânime: a assistência social se resume ao lugar onde todos aqueles que terminaram a graduação e não conseguiram um “emprego bom” vão parar. A razão para essa migração se dá devido à alta rotatividade de cargos (a maioria dos técnicos passa menos que um ano nessa função, pois a assistência é vista como um tipo de “tapa buraco”, um emprego temporário até que se consiga outro melhor), ao salário baixo, porém aceitável, para alguém que até então só estudava, e a facilidade com que se entra num cargo como este, já que as seleções são semestrais e a SEDS, apesar de aplicar provas para avaliar o nível dos candidatos, também aceita indicações.

Quando adentram na assistência, os profissionais se veem compelidos a negar tudo o que estudaram na graduação (isso quando há uma formação que privilegie a discussão sobre políticas públicas, o que também não é tão comum) e tornarem-se meros coletores de dados. Em datas comemorativas como páscoa, natal, dia das mães, carnaval, os técnicos incorporam o papel de organizadores de eventos lúdicos para os usuários, com a finalidade de capturar o máximo de registros possíveis e enviar à secretaria, para que esta, nas apresentações anuais em que mostra sua eficácia e desempenho, possa exibir, através de fotos e vídeos, o quão competentemente administra suas equipes e acompanha seus usuários, promovendo momentos de alegria, autonomia e aprendizado para a população.

Devido a este *modus operandi* que se configura dentro de um dispositivo como o SUAS, os mais prejudicados são, sem dúvida, os usuários. Entretanto, não nos furtamos de reconhecer o quão importante é o suporte dos CRAS em momentos emergenciais, principalmente em situações extremas como a fome. A assistência vai representar nessas horas um admirável aliado na mediação de conflitos, bem como um alívio imediato, ainda que mínimo, para questões mais urgentes. Vários usuários passam diariamente pelo serviço e

participam de atividades através do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Nesses momentos que acontecem pelo menos duas vezes por semana, é elaborada uma atividade lúdica conduzida pelos orientadores sociais e supervisionada pelos técnicos. Em seguida, há um lanche para os participantes. O lanche é o momento mais esperado e, pelo pouco que acompanhamos, as atividades “lúdicas” tendem a cair no vazio da fome e da falta de preparo dos orientadores sociais, que, tão ou mais desmotivados/despreparados que os técnicos, organizam esses encontros sem planejamento prévio, que acabam por se resumir a colagens, pinturas, desenhos e, vez ou outra alguma oficina de artesanato para idosos. Há muito potencial em atividades assim, mas elas perdem seu rumo e se esvaziam quando, após a etapa da “mão na massa” não se constrói com os usuários um vínculo de diálogo que os faça questionar sobre a importância daquele momento em suas vidas.

O lanche, muitas vezes, é o principal foco dos participantes, pois será a primeira e única refeição do dia para vários. É um tanto perverso entender que por trás dessa lógica também há uma imposição por resultados. Por que o lanche não acontece antes? Porque a atividade se esvaziaria, já que muitos ali estão apenas por um motivo: fome. Então, é preferível coagir essas pessoas a participarem de tarefas enfadonhas e sem sentido durante mais de duas horas, coletar suas preciosas assinaturas, demonstrar eficiência para os indicadores e aí sim, dar-lhes o merecido prêmio por terem bravamente ficado até o fim.

Para Lopes (2009), políticas públicas são estratégias de normalização das irregularidades observadas em uma população. Amparado por uma perspectiva foucaultiana, o autor nos explica que esta normalização consiste em trazer o sujeito desviante para a normalidade, bem como naturalizar os desvios no contexto nos quais esses sujeitos vivem. Essas estratégias podem ser entendidas como ações inclusivas que anseiam em normalizar partes da população diretamente afetadas pela pobreza, pela falta de acesso à escola, pela doença, etc.

Essa postura de normalizar é uma forma de inclusão perversa e não alcança o sujeito em seu âmago, pelo contrário: como estratégia de vigilância e regulação de condutas, adentra o sujeito para melhor dominá-lo no que há de mais profundo em sua relação com a miséria: seus afetos diante de uma situação limítrofe. Não há como difamar aquele que te dá um prato de comida, ainda que haja uma condicionalidade para recebê-lo, já que nada nessa vida vem de graça. O preço que essas pessoas pagam sem perceber afeta diretamente seus destinos, pois uma vez institucionalizados pelo cabresto da política pública, os usuários passam a engrossar estatísticas fadadas a sempre buscar os mesmos determinantes e resultados: números que

comproven o êxito das políticas públicas e esclareçam que o Estado está conseguindo por um fim à miséria. Estar acima ou abaixo de uma linha de pobreza, nada disso faz o menor sentido para estes sujeitos, mas o amparo recebido pela instituição é como um favor em uma hora difícil que jamais poderá ser pago ou, pensando melhor, também haverá um momento em que condicionalidades referentes a esse favor serão cobradas.

Hillesheim e Cruz (2014) apresentam um interessante questionamento sobre o papel da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. As autoras trazem referências de nossa Carta Magna para amparar a proposta de descentralização contida na PNAS. Conforme o texto da própria política há uma preocupação em

[...] inaugurar uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como *invisíveis ou excluídos das estatísticas* (grifo nosso) – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência. (BRASIL, 2004, p.16)

Com a proposta de universalizar direitos sociais e tornar o usuário da ação assistencial acessível a demais políticas públicas, muitos autores denominam a PNAS como uma *política de travessia*. Esse termo evidencia a intenção de que as políticas públicas sociais sejam acessadas pelos indivíduos que dela precisem como auxílio, mas não providenciaria formas de provisão como, por exemplo, as políticas de previdência (HILLESHEIM E CRUZ, 2014). A única ação que se manteve contínua, ainda que no início não fosse este o seu real intuito, foi o Programa Bolsa Família. Por tratar-se de um programa perene, novas regras de acompanhamento precisaram ser discutidas, pois não estaríamos mais tratando de ações pontuais e itinerantes, mas sim de um benefício continuado que está sendo repassado há mais de uma década, atingindo novas gerações. Para Rego (2014, p.87)

Políticas sociais não devem ser comparadas a meros atos de caridade pública. Elas são antes instrumentos para promover autonomia individual e criar um senso de comunidade, em uma palavra: elas são instrumentos de cidadania, pois visam proteger o status de uma pessoa como membro pleno da comunidade. Às vezes são justificadas com base na ideia de uma compensação para os indivíduos deixados às margens ou fora do sistema econômico de mercado, que, se o sistema fosse outro, se encontrariam em posição melhor.

Em áreas urbanas, como foi o caso do campo escolhido para esta pesquisa, é comum perceber estratégias de ocultação dos empobrecidos no próprio panorama da cidade. Esses sujeitos costumam viver segregados em bairros longínquos e convivem com condições péssimas de infraestrutura e serviços públicos. Elementos simples do cotidiano de pessoas que vivem em bairros mais organizados, ou pelo menos mais limpos diferem brutalmente do ambiente em que esses sujeitos habitam: a pavimentação das ruas é inexistente; a iluminação

pública também é algo raramente visto nos bairros mais pobres; as ruas são fétidas porque não há esgoto ou água tratada; os córregos de lama e dejetos se misturam à paisagem da rua impregnando todo o espaço com um ar pestilento de sujeira. Em meio a um panorama de imundície e abandono, famílias inteiras vivem isoladas, à margem não só da cidade e da sociedade, mas da própria cidadania.

Nossa maior angústia é tentar compreender de que maneira as políticas públicas sociais poderiam tentar atingi-los se não se propõem a fazê-los questionar a condição de miséria em que vivem. Pior: não implementam/fiscalizam efetivamente sequer um canal de escuta, afinal, quem quer ouvir lamentações de pobres? Esse conjunto de elementos que caracteriza a vida dos empobrecidos, além de invisibiliza-los também os emudece, pois não há interesse algum em ouvir suas histórias ou suas dores, o que culmina num direito a voz completamente massacrado.

Vimos situações desta natureza ocorrerem com uma frequência assombrosa dentro do CRAS. Diariamente inúmeras mulheres faziam fila para resolver problemas técnicos do cadastro, consultar motivos de bloqueio ou suspensão do benefício, acrescentar junto à Coelce suas contas de luz no programa Baixa Renda, ou simplesmente tirar dúvidas. Antes de encontrarem aquela que resolveria seus problemas, a técnica da Casa do Cidadão, essas usuárias precisavam passar por uma triagem com um técnico do próprio CRAS, que fazia o registro de sua entrada e catalogaria o motivo de sua ida até lá. Mecanicamente, os técnicos simplesmente perguntavam o nome, a idade do usuário e o motivo pelo qual buscavam o CRAS. Quando algum dos usuários ousava tentar dar mais explicações, os técnicos enfaticamente pediam que eles aguardassem na sala de espera para serem atendidos. Em muitas dessas triagens encontramos os participantes para a pesquisa. No intervalo da espera para serem atendidos pela técnica da Casa do Cidadão, tivemos a oportunidade de ouvir relatos únicos da vida desses sujeitos, negligenciados por todos, inclusive por aqueles que deveriam se predispor a ouvi-los, pois é este o ofício que desempenham (ou deveriam desempenhar).

Ao final de muitas entrevistas, os usuários perguntavam se continuaríamos por lá, porque “é bom ter alguém pra dividir os problemas da gente” ou simplesmente porque “é bom ter com quem conversar”. Essas queixas veladas sobre as dificuldades de serem reconhecidos atravessam os limites de nossas práticas enquanto profissionais comprometidos com os saberes que compartilhamos em nossas áreas de atuação. Como falar sobre as próprias angústias se, ao esboçar estabelecer um diálogo mínimo, o sujeito é privado do seu direito de

se expressar e, já calejado pela constante situação de asujeitamento, humilhação e vergonha pela qual sempre passou durante sua vida empobrecida, o que lhe resta, a não ser calar? A mudez dos empobrecidos é agravada pela surdez dos agentes públicos.

Dito isso, acreditamos que este cenário no qual se assentam as políticas sociais de combate à pobreza, no caso específico de Sobral, apresenta falhas estruturais que precisam ser revistas para uma melhor aplicação das estratégias e atividades direcionadas a seus integrantes. Frisamos insistentemente que não é nosso papel nem nossa intenção desvalorizar ou denegrir a forma como as estratégias de ação são conduzidas pelas equipes dentro das unidades dos CRAS, mas sim detalhar nossa experiência no momento em que a pesquisa foi feita.

O que foi presenciado está agora sendo relatado e é imprescindível estabelecer aqui um panorama acerca dos métodos que compõem a aplicação de uma política pública em sua faceta mais concreta. Por acreditarmos que o comprometimento com uma política pública também condiz com uma postura ético-política por parte dos profissionais que compactuam com sua implementação, enxergamos a necessidade de conduzir um debate mais cauteloso acerca de condutas que reafirmam o que tantos criticam: que a política pública não serve àqueles que dela precisam. A servidão aqui dirá não só de um jogo que se desdobra nas ações assistenciais, mas também na compreensão dos propósitos aos quais essas políticas se direcionam. No enredo das quantificações não nos pareceu sobrar muito espaço para entender o que afinal está sendo produzido na ponte entre política pública e usuário. Não conseguimos visualizar este usuário sendo reconhecido como sujeito, mas sim sendo tratado como um objeto, fonte de incessantes capturas, como uma máquina de coleta de informações já exaurida de tanto contar quantos filhos tem ou quantos trocados consegue sacar por mês pelo cartão do Bolsa Família.

Outrora envolvido pelos tentáculos da política pública, esse mesmo sujeito se vê compelido a resignar-se frente àqueles que tanto lhe ajudaram cadastrando-o e acompanhando-o, e acaba naufragando nas estratégias de institucionalização através de um estabelecimento de vínculos duvidosos, seja pela participação em grupos organizados pelo CRAS, compostos por outros membros em igual ou parecida situação ou pela inclusão de filhos e familiares em atividades com propostas similares. O CRAS tem um espaço reservado para cada perfil de usuário, há grupos de mães, de crianças de 0 a 6 anos, de 6 a 12 anos e de idosos. Finalmente acomodados em seus devidos lugares de sujeitos asujeitados, os empobrecidos então alcançam a oportunidade de usufruir de seus tão esperados direitos, como

o direito de comer, o direito de terem onde habitar com dignidade, o direito de serem tratados como gente, o direito de serem ouvidos, ainda que pouco e mal.

Deixamos para o leitor uma pergunta reflexiva que admitimos não termos resposta (mas amenizamos a angústia de quem será interpelado por esta questão: acreditamos que não há apenas uma resposta. Fica a critério de quem nos lê decidir de que forma essa incógnita deve ser problematizada). Afinal a quem serve uma política pública?

CAPÍTULO 3 – POR UM OUTRO OLHAR SOBRE O CONCEITO DE POBREZA

Dentro das intituladas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, há muitos autores cuja produção acadêmica trazem um certo fôlego para os pesquisadores que enfrentam a árdua missão de estudar a pobreza. Seus valiosos posicionamentos oxigenam a escrita daqueles que experienciam a angústia de não encontrar dentro da literatura sobre políticas públicas sociais voltadas à pobreza sugestões para uma abordagem fenomenológica acerca do tema ou, pelo menos, que questione de outras formas os parâmetros estabelecidos. Durante o levantamento bibliográfico deste trabalho, catalogamos inúmeros artigos e livros direcionados especificamente para o roteiro que agora apresentamos por recortes, tecendo ligações com nosso objeto de pesquisa.

Conforme a listagem que fizemos, de autores (e suas obras) que nos trouxeram diferentes perspectivas referentes ao estudo da pobreza, enfrentamos a difícil tarefa de selecionar alguns com o intuito de aprimorarmos o debate através da exposição de outros olhares. À luz destes conceitos queremos proporcionar ao leitor a oportunidade que tivemos, dentro da pesquisa, de fazer comparativos entre os meandros das categorizações e a potência de novas críticas. As posturas teóricas que apresentaremos a seguir fornecerão o substrato conceitual para analisarmos os discursos e o processo de construção de representações sociais dos informantes da pesquisa no capítulo seguinte.

A pobreza política como uma questão social: o que fazer com os inúteis para o mundo?

Não há como deixar transcorrer um debate sobre a pobreza sem situá-la estrategicamente enquanto categoria analítica e, de antemão, nosso mote parte da hipótese de que uma das designações mais pertinentes da atualidade é enfrentá-la enquanto uma questão social.

Este termo foi exposto por Castel (2013) ao longo de toda sua obra, mas é no livro “As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário” que encontramos os pormenores que a expressão possui. Para Wanderley (2013, p.66), a questão social significa “saber quem estabelece a coesão e em que condições ela se dá numa determinada sociedade”. Castel, como criador da expressão, advoga seu uso a partir de sua experiência vivida na França, com pessoas que foram agentes e vítimas da Revolução Industrial. De acordo com este,

A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em

termos políticos se chama de nação) existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (CASTEL, 2013, p.65).

Trazendo essa expressão para nossa análise, sustentada nas palavras de Castel, o pauperismo é uma questão social. Esta, enquanto aporia de uma sociedade, diz respeito a um modo de problematizar dilemas cruciais no cenário contemporâneo, e vemos a pobreza como um impasse sacramentado pela suposta “inevitabilidade” de sua existência. Para Telles (2013, p.118), a questão social nos dá uma chave para

[...] compreender essa espécie de esquizofrenia de que padece a sociedade brasileira, nas imagens fraturadas de si própria, entre a de uma “sociedade organizada” que promete modernidade e seu retrato em negativo feito de anomia, violência e atraso; entre a celebração das virtudes modernizadoras do mercado e dessa espécie de *ethos* (grifo da autora) empreendedor que promete nos tirar para sempre da tacanhice própria dos países periféricos e o “social” projetado em uma esfera que escapa à ação responsável, porque inteiramente dependente dessa versão moderna das leis da natureza hoje associadas à economia e seus imperativos de crescimento.

Revisitamos noções sobre a pobreza que apontam para problemas estruturais enraizados em nossa sociedade, anteriores à percepção de que aquela constitui um tensionamento recente nos debates contemporâneos. A “nova pobreza”, redesenhada, inclusive, como a extrema pobreza, prepara-nos para um novo campo de questões ao transbordar dos lugares nos quais esteve consolidada “desde sempre”. Telles (2013) aponta alguns destes lócus, a saber: as franjas do mercado de trabalho, o submundo da economia informal, os confins do mundo rural, um Nordeste de pesada herança oligárquica, dentre tantos outros espaços de alastramento.

Podemos acrescentar ao seu mapeamento os territórios marginais abocanhados pelos grandes centros urbanos ao longo do tempo. Territórios de lugar algum que aos poucos ganharam atribuições singulares a partir do firmamento da pobreza em suas entranhas com o crescimento geodemográfico das metrópoles. Ao emergir como ponto cego dentro da paisagem urbana, a pobreza inquieta. Em suas múltiplas evidências, evoca uma sociedade fracassada na missão de tornar-se mais igualitária. Relembra a todos nós, como um espelho, o quão bem somos capazes de ignorar a existência do outro, se assim quisermos.

Uma sociedade pode enfrentar em seu seio diversas questões sociais. No Brasil, especificamente, temos inúmeras, por exemplo, nossa educação, fadada a ocupar sempre as últimas posições nos *rankings* de desenvolvimento mundial; nosso sistema de saúde falido, com hospitais cada vez mais lotados e precários de material, equipamento e profissionais adequados; nossa política, imersa num mar de corrupção e falcatruas; enfim, poderíamos listar páginas inteiras, mas o foco específico é: nossa população pobre e extremamente pobre, que

mesmo sendo alvo de programas de erradicação da miséria, da mídia e de sucessivas estratégias de monitoramento e acompanhamento do Estado, continua persistente e renitente, ganhando de tempos em tempos novos estigmas.

São sujeitos excluídos do cenário político, ainda que exerçam o sagrado direito do sufrágio, pois não são consultados quando há um planejamento sobre políticas públicas que poderão lhes favorecer. Não são questionados quando suprimidos do desenvolvimento urbano, predestinados a viver nos lugares onde a habitação é insalubre. Não são ouvidos quando clamam por existir, porque diante de todos os outros olhos, não são gente, são “subgente” ou “subcidadãos”²¹. Nossa questão social refere-se a uma massa de indivíduos que nunca teve acesso ao mundo do trabalho formal, que jamais teve em mãos uma certidão de nascimento, uma carteira de trabalho, que não sabe a diferença entre uma cédula de dois ou de cem reais porque nunca foi alfabetizado e não consegue ler ou identificar sequer os números impressos no papel.

Não tratamos de uma pobreza representada pela miséria pura e simples, mas de uma situação impingida, discriminatória e injusta. Demo (2001, p.13) nos alerta para o fato de que na pobreza não encontramos somente o traço da destituição material, “mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história, mas se reproduzindo na característica da repressão do acesso às vantagens sociais.” Por isso, pobreza é sempre também humilhação, degradação, subserviência, e não só fome. Afinal, que tipo de miséria o acesso ao consumo não elimina? O dinheiro por si só não vence determinadas formas de (sub) existência, pois a pobreza está impregnada também nos corpos, naquilo que é transmitido sem perceber aos filhos, netos, bisnetos, retroalimentando o círculo vicioso do pauperismo. Nossos entrevistados, como veremos no próximo capítulo, dão sustentação para comprovarmos essas afirmações, pois nos relatam a difícil missão de coexistir diariamente com o sentimento de humilhação e vergonha, fato que os impede de aprofundar qualquer laço de pertença a um segmento social.

Paugam (2010) explica-nos que tal posicionamento diante do mundo aumenta significativamente o risco de isolamento desses sujeitos. O autor afirma que os novos cenários de degradação do mercado de trabalho invariavelmente desencadeiam processos de desqualificação social que empurra os empobrecidos para a esfera da inatividade e

²¹ Para Jessé Souza (2009), vivemos em uma sociedade que naturaliza a desigualdade e aceita produzir “gente de um lado, subgente de outro”. Indicamos o livro *A construção social da subcidadania*, deste referido autor, para um aprofundamento sobre o tema.

dependência de serviços sociais. Partindo do pressuposto também adotado nesta pesquisa, Paugam acredita que a pobreza deve ser compreendida como um processo dinâmico e não como um estado imutável e infindo, dado que é perigoso entender este fenômeno como estático, o que levaria erroneamente um pesquisador a agrupar num mesmo conjunto populações com situações heterogêneas, como ocorre na aplicação de políticas sociais de combate à pobreza. O conceito de desqualificação contempla de forma clara o que queremos trazer ao discutirmos, no próximo capítulo, como nossos informantes se inserem (quando conseguem) de forma débil e precária no universo do trabalho. A desqualificação social, nas palavras do autor,

[...] caracteriza o movimento de expulsão de forma gradativa, para fora do mercado de trabalho, camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases deste processo. Cumpre realçar que o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência. (PAUGAM, 2010, p.70)

Esta é uma versão muito interessante da interpretação apresentada pelos informantes, que, desamparados no universo laboral, encontram dentro das políticas sociais uma turva luz no fim do túnel que atravessam diariamente em busca da sobrevivência. Nossos informantes estão numa categoria da esfera da inaptidão que os coloca completamente fora da disputa por um lugar no mercado de trabalho. São invisibilizados por sua condição de subcidadãos e, devido à precariedade com a qual lidam desde sempre, são expostos como um eterno exército de reserva para atuar nas tarefas mais degradantes, braçais e indesejadas dentro da sociedade.

A pobreza em sua versão material é a face mais visível com a qual nos deparamos concretamente nas ruas, nos espantando de soslaio, constringendo-nos pela sua presença agressiva. Não devemos toma-la jamais como um dado natural, mas sim como produto de tipos históricos de organização da sociedade. O que não queremos ver, mas inevitavelmente nos choca é uma desigualdade produzida e mantida por padrões de comportamento seculares. O Estado embutido de poder intercede em favor dos pobres, mas sabemos que a dinâmica do poder é perversa: a desigualdade instaura a necessidade institucional de preservar privilégios. De acordo com Demo,

Como todo poder oprime, é fundamental acobertar a opressão. [...] A melhor farsa ainda é a roupage de participação. Poder inteligente é aquele que se transveste de conquista popular. [...] Política Social que promove a conquista de espaço por parte do desigual é temerária. É preferível distribuir bens materiais, mas não poder. (2001, pp.18-19)

Entender a pobreza como uma questão social não se trata de colocar o pobre a par de estatísticas sobre a evolução calórica de sua refeição desde que começou a participar de

programas de transferências de renda. Ver este sujeito como cidadão pressupõe que além das penúrias materiais, há nele uma pobreza política. Demo cunha essa expressão para nos alertar de que existem duas formas de pobreza: não ter e não ser. “Não ter” prescinde das carências materiais, já “não ser” está num plano da falta de conhecimento e consciência dos próprios direitos. “Não ser” infere a ausências que não costumam matar, como a fome, mas igualmente destroem. Muitos não só pouco ou nada têm como pouco ou nada são. Segundo o autor, politicamente pobre é, em primeiro lugar, quem sequer consegue saber que é pobre.

Há diferença total entre ver-se pobre e saber-se pobre. Para saber-se pobre, o pobre precisa de consciência crítica capaz de desconstruir sua exclusão e entendê-la como dinâmica histórica e cultural mantida, manipulada, não como sina ou desígnio. Precisa postar-se como sujeito e não como objeto. (2005, p.175)

Aliado a essa conjuntura de miserabilidades, nos deparamos com um sistema neoliberal competitivo e avassalador para aqueles que nele não se encaixam. Temos exércitos de reserva começando a tornarem-se majoritários dentro das populações extremamente pobres. O desemprego é uma constante na vida desses sujeitos, que só conseguem “bicos” para obter algum tipo de remuneração por sua força laboral, expondo os limites mais ultrajantes da precarização do trabalho. Destes que nunca entraram e nunca se vincularam, Castel (2013) chama de desfiliaados.

De imediato, o autor também nos mostra a debilidade analítica da noção de exclusão, uma outra categoria que nos auxilia a pensar sobre a questão social da pobreza, e nos oferece um conjunto de razões que, como ele mesmo indica, nos “deveriam levar a um uso reservado desse termo, e até mesmo a excluí-lo, ou seja, a substituí-lo por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e fraturas sociais atuais” (CASTEL, 2013, p. 16). Sustentando a ideia de que o termo, ao mesmo tempo, oculta e traduz a questão social atual, sinaliza a sua fragilidade e as armadilhas que engendra e destaca: trata-se de um termo que designa uma ampla heterogeneidade de fenômenos “encobrendo a especificidade de cada um. Portanto, a exclusão não é uma noção analítica”; um segundo aspecto da fragilidade do termo é que “autonomiza situações limites que só têm sentido quando colocadas num processo”; por fim, indica que a noção de exclusão não atenta para as causas estruturais e globais das relações capitalistas e conduz, por isso, a atacar, de forma focalizada e precária, as consequências (FRIGOTTO, 2010).

Não se trata, ressalva Castel, de não reconhecer o mérito e a necessidade das políticas de inclusão, mas de atentar para o fato de que a questão social vem sendo trazida, de forma

permanente, para a “margem”, reduzindo-a a uma discussão técnica. Castel, então, vai explicar por que usa termo desfiliação, e não exclusão:

A exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações. Para empregar com rigor tal noção, que corresponderia ao modelo de uma sociedade dual, seria necessário que ela correspondesse a situações caracterizadas por uma localização geográfica precisa, pela coerência ao menos relativa de uma cultura ou de uma subcultura e, mais frequentemente, por uma base técnica. Em contrapartida, falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. (p.26)

Os “Vagabundos” apontados por Castel não possuem reconhecimento algum e estão completamente estigmatizados. O indivíduo que alcança essa condição se reduz a si mesmo, mobilizado a se conduzir por si mesmo. Estes “inúteis para o mundo” não servem mais nem para o exército de reserva do mercado, encontram-se desfiliaados da sociedade salarial e é importante refletirmos sobre as origens do processo de formação desse sujeito vulnerável na sociedade.

As fontes de sobrevivência são muito incertas, não há nenhum tipo de forma fixa de atuação. Os extremamente pobres são populações que se encontram em uma espécie de nomadismo econômico: hoje trabalham cortando a grama de um prédio, amanhã ajudam um pedreiro a erguer um muro, semana quem vem fazem uma faxina na casa de alguém, e assim por diante. Geralmente não há uma estabilidade de funções. Para o sujeito que vive apenas de sua força de trabalho, restam os benefícios que a sociedade salarial reserva para ele. Mas quando essa força de trabalho é precarizada e levada a mais completa informalidade, as garantias da propriedade social caem por terra. O desabamento dessa propriedade desordena por completo a vida laboral do sujeito, bem como sua subsistência. Essa erosão distancia o sujeito dos direitos mais básicos e essenciais, que se tornam cada vez mais difíceis de alcançar. Castel afirma que:

A interdependência cuidadosamente encaixada dos estatutos numa sociedade ordenada é ameaçada pela pressão que exercem todos os que nela não encontram seu lugar a partir da organização tradicional do trabalho. A questão da vagabundagem expressa e dissimula, ao mesmo tempo, a reivindicação fundamental do livre acesso ao trabalho, a partir do que as relações de produção vão se redefinir em nova base. (p.31)

Os sujeitos encontram-se, assim, numa situação de abandono que os coloca à margem das trocas produtivas do capitalismo e o consumo tem outras derivações em suas existências. Estamos atravessando uma época em que o crescimento econômico exposto pela mídia parece algo muito próspero, a época do – quase – pleno emprego que o Jornal Nacional apresenta

deixa os cidadãos aliviados, apesar de todos os pesares, o Brasil cresce. Entretanto, a realidade que Castel chama de “supranumerária” continua existindo. São grupos nem sequer explorados, pois não possuem as competências necessárias exigidas pelos valores sociais, sendo assim, supérfluos.

A ralé e a subalternidade

Alguns dos enfoques metodológicos apresentados no capítulo anterior deram origem ao que hoje determinados pesquisadores (como por exemplo, SOUZA, 2009) chamam de economicismo. Japiassu (2005) aponta que grandes cientistas têm proclamado que a ciência não tem necessidade de justificação exterior, e com isso ela passa então a ser tratada como um dogma – o dogma do cientificismo – que tudo explica e assim se basta. Cabe muito bem a mesma comparação com o economicismo, aqui também tratado como uma postura doutrinária que não condiz com a posição de todos os pesquisadores e estudiosos da área da Economia, mas que está ganhando espaço em diversos campos de saber e poder. “O economicismo é, na realidade, o subproduto de um tipo de liberalismo triunfalista hoje dominante em todo o planeta, o qual tende a reduzir todos os problemas sociais e políticos à lógica da acumulação econômica” (SOUZA, 2009, p.16).

Souza (2009; 2012) aponta que a crença fundamental do economicismo é a assimilação da sociedade como se fosse formada por um conjunto de *homo economicus*, ou seja, sujeitos racionais que meticulosamente calculam suas chances na luta social por recursos escassos, com condições idênticas de comportamento, autodisciplina e autoresponsabilidade. É necessário articular esse conceito com o que vamos discutir, pois é a partir dessa distorção criada pelo economicismo que o marginalizado social é percebido como um alguém com as mesmas capacidades, disposições e condições de um indivíduo da classe média. O miserável e sua miséria são vistos como acidentais, “um simples acaso do destino, facilmente reversíveis, basta apenas receber um pouco de ajuda do governo para conseguirem caminhar com as próprias pernas”²².

Tal raciocínio extirpa o sujeito de seu contexto social, e ao esconder os fatores não econômicos da desigualdade, ele torna invisíveis duas importantes questões sobre o fenômeno: sua gênese e sua reprodução no tempo. Para Souza, este aspecto redutor do economicismo é uma visão dominante também das “pessoas comuns”, ou seja, pessoas “não especialistas” ou “não autorizadas” pelo seu capital cultural a falar com propriedade sobre o

²² *Id.* 2009, p.18.

mundo social. O autor também explicita que nesta visão de mundo adotada pelo economicismo, a “classe social”,²³ através de seus privilégios positivos e negativos, é transferida para as gerações futuras por meio de objetos materiais e, no caso dos negativamente privilegiados, pela ausência destes. A isso, ele chama de capital econômico.

Sua crítica ao modelo economicista é tentar superar o reducionismo da visão de classe, apontando também como “herança de classe” o capital cultural. Existe uma transferência de valores que são imateriais na reprodução de uma classe, bem como de seus privilégios, e até mesmo em classes mais altas, com grande poder aquisitivo, os filhos só terão a mesma vida privilegiada dos pais se herdarem seus “estilos de vida”. Na classe média, a cegueira do argumento economicista é ainda mais visível, pois aqui, diferente da classe alta, a reprodução não se dá por meio de uma transferência material, mas sim afetiva, invisível dentro do cotidiano de práticas e *habitus*, do privado de cada residência, das condições que permitirão aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição do capital cultural. Entretanto, há uma universalização, pelo economicismo, dos pressupostos da classe média para todas as “classes inferiores” como se as condições de vida de cada classe fossem as mesmas. O esquecimento do processo de socialização familiar e apreensão do capital cultural vai legitimar o argumento “o que importa é o mérito individual”. O *habitus* que Jessé Souza traz das leituras de Pierre Bourdieu é um conceito central para entendermos os privilégios de classe e a estigmatização da ralé. O autor vai trabalhar este termo respeitando os referenciais de análise apresentados pelo criador do conceito. Para Souza, a ideia de *habitus* seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do *habitus* são em certa medida “pré-adaptadas” às suas demandas (SOUZA, 2012).

O *habitus* é o passado tornado presente, a história tornada corpo e portanto “naturalizada” e “esquecida” de sua própria gênese. Precisamente por ser uma

²³ O conceito de classe que adotaremos neste trabalho é o apresentado por Bourdieu. Para o pensador francês “as classes sociais não existem [...] o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer” (1996 pp. 26-27). Bourdieu referencia-se em Thompson para definir o que é classe: “é preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital. Nessa lógica, as classes sociais são apenas classes lógicas, determinadas, em teoria e se se pode dizer assim, no papel, pela delimitação de um conjunto – relativamente – homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social; elas não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação – no sentido de E.P. Thompson fala em *The making of the English working class* - cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência à mesma classe sócio-lógica.” (BOURDIEU, 1996, p. 29)

espécie de história naturalizada numa espontaneidade sem consciência, o habitus é um elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação às determinações externas do presente imediato por ser espontaneidade sem consciência ou vontade, o habitus não se confunde nem com a necessidade mecânica, nem com a liberdade reflexiva dos sujeitos. (SOUZA, 2012, p.46)

O fracasso dos indivíduos de outras classes não privilegiadas será tomado como uma “culpa individual” e o abandono sociopolítico secular de classes inteiras, diariamente exercido também pela sociedade inteira, será invisibilizado para legitimar a consciência do privilégio, seja econômico, como na classe alta, ou cultural, como na média. Todavia, há uma classe que é desprovida não só de capital econômico, mas também de capital cultural. A privação aqui se refere a todas as condições sociais, morais e culturais que permitiram a apropriação de algum tipo de capital: Essa é a ralé.

Jessé Souza evidencia este termo não na intenção de ofender essas pessoas já tão humilhadas, mas para provocativamente causar estranheza, e chamar atenção para nosso maior conflito social e político: o abandono consentido pela sociedade de uma classe inteira de indivíduos precarizados que se reproduz há gerações enquanto tal. Esta classe é permissivamente esquecida, sendo mencionada nos debates públicos como um “conjunto de indivíduos carentes ou perigosos, tratados por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real”²⁴. Encontramos aqui sujeitos despreparados para o trabalho produtivo no modelo capitalista altamente competitivo, que entram neste pela via da precariedade, da mão de obra barata e fácil. Essa inserção totalmente desamparada esconde o principal: “a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde seu nascimento”²⁵.

O reconhecimento do mundo moderno como uma ordem justa está legitimado no argumento da meritocracia, firmada na crença de que superamos as barreiras de sangue, as origens difíceis, e hoje só se considera o desempenho diferencial dos indivíduos. O que não se pontua é que há uma série de condições sociais para o tão sonhado sucesso, supostamente individual. O mérito próprio na verdade é produto das capacidades e habilidades transmitidas pelos pais através da identificação afetiva, são heranças de cultura de classe. Já no caso da ralé, esta classe social nunca percebida enquanto “classe”, não há mérito, e sim “culpa”: são os sujeitos da ralé aqueles que não tiveram garra para vencer na vida, é culpa deles mesmos não terem se dedicado mais a estudar ao invés de irem para rua, as oportunidades são as mesmas, o mercado de trabalho é aberto para todos. É essa a retratação da pobreza para

²⁴ SOUZA, *op. cit.* p.21.

²⁵ *Ibidem*, p.22.

Souza, a ralé representa a continuação da reprodução de uma sociedade que naturaliza a desigualdade e aceita produzir “gente de um lado, subgente de outro” (SOUZA, 2009).

Outra autora que questiona com muita propriedade esta nova – velha “classe” apontada por Souza é Yazbek. Em seu livro *Classes Subalternas e Assistência Social* (2009), a autora vai esmiuçar a estruturação das classes subalternas e tentar mostrar de que forma elas expressam um lugar social. O fato de a presença dos “pobres” em nossa sociedade ser tratada como algo natural e banal despolitiza o enfrentamento da questão e coloca os que vivem a experiência da pobreza num lugar social que se define pela exclusão (FALCÃO *apud* YAZBEK, 2009).

Agora apresentamos a pobreza como uma experiência, que, de acordo com a autora, é referente à desqualificação dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, configuração ‘negativa’ das qualidades indesejáveis que lhes são conferidas a partir da procedência de classe. Por ser uma expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade, ela deve ser percebida como uma carência também de esperança (MARTINS, 1997). No Brasil, a pobreza constitui-se de um conjunto heterogêneo de indivíduos, cuja unidade não está apenas na renda limitada, mas, principalmente, na exclusão e na subalternidade. Aqui, a experiência da pobreza “constrói referências e define ‘um lugar no mundo’, onde a ausência de poder de mando e decisão, a privação de bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais que explicam essa condição ocorre simultaneamente a práticas de resistência e luta” (YAZBEK, 2009, p.75). Mas quem seriam esses sujeitos? Para a autora, temos uma “produção de classes sem identidades de classe” e, para penetrar, ainda que introdutoriamente no universo da pobreza e da destituição, deve-se partir do pressuposto de que

[...] exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores sociais que ocultam/revelam o lugar que o segmento das classes subalternas ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo de poder. Submerso numa ordem social que o desqualifica, num cotidiano marcado pela resistência, vai aí se constituindo os padrões mais gerias de sua identidade, sua consciência e representações (YAZBEK, 2009, p. 77).

Os fundamentos para a escolha da categoria ‘subalterno’ foram buscados pela autora no pensamento de Gramsci, e esta conceituação parte de uma perspectiva que expressa não apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão social e política. O núcleo da concepção de subalterno se aplica a uma imensa parcela da população que, mesmo com grande diversidade de características e interesses, vive imersa na mesma esfera de

necessidades, diferenciada apenas em graus de precariedade, marcada pela transformação da vida cotidiana dessas classes, sobretudo na luta por sobrevivência.

Martins (1989, p.98) pontua que cada vez mais a “a ampla diversidade de características e interesses dos diferentes grupos subalternos tenderam a definir as classes subalternas como uma pluralidade de perspectivas, de ações, de estratégias, de interesses”. Pluralidade essa que põe em questão não apenas a exploração, mas também as diferentes formas assumidas pelo poder na vida cotidiana dos diferentes grupos e pessoas. O subalterno não seria, portanto, uma condição, figura que o desenvolvimento capitalista supostamente extinguiria com o decorrer do tempo. Estamos na verdade diante de um processo que se atualiza e subalterniza grupos crescentes nos países pobres e nas regiões pobres de países ricos.

Tratamos dos indivíduos desprovidos de capital econômico e cultural, vistos como ralé, pertencentes a uma classe que é invisibilizada e subalternizada, e que o governo atualmente trata como população em situação de vulnerabilidade. Mas, como caracterizar o indivíduo que é vulnerável? A dimensão da vulnerabilidade social se ancora na incerteza do dia seguinte. Esse sujeito é fragilizado pelas transformações sociais, compreendidas no entorno da falta de apoio e suporte para assegurar-lo como cidadão. A vulnerabilidade está intimamente ligada à desvinculação com o mundo do trabalho, a saída dele ou a impossibilidade de entrada.

Embora sejam invisíveis, inúteis, os extremamente pobres existem socialmente. Tratamos aqui de uma existência precária, que através da desqualificação social, empurra esses sujeitos para a esfera da inatividade e dependência dos serviços sociais. O que torna a situação ainda mais intrigante é que estes tais serviços também não os alcançam, e mesmo que alcance constrói em torno dessa relação um estigma, transformando a pobreza em um status social desvalorizado (PAUGAM, 2010).

Antinomia inclusão/exclusão: inclusão perversa ou exclusão integrativa?

É curioso perceber nas produções acadêmicas atuais a quantidade de termos criados e repensados para discutir a questão social da pobreza. Se pudéssemos elencar uma tríade de repetições mais pontuadas acerca do tema, diríamos que as palavras *pobreza*, *desigualdade* e *exclusão* andam de mãos dadas; se desdobram em outras tantas formas de interpretar o fenômeno, mas deságuam no mesmo mar de categorizações.

Martins (1997) nos diz que um conceito é mais do que um instrumento do discurso, ele é o ponto de referência de uma prática. Ao recusar o uso do conceito de exclusão, o autor alega que assim o faz, justamente, para entender que seu uso, neste contexto que apresentamos, significa que estamos querendo dizer alguma coisa que o conceito indica de forma imperfeita, insuficiente e equivocada. Daí a “inconceitualidade” do conceito, ele é impróprio e distorce o problema que pretende explicar. Pelo equívoco que contém e pela sua deficiência, o “conceito” de exclusão empobrece a interpretação da prática, que é muito mais rica do que aquilo que pode ser estreitamente contido pela palavra. O mote do autor vem agora: “Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica” (MARTINS, 1997, p.27).

Com esse posicionamento radical, este autor defende que damos muitos nomes a mesma coisa: o pobre além de tratado como marginal e vagabundo é, como mencionamos acima, também o subalterno, a ralé, e agora, o excluído. Estaríamos, com isso, usando a palavra exclusão para desmistificar a palavra pobre, na tentativa de relativizar a concepção de pobreza e revelar a nossa desconfiança em relação à antigamente suposta abrangência explicativa das palavras “pobre” e “pobreza”.

Certamente, um sério erro de interpretação, que todos podemos cometer, é o de trabalhar a possivelmente “nova” cara da pobreza, utilizando uma dicotomia interpretativa: existe exclusão e a exclusão é produto do “projeto” neoliberal (como se fosse possível numa economia capitalista que tem como lógica a expansão e o crescimento, expandir-se e crescer sem mercado, sem compradores, sem incluídos, somente excluídos!) (MARTINS, 1997, p.29)

Aqui tratamos de uma sociedade que apresenta como lógica tudo erradicar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado para que tudo e todos se submetam às leis desse mercado. Todos nós, em variados momentos de nossas vidas e por diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos, mas é próprio da lógica de exclusão a inclusão. “A sociedade capitalista desenraizada exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica”.²⁶

Há uma contradição não-vivenciada expressa dentro da exclusão. Ao mudarmos o termo “pobreza” substituindo-o por “exclusão”, é possível entrever uma tentativa escamotear o fato de que a pobreza é hoje, mais do que mudar de nome, pois esta mudou também de forma, de contexto e de consequências. Estamos distantes da antiga percepção de que pobre

²⁶ *Ibid*, p.32.

era aquele que não tinha o que comer. A atual realidade de que vivencia a pobreza inclui a negação subjetiva da mesma por parte dos indivíduos que a compõem. Martins afirma que “na medida do possível, eles preferem não se reconhecer enquanto tais” (1997, p.18), sua sugestão explicativa para tal comportamento é de que a pobreza, nos ditames atuais, é relativizada, sendo a linha que separa pobres e ricos uma segmentação móvel, constantemente redesenhada por uma cultura que também se transforma, definindo, assim, de modos sucessivamente diferentes e até contrastantes o que a pobreza.

Com a ascensão do modelo neoliberal, o que identificamos é a adoção do termo “exclusão” nos debates atuais para ocultar as reais armadilhas sob as quais pesam as deficitárias formas de inclusão precária em nossa sociedade. Há uma cilada quando as vozes do cenário sociopolítico levantam a problematização sobre os excluídos, questionando o que, por exemplo, “não está acontecendo como deveria nas políticas públicas de combate à miséria e fome”, obstruindo o debate sobre o que de fato acontece: quando abordamos a questão da exclusão, fica de lado o questionamento sobre as formas condenáveis e indignas de inclusão pelas quais esses sujeitos passam. As estratégias inclusivas geralmente apresentam a seguinte falha: o indivíduo só é reincluído sob o prisma do plano econômico, pois ganha alguma quantia mensal vinculada à condicionalidades para garantir sua sobrevivência, entretanto, a reintegração num plano social entra em colapso.

O problema da exclusão não é novo, mas só agora tem começado a se tornar visível, e isso ocorreu porque antes, logo que se dava a exclusão, em seguida, por curtíssimo prazo, se dava também uma inclusão, como no caso dos camponeses, que ao serem expulsos de suas terras, eram logo absorvidos pela indústria. O problema da exclusão começa a surgir no debate público porque os processos de inclusão foram ficando cada vez mais demorados e o modo com o qual essa inclusão agora se apresenta implica uma degradação bem pior que antes. Estas formas extremas mostram que a maneira como o mercado absorve ou não a população excluída vem mudando, em outras palavras: “o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório”²⁷.

O autor confirma que processos de inclusão mais recentes buscam reduzir o tempo de espera, porém as mudanças se dão apenas no plano econômico, a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social, a pessoa não se reintegra numa sociabilidade “normal”. Este processo que nós chamamos de exclusão não cria os mais pobres

²⁷ *Ibid*, p.33.

que conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. “[...] ele cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico, pela via do consumo, e excluyente do ponto de vista social, moral e até político”²⁸.

Mas, ainda há uma última pontuação: uma categorização dos conceitos não implica a anulação do fato que há uma relação que permeiam os seus sentidos. Para isso, precisamos ter muito clara a lógica de que categorizar é valorar de acordo com determinados aspectos que surgem e se repetem. Podemos categorizar de forma rude os pobres como aqueles que não têm dinheiro e ricos como aqueles que têm dinheiro. Entretanto, não podemos inferir com isso que uma pessoa é pobre porque é o destino dela viver assim. Se há poucos com tanto e muitos com tão pouco, deve haver algo errado. É a partir daqui que embutimos na análise um novo conceito: a relação.

Guarechi (1992), no artigo “A Categoria Excluído” põe em discussão essa questão. Para ele, ao pensarmos Pobreza como uma relação, precisamos mudar o termo utilizado, pois não existe alguém enriquecido sem alguém que o enriqueceu, o mesmo vale para alguém pobre. A necessidade do outro²⁹ constitui uma relação. Em sua obra, ele faz a seguinte conceituação:

Relação, como a definimos, é a ordenação intrínseca de um ser em direção a outro (a “*ordo ad liquid*” da boa filosofia). Assumimos também o ser humano como “relação”, isto é, como um ser que se constrói e se constitui a partir dos milhões de relações que ele estabelece com todos os seres existentes. (GUARESCHI, 2010, p.144)

O excluído categorizado como pobre não foi excluído por natureza, e sim por outros homens. Ele não existe por si mesmo, mas nasce como fruto das relações de desigualdade dentro de uma sociedade. Se há excluídos, é porque existe um sistema que inclui e seleciona categórica e hierarquicamente o que pode ou não entrar no rol “cidadão³⁰”. Vagabundos³¹,

²⁸ MARTINS, *op. cit.*, p.34.

²⁹ O desconhecimento do ‘outro’ que é fruto de uma segmentação social dissipa a criação e perpetuação de estereótipos envolvendo a pobreza e dá cabimento para que se gere um “não reconhecimento” ou um sentimento de semelhança. O “não reconhecimento” é visto como uma forma de identificação precária e precipitada, tornando-se um dos pilares que sustenta o que hoje significamos como “Desigualdade”.

³⁰ De acordo com nossa Constituição de 1988, cidadão é aquele que se identifica culturalmente como parte de um território, usufrui dos direitos e cumpre os deveres estabelecidos em lei. Ou seja, exercer a cidadania é ter consciência de suas obrigações e lutar para que o que é justo e o correto sejam colocados em prática. Os direitos e deveres não podem andar separados. Só quando cumprimos com nossas obrigações permitimos que os outros exercitem seus direitos. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos da Constituição, dentre eles: Saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, segurança, lazer, vestuário, alimentação e transporte são direitos dos cidadãos. Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Ninguém deve ser submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. A manifestação do pensamento é livre, sendo vedado o anonimato. A Constituição de 1988 reserva cinco capítulos aos direitos fundamentais do cidadão, com várias categorias sobre os direitos individuais e coletivos. (BRASIL, 2003).

mendigos, prostitutas, meninos de rua, analfabetos, favelados em geral, todos são excluídos de um sistema perverso. Podemos chama-los de empobrecidos, filhos da falta, desde a comida até a dignidade.

É também interessante dar-se conta que a exclusão econômica é, na maioria das vezes, senão a causa, ao menos a condição para a exclusão política, religiosa, cultural e social. Sem defendermos um determinismo econômico, percebemos, contudo, que à medida que as pessoas são privadas das necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, saúde, moradia, etc. nessa medida são também marginalizados dos outros benefícios sociais. (GUARESCHI, 1992, p.8)

Sawaia (2010, p.7) também vai se debruçar sobre tais conceitos e, ao tratar a exclusão como um assunto em pauta e usado de forma hegemônica nas diferentes áreas do conhecimento, esta acaba sendo vista como “[...] uma concepção de desigualdade como resultante de deficiência ou inaptidão individual, falta de qualquer coisa, um sinônimo do sufixo *sem* (*less*), até a de injustiça e exploração social”. Nesta análise, a exclusão e a desigualdade terão um enlace diferenciado, uma vez que estarão sempre associadas a baixas condições de renda, que geram problemas para a educação, moradia e cidadania. Para Sawaia, o sofrimento social advindo das relações de desigualdade é constituído por uma contradição: ele contém em si a sua negação e não existir sem ela, isto é, ser idêntico à inclusão pela inserção social perversa:

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA *et al*, 2010, p.8)

Portanto, ao invés de uma exclusão, o que se tem é a “dialética da inclusão/exclusão”, e assim a exclusão passa a ser entendida como o descompromisso político com o sofrimento do outro. Essa dialética gesta subjetividades específicas, que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado, e elas não podem ser simplesmente explicadas por um determinismo econômico, pelo contrário, essas subjetividades determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e manifestam-se no cotidiano. A exclusão, por fim, poderá ser entendida por Sawaia como um processo complexo, sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros, não se apresenta de forma única e

³¹ Para Castel (2013, p.119-120) há dois critérios constitutivos da categoria de vagabundo, que se tornam explícitos: o primeiro é a ausência de trabalho, ou seja, a ociosidade ligada à falta de recursos e o fato de ser “sem fé nem lei”, isto é, sem pertencimento comunitário. O vagabundo é uma mancha, “completamente invisível porque totalmente desterritorializado, e sobre ele vai abater-se um arsenal sempre renovado de medidas cruéis”.

nem pode ser considerada como uma falha do sistema, mas precisa ser combatida como algo que fere a ordem social. As contradições neste processo são explicadas através da base dialética marxista, representada pela qualidade de uma ideia conter em si a negação e não existir sem ela. Para a autora,

A lógica dialética explicita a reversibilidade da relação entre subjetividade e legitimação social e revela as filigranas do processo que liga o excluído ao resto da sociedade no processo de manutenção da ordem social, como por exemplo o papel central que a ideia de nós desempenha no mecanismo psicológico principal da coação social nas sociedades onde prevalece o fantasma do uno e da desigualdade, que é o de culpabilização individual. (2010, pp. 8-9)

É essa contradição que alimenta e legitima as relações de desigualdade. A Pobreza nos mostra que nosso mundo é desigual e a Exclusão nos permite refletir se nós mesmos que estamos produzindo essas desigualdades à medida que nos descomprometemos com o próximo. Ainda utilizando o que Green trabalha, podemos observar a seguinte crítica que ele nos faz:

A desigualdade extrema gera indignação e condenação, porque ela contradiz a noção amplamente estabelecida de que todas as pessoas, onde quer que estejam, têm determinados direitos básicos. É sensacional que a desigualdade seja devidamente atacada para que os países cumpram com suas obrigações legais estabelecidas no âmbito do marco internacional de direitos humanos das Nações unidas, garantam direitos civis e políticos iguais e promovam a “realização progressiva” e direitos econômicos, sociais e culturais. (2009, p.5)

Os processos de exclusão que transversalizam o conceito de Pobreza podem ser entendidos como uma segregação que põe os sujeitos empobrecidos à margem de possibilidades. Desde a captação de oportunidades, que muitas vezes é perdida ou inexistente devido ao peso da velha máxima “não tenho chances porque sou pobre” ou então ao recorrente argumento do carma “é impossível chegar lá porque foi assim que Deus quis”³² até o desinteresse em entender os próprios direitos.

Do ponto de vista de Beghin (2009), ao colocar que a permanência da pobreza no Brasil, enquanto uma situação que assola a vida de milhares de pessoas, não se dá devido à escassez de recursos, apesar de, muitas vezes, especialmente no Nordeste, recursos básicos como a água, faltarem. O que há, na verdade, é uma péssima distribuição destes recursos, que culminam fatalmente numa distribuição de renda desigual. Para a autora, “nas democracias

³² William T. Vollmann (2010) faz uma pesquisa muito instigante sobre o modo como os pobres explicam por que estão nessa condição. Quando o autor (que também é jornalista) indaga a seus entrevistados “por que vocês são pobres?” – e esta é a pergunta que dá nome ao livro – muitos trazem respostas que são no mínimo curiosas. Os argumentos vão desde “em vidas passadas fiz mal às pessoas e agora estou pagando por isso, é o meu carma” até “os ricos querem investir e ficam cada vez mais ricos, e os pobres, como eu, são preguiçosos, por isso são pobres”.

contemporâneas, as desigualdades e a pobreza são o resultado das tensões entre a exigência ética dos direitos e os imperativos da eficácia econômica, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade de exclusões tramada na dinâmica das relações de poder” (2009, p.593).

Finalizamos essa exposição com a seguinte ressalva: É preciso transferir para as pessoas a possibilidade de construir a própria cidadania e destituir a ideia de aceitação do que é dado, mesmo que a situação seja injusta, desigual, paupérrima ou excludente, na qual os sujeitos são inferiorizados na legitimação das práticas que alimentam ainda mais a disparidade de acesso a bens e serviços. Quando se aceitam situações assim as pessoas passam a ser dominadas (GUARESCHI e BIZ, 2005), o cultural vira natural (THOMPSON, 2011).

A importância deste capítulo e da contribuição teórica apresentada por cada um dos autores citados reside nas possibilidades inesgotáveis de averiguarmos novos universos de saberes que estão longe da nossa zona de conforto, e mais: adentrar nestas zonas requer uma percepção densa e crítica sobre as estruturas que compõem as relações de desigualdade, pobreza e exclusão. Os autores aqui mencionados de alguma forma trazem sua parcela de compreensão para entendermos melhor os temas, mas para nossas dimensões de análise, não utilizaremos detalhadamente todos, dada a vastidão e profundidade de conceitos em relação ao pouco espaço para escrita da dissertação. Contudo, deixamos para o leitor uma resumida, porém consistente lista de teóricos que discutem a questão social da pobreza de forma responsável e articulada, através de posicionamentos que acreditamos serem transformadores no nosso modo de ver a sociedade e suas rupturas.

CAPÍTULO 4 – A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS MODOS DE (R)EXISTIR: VOZES DA EXTREMA POBREZA

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi a principal ferramenta teórica escolhida para nortear esta pesquisa. Tentaremos elucidar aqui sua origem, principais pressupostos e possibilidades de aplicação. Seu fundador, Serge Moscovici (1925-2014), construiu em alicerces muito sólidos os pilares epistemológicos deste aparato conceitual, que se encontra edificado em um novo modo de fazer e pensar sobre a ciência e suas práticas, como veremos a seguir.

Construiremos, a partir deste percurso teórico, uma análise detalhada acerca de algumas falas dos informantes da pesquisa. Cada narrativa foi única, algumas apresentam em seu contexto mais detalhes que outras, mas algo foi constante durante cada história. As pessoas que entrevistamos nos relataram dificuldades estruturais, relacionadas principalmente com a falta de renda, mas através das falas trouxeram elementos mais profundos acerca das durezas de morar no território, de questões relacionadas ao (des) emprego e das implicações vivenciais oriundas da situação de miséria. Algumas conseguiam dar-se conta de que se definiam pobres durante todo o discurso, mas outras não se viam nem se admitiam enquanto tais.

Apresentaremos algumas das entrevistas a partir de fragmentos da narrativa, e consideraremos os mais significativos ou paradigmáticos para a discussão. A narrativa, como a entendemos, atravessa a necessidade humana incessante de *contar* como uma forma primária da comunicação entre os homens. O ato de contar histórias provoca estados intencionais que aliviam ou tornam familiar o rol de acontecimentos e sentimentos confrontados diariamente em nossas vivências ordinárias. Narrar é estar sempre se voltando para uma experiência pessoal através de um detalhamento da mesma com enfoques variados nos acontecimentos e ações (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2012).

Para estes autores, o ato de contar histórias nos traz duas dimensões: a dimensão cronológica, que nos remete a uma narrativa de episódios sequenciais, e a não cronológica, que configura a construção de um enredo, representado pelo “todo” das narrativas, que não necessariamente significa a soma das mesmas. Aqui justifica-se que a narrativa não é uma mera enumeração dos fatos ocorridos, mas sim uma tentativa de ligá-los temporalmente, de modo que eles ganhem um sentido através do enredo completo.

Cada entrevista durava em média meia hora, algumas ultrapassavam essa média, outras, porém, não deslanchavam como esperávamos e duravam um pouco menos. As falas

permaneceram em sua forma original para apresentar mais verdadeiramente possível a própria voz dos informantes. As questões colocadas nem sempre foram as mesmas, algumas entrevistas deram espaço para perguntas sobre detalhes das vidas dos informantes, mas em geral restringiram-se aos pontos centrais estipulados no roteiro do projeto, no qual prevíamos questionar os participantes sobre sua situação atual tomando como partida a questão financeira, para assim, chegar ao mote da situação de pobreza.

A formulação concreta das questões variava de lugar a lugar e de pessoa a pessoa. Nesse sentido foi fundamental o apoio dos técnicos, que já conheciam previamente um pouco da história de cada interlocutor. Tivemos de certa forma um aspecto facilitador na pesquisa que talvez possa gerar algum tipo de dificuldade na leitura integral das entrevistas para um leitor de outra região do país: os códigos linguísticos. Por morar na mesma macrorregião dos participantes, a linguagem verbalizada por eles nos era comum, apesar de algumas vezes termos dificuldades de entender algumas palavras, que soavam bem diferentes da pronúncia original dentro da gravação. Na medida do possível tentaremos “traduzir” algumas dessas expressões regionais para facilitar a leitura.

Considerações históricas sobre o surgimento da TRS

Elaborada em meados da década de 50, a Teoria das Representações Sociais constitui hoje uma importante vertente teórica dentro da Psicologia Social e de muitos outros campos fora dela. Apoiado na Teoria da Linguagem de Saussure, na Teoria das Representações Infantis de Piaget e na Teoria do Desenvolvimento de Vigotsky (OLIVEIRA & WERBA 2012) Moscovici refunda o conceito de Representações Coletivas durkheimiano e faz nascer no seio da Psicologia Social, ainda em processo de territorialização, um novo nicho teórico-epistemológico.

Na ânsia pelo rompimento com os postulados instituídos pela Psicologia Social vigente na época, que defendia a bandeira do Materialismo Cientificista de um lado e do Individualismo Cartesiano de outro, ³³Moscovici quebra com os paradigmas instituídos e

³³ Guareschi (2007) faz um apanhado histórico muito elucidativo ao esmiuçar as origens e facetas da Psicologia Social, bem como seus primeiros passos na busca de compreender e definir seu objeto. O sociólogo estabelece uma tríade de enfoques para caracterizar o que seria o “social”. Num primeiro momento temos um formato de saber baseado nas regularidades advindas das ciências biológicas, que estudavam o homem apenas em sua dimensão corpórea. Aqui encontramos a herança da Psicologia Experimental de Wundt enraizada nos pressupostos do Behaviorismo Metodológico, que despreza os aspectos psíquicos do sujeito, visto como um objeto a ser investigado e mensurado, parte de uma máquina maior. Temos também um segundo modelo de pensamento fundamentado na racionalidade instrumental cartesiana, que traz o enfoque da questão para o indivíduo, cindido entre mente e corpo, cuja dimensão psíquica é desprezada em prol da necessidade de sistematizar o sujeito e limitar os estudos sobre relações a no máximo dois indivíduos. Por fim, apresentamos o enfoque simbólico e relacional da Psicologia Social, que trata como o objeto o social, entendido como uma

propõe uma nova maneira de compreender o “Social” dentro Psicologia Social. A seu ver, o social deve ser capturado como uma relação que pode ser expandida em direção ao outro, uma vez que ele, o social, só existe porque sua própria definição implica a existência “do outro” (GUARESCHI, 2007).

Moscovici duvidou da capacidade da tendência individualista cartesiana de explicar o ‘social’ e deu início às pesquisas sobre uma nova teoria, no caso as Representações Sociais, numa tentativa de superar as dicotomias existentes entre individual e social, interno e externo, estruturante e estruturado, e assim por diante. Com isso, ele também conseguiu perceber novos contextos sociais, ao sugerir contribuições valiosas na inserção de autores como Marx, Freud, Piaget e Durkheim para trabalhar questões sobre as desigualdades, o fenômeno da linguagem, a força das ideias na construção da sociedade e a realidade social em si (GUARESCHI, 2007).

A história e a epistemologia das Representações Sociais caminham por três dimensões de análise que nos dão uma compreensão macro sobre este panorama. Devemos entender as Representações Sociais a partir de três operadores conceituais – um fenômeno social, uma teoria, e um método analítico ³⁴– para então desnaturalizar o conceito e discuti-lo com a devida criticidade. No que tange ao aspecto epistemológico, a Escola Francesa encabeçada por Moscovici apropriou-se de quatro importantes pensadores: 1) Piaget e Vigotsky, que através dos estudos sobre a cognição humana influenciaram Moscovici, principalmente a parte que compreende os trabalhos sobre Pensamento e Linguagem. Daqui o autor extrai os elementos cognitivos para falar sobre representações; 2) Marx: é um referencial basilar no pensamento de Moscovici, que fará uso do enfoque sobre o Materialismo Histórico para tecer os elementos sociológicos e políticos das representações; 3) Freud: Moscovici bebe da fonte da Psicanálise para estruturar os componentes simbólicos, inconscientes e ancestrais das representações sociais (MOSCOVICI, 2011; JOVCHELOVITCH, 2011).

Devido a essa diversidade na própria obra de Moscovici, ele aponta que não se deve falar de um purismo metodológico ou epistemológico, mas sim de um “anarquismo”, no sentido de poder trazer para o que se está pesquisando diferentes referenciais e o que eles têm para abordar, sua força hermenêutica, explicativa.

cosmovisão não mais coletivista ou totalitária, mas sim a partir da perspectiva de interação entre o sujeito e o mundo. Há uma série de relações que se estabelecem à medida que o sujeito é inserido dentro da sociedade e são elas o âmago da Psicologia Social.

³⁴ Para uma leitura mais detalhada sobre esta tríade, consultar: GUARESCHI, P. A. Representações Sociais: alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-SHCULZE, C. (org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em Representação Social**. Coletâneas da ANPEPP. v.1.n.10. set/1996. p.9-35.

As Representações Sociais ainda são um conceito bastante mal entendido no campo da Psicologia, e um dos calcanhares de Aquiles se situa na compreensão errada de que elas podem ser individuais ou coletivas. Ao elaborar um texto falando sobre os elementos históricos das representações (JODELET, 2001), Moscovici mostra em que momento rompe com Durkheim, autor que inspirou a escolha do termo “representações sociais”, e apresenta um novo enfoque para o conceito, no qual as representações, diferente do que o grande clássico da Sociologia supunha, não são coletivas. Ao dizer isso, ele não está atenuando a dimensão coletiva das representações sociais, pelo contrário, o autor mostra que elas estão para além da coletividade,³⁵ pois são psíquicas, simbólicas e sociais.³⁶ Assumimos aqui as posturas adotadas por Guareschi (2007, p.31), que nos mostra ser “impossível conhecer sem representações, e que essas representações, ao implicar dimensões simbólicas e sociais, se tornam, a um só tempo, fenômenos subjetivos, intersubjetivos e objetivos”. Também apontamos Jovchelovitch (2011, p.87), que define a TRS como

[...] um conjunto de conceitos articulados que explicam como os saberes sociais são produzidos e transformados em processos de comunicação e interação social. [...] um fenômeno que se refere a um conjunto de regularidades empíricas compreendendo as ideias, os valores e as práticas de comunidades humanas sobre objetos sociais específicos, bem como sobre processos sociais e comunicativos que os produzem e reproduzem.

O primeiro passo para a compreensão profunda do que significa uma representação social é considera-la como um fenômeno e não como um conceito, o segundo passo consiste em teorizar esse fenômeno (DUVEEN, 2011). Quando decidimos realizar “um estudo em representações sociais” o que pretendemos com isso é, na verdade, pesquisar um *fenômeno* de representação social. Eles são o que nos chama a atenção, seja pela sua relevância social, interesse acadêmico, presença atual nos debates políticos ou midiáticos, e assim por diante. Os fenômenos estão “espalhados por ai” (SÁ, 1998), na cultura, nas instituições, nas práticas sociais e nos pensamentos individuais, eles são em sua natureza difusos, imprecisos, polivalentes, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social. Acreditamos que na proposta deste trabalho, o fenômeno categorizado para a observação e análise foi a extrema pobreza. Entretanto, os fenômenos da representação social são mais

³⁵ O fenômeno das representações está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, e foi para explicar essa relação que Moscovici sugeriu que as representações sociais são a forma de criação coletiva, em condições de modernidade, uma formulação implicando que, “sob outras condições de vida social a forma de criação coletiva pode também ser diferente” (DUVEEN, 2011, p.16).

³⁶ O próprio Moscovici sugeriu que, ao preferir o termo “social” ao invés de coletivo, buscava enfatizar a qualidade dinâmica das representações, contra o caráter mais fixo, ou estático, que elas tinham na teoria de Durkheim (MOSCOVICI, 2001).

complexos do que os objetos de pesquisa que elaboramos a partir deles. Simplificamos um fenômeno quando o afunilamos dentro de um objeto de pesquisa. (SÁ, 1998). Portanto, dada à imensidão de características que poderíamos debulhar em torno do fenômeno da extrema pobreza, simplificamos sua análise a fim de viabilizar o feitiço deste trabalho e escolhemos, a partir do fenômeno referido, o nosso objeto, que se constitui na vivência de sujeitos empobrecidos que estão enquadrados pelo governo no limiar da extrema pobreza. Não tomemos isso apenas como uma mera “simplificação”, mas, primordialmente, como uma possibilidade de tornar a extrema pobreza um tema inteligível aos olhos das Ciências Humanas, em especial, da Psicologia.

No texto “O Pensamento considerado como ambiente” Moscovici expõe diferenças significativas referentes aos paradigmas epistemológicos de diversas épocas dentro da Psicologia. Ele tece um estudo no qual evidencia um fenômeno que existe, mas que muitas vezes não nos damos conta de um lado; e de outro, nos mostra a necessidade imprescindível de estudá-lo, pois, é essa realidade que verdadeiramente vai poder-nos “fazer compreender” de forma global e coerente porque as pessoas realmente fazem o que fazem (GUARESCHI, 1996). Tal forma de interpretação nos mostra com clareza o propósito do autor ao construir uma teoria alicerçada nos saberes sociais: o fenômeno da representação é sempre um acontecimento que está inserido em nosso cotidiano, ora exposto, ora velado, e somente através de profunda reflexão e investigação sobre a construção dessa realidade e dos saberes que se constituem no entorno deste fenômeno é que poderemos fazer emergir o núcleo central que constitui a representação social do mesmo.

O que Moscovici sugere é uma nova visão. Os processos representacionais não podem mais ser entendidos fora de seus contextos históricos e psicossociais, pois são essas dimensões que os tornam possíveis, ou seja, “é preciso considerar a ontogênese da forma representacional e sua função simbólica” (JOVCHELOVITCH, 2011, p.57). Com base no exposto, podemos perceber que poder da função simbólica da representação se apoia em sua habilidade de se sobrepor às restrições do objeto-mundo insistentemente enfatizadas pela tradição cartesiana, e assim, mostrar um novo modelo, relativamente livre, ao expressar intenções, sonhos e aspirações das subjetividades dos sujeitos que põem as representações em movimento. Tal poder mobilizador representará um diferencial nos usos e funções da TRS e constituirá um poderoso instrumental de análise para que possamos circunscrever as nuances interpretativas do que será trazido pelos interlocutores da pesquisa.

Usos e funções da TRS: um novo esforço interpretativo

Antes de discutirmos mais a fundo a funcionalidade da TRS vale esclarecer as razões pelas quais criamos representações sociais. Jodelet (2001) argumenta que temos uma necessidade inerente de estarmos informados sobre o mundo a nosso redor e, além de nos ajustar a ele, também precisamos saber dominá-lo, identifica-lo e resolver os problemas que nele se apresentam. Frente a tantos objetos, ideias, pessoas e acontecimentos, há uma partilha com os outros, e neles encontramos apoio às vezes de forma convergente, outras em forma de conflito, mas sempre em busca de compreender, administrar e enfrentar esse universo a nossa volta. É justamente por isso que surgem as representações e por que são tão importantes em nosso cotidiano: “Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (JODELET, 2001, p. 17).

As representações circulam em nossos discursos, se cristalizam em condutas e constituem fenômenos do nosso cotidiano, pelos quais podemos, através da pesquisa teórica, descobrir diversos elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, valores, crenças, atitudes, opiniões, etc., que sustentam inumeráveis práticas e posturas dentro da sociedade. Representar um objeto social é construir formas de pensar e explicar esse objeto. Construir uma representação social de um objeto é compartilhar modelos de pensamento e de explicações existentes na sociedade, que são reconstruídos pelos sujeitos ao longo do seu processo de socialização (SANTOS, 1996).

Jodelet (2001) sintetiza alguns elementos que caracterizam uma representação social: 1) a representação social é sempre a representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito); 2) a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações); 3) Todo estudo de representação passará por uma análise das características ligadas ao fato de que ela é uma forma de conhecimento; 4) qualificar esse saber prático se refere à experiência a partir do qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que desemboca em suas funções e eficácia sociais.

Quando trazemos estes olhares para nossa pesquisa, entendemos a extrema pobreza, como expusemos anteriormente, sendo o fenômeno que queremos investigar. Partimos do pressuposto de Jodelet, e acreditamos que a representação social é sempre a representação de um objeto, o fenômeno da extrema pobreza, e de alguém, os atores sociais que compuseram o

cenário de nossa investigação vivenciando modos de coexistir e resistir nessa situação tão adversa. Os modos de simbolizar e interpretar a pobreza através de histórias, estratégias e vivências foi nosso grande foco. Vemos os saberes desses sujeitos como uma rica fonte de conhecimento e aprendizado na caminhada daqueles que se incomodam com questões sociais desta natureza. Os saberes compartilhados tem uma potência enorme que não se furta de transformar comportamentos, opiniões e olhares através das gerações. O termo “saber social” pode se referir a qualquer forma de conhecimento, mas a teoria está especialmente interessada no fenômeno das representações sociais, que compreende os saberes produzidos na, e pela, vida cotidiana.

[...] a Teoria das Representações Sociais pertence a uma tradição que chamo de fenomenologia da vida cotidiana, preocupada em compreender como pessoas comuns, comunidades e instituições produzem saberes sobre si mesmas, sobre os outros e sobre a multidão de objetos sociais que lhes são relevantes. [...] este saber, que é sempre plural, está profundamente ligado ao mundo da vida e à experiência vivida de uma comunidade, demarcando seus referenciais de pensamento, ação e relacionamento (JOVCHELOVITCH, 2011, p.87).

Para Moscovici, as representações sociais têm duas funções básicas: 1) A *convencionalização* de objetos ou acontecimentos. Neste aspecto da natureza das representações, podemos dizer que elas conseguem dar uma forma definitiva a estes objetos, localizando-os em categorias determinadas e gradualmente colocando-os como modelos compartilhados por grupos e pessoas. Essas convenções nos possibilitam conhecer o que representa o quê, ajudando-nos a resolver problemas de interpretação de mensagens. Para Moscovici (2011, p.35)

Podemos, através de um esforço, tornar-nos conscientes do aspecto convencional da realidade e então escapar de algumas exigências que ela impõe em nossas percepções e pensamentos. Mas nós não podemos imaginar que podemos nos libertar sempre de todas as convenções, ou eliminar todos os preconceitos.

De acordo com ele, nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e permanecemos muitas vezes inconscientes destas. 2) A *prescrição*. As representações são prescritivas, ou seja, elas impõem uma força sobre nós, que é a combinação de uma estrutura já presente antes mesmo que comecemos a pensar, bem como uma tradição, que decreta o que deve ser pensado. Nós recriamos e recontamos representação, mas há algo poderoso que as cria. Elas são impostas sobre nós, produto de uma sequência de mudanças que ocorrem no decurso do tempo ao longo de sucessivas gerações. Para nós, toda representação remete a alguma coisa e alguém que participa ativamente do processo de construção. De acordo com Arruda (2014, p.154) “Isto se traduz para a metodologia. O

‘alguém que constrói’ baseia sua construção num território simbólico que lhe dá o chão para sua leitura do mundo, reafirmando a dimensão contextual já mencionada”.

Através desse pluralismo discursivo representacional, Moscovici *apud* Sá, (1995) considera que coexistem nas sociedades contemporâneas duas classes distintas de universos de pensamento: os universos consensuais (UC) e os universos reificados (UR). Nos UR se produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito, com todo o rigor lógico e objetivo que lhe são peculiares, bem como as suas especialidades e estratificações hierárquicas. Já os UC equivalem às atividades intelectuais da interação social cotidiana na qual são produzidas representações sociais. Aqui se situam práticas do dia a dia que equiparam as pessoas de forma igualitária, nenhum membro possui competência exclusiva (OLIVEIRA & WERBA, 2012).

Dentro dos universos consensuais, encontramos diversas maneiras de apreender saberes que nos chegam através dos universos reificados da ciência, e o oposto também ocorre. Inúmeros saberes aferidos pela ciência ganham seu status de veracidade a partir da observação e apropriação de fenômenos que acontecem no universo cotidiano. As representações nascem na tentativa de tornar um saber não familiar em um saber social familiar. Sá (1995, p.29) aponta que “a matéria-prima para a construção de realidades consensuais que são as representações sociais provém dos universos reificados.” Fazemos isso diariamente através de dois processos: a ancoragem e a objetivação. Antes de explanarmos melhor o que eles significam, pontuamos que este movimento de “familiarização” é um processo interno no qual buscamos explicação para o que é novo. Tendemos a rejeitar tudo o que soa estranho e diferente e confrontamos essas novas sensações assimilando de forma singular novos fatos na tentativa de amenizar o desconforto diante do desconhecido.

Compreendemos a Extrema Pobreza enquanto categoria conceitual desenhada pelos Universos Reificados das Políticas Públicas, que partem de critérios analíticos e científicos para determinar mensurações, índices de pobreza e, assim, reestruturar a agenda que configura as ações governamentais voltadas para seu público alvo. Já os modos de entender e viver essa Extrema Pobreza, que mais que uma categoria, é uma questão social cotidiana no lar de milhões de brasileiros, são definidos aqui como um Universo Consensual de saberes sociais. A perspectiva basal que nos orienta é de que o pensamento do senso comum é respeitável, eficaz e serve a um propósito, remete a sujeitos ativos e criadores em suas relações com o mundo.

No livro *A Psicanálise, sua imagem e seu público* (1961;2012), Moscovici alega que a realidade das representações sociais pode ser facilmente apreendida, mas o conceito não é. Acreditamos que esta densidade teórica é, realmente, de quase impossível captura, mas tentaremos especificar alguns aspectos que estão inseridos na textura simbólica das representações sociais. A representação não é uma entidade estática, mas um sistema construído (JOVCHELOVITCH, 2011). Entretanto ela é concreta, tangível e surge no universo cotidiano, fruto de opiniões³⁷ que emergem dos já mencionados saberes sociais. A representação constitui-se como a matéria prima destes saberes, que se referem ao mundo e a nós mesmos, sendo constituição da racionalidade dos mesmos um problema central para a psicologia social das representações.

A formação de representações, como apontamos, segue dois processos. No primeiro deles, a Ancoragem, tratamos do reconhecimento de objetos não familiares a nossos olhos a partir de categorias previamente conhecidas. Aqui, algo estranho e perturbador, que nos intriga, é transformado em nosso sistema particular de categorias, que o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada (MOSCOVICI, 2011). Trata-se então de uma atribuição de categorias e nomes à realidade, por que

Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-a e rotulando-a. E, neste ato, nós revelamos nossa 'teoria' da sociedade e da natureza humana (MOSCOVICI, 2011, p.62).

De fato, através da classificação daquilo que é inclassificável, ao darmos um nome para o que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo e representa-lo. Para Moscovici, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. Nós classificamos algo quando o confinamos a um determinado conjunto de comportamentos e regras que convencionalizam o que é ou não é permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe; categorizamos algo quando escolhemos um dos paradigmas estocados na memória e estabelecemos com ele uma relação positiva ou negativa. Através deste procedimento, conseguimos superar a resistência com o não familiar em direção à conciliação de um objeto ou pessoa.

Nossa pesquisa pôde encontrar essas estratégias de convencionalização, quando presenciamos narrativas inteiras que apontavam, por exemplo, o pobre como uma entidade

³⁷ Para Moscovici (2012), a noção de opinião implica: 1) uma reação dos indivíduos a um objeto que é dado do exterior, acabado, independentemente do ator social, de sua intenção ou de seus pontos de vista; 2) uma ligação direta com o comportamento; o julgamento recai sobre o objeto ou o estímulo e constitui de certa forma, um anúncio, um duplo interiorizado da ação futura. Nesse sentido, uma opinião, enquanto atitude é considerada unicamente do lado da resposta e enquanto preparação da ação é considerada comportamento.

repleta de características muito diversas, mas que sempre denotavam faltas, ausências, um “não ter”. Condicionalidades como ter ou não o que comer, ter ou não uma casa, ter ou não um emprego, dentre outras formas de pertença e posse, foram levados em conta pelos interlocutores a medida que nos confienciavam suas histórias e, assim, desvelavam suas perspectivas acerca da pobreza. Na tentativa de tornar a extrema pobreza algo dizível em palavras, os informantes interpretaram a sua maneira o universo familiar que habitavam.

Outro procedimento de familiarização é a Objetivação. Nesta, os conceitos abstratos são materializados em realidades concretas. Ela significa “[...] descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem.” (MOSCOVICI, 2011, pp. 71-72). Entretanto, nem todas as palavras se reproduzem através de imagens, ou podem ser ligadas a estas, seja pela insuficiência de imagens existentes, ou pelos tabus construídos em torno das mesmas. Assim, aquelas imagens que foram selecionadas pela sua capacidade de serem representadas são integradas ao que Moscovici chama de núcleo figurativo, um complexo de imagens que reproduz um complexo de ideias. Ele chama esse complexo de ideias de paradigma. Alguns paradigmas tem forte aceitação social e, uma vez que a sociedade escolhe determinados paradigmas, ou núcleos figurativos, torna-se mais fácil falar sobre tudo o que se relacione com esse complexo de ideias e, devido a essa facilidade, as palavras que se referem a este paradigma são usadas com mais frequência como um meio de compreender ao outro e a si mesmo. Para Moscovici (2011, p.76) “Nós personificamos, indiscriminadamente, sentimentos, classes sociais, os grandes poderes, e quando nós escrevemos, nós personificamos a cultura, pois é a própria linguagem que nos possibilita fazer isso”.

Os processos de objetivação da pobreza foram, sem dúvida, uma das características mais marcantes dos relatos. Com a estratégia de negação do “ser/estar pobre”, nossos informantes sempre deslocavam a nomeação “pobre” para elementos diversos. Há um “Outro” personificado que paira nos discursos, travestido de vizinho, de mendigo, de desconhecido e de demônio que leva a indesejável alcunha de “pobre”. Ver esta denominação como condição da própria existência é algo detestável para muitos deles, ainda que o discurso seja repleto de dramas e angústias que poderiam ser diretamente associadas a uma situação de pobreza extrema.

Nossas representações tornam algo não familiar em algo familiar, e isso, para Moscovici, é apenas outra maneira de dizer que elas dependem da memória. A Ancoragem e a Objetivação são formas de lidar com a memória, colocando-a em movimento, dirigindo-a para

dentro, inserindo e retirando pessoas, objetos, acontecimentos, que são classificados por tipos, rotulados com nomes, ou então sendo direcionada para fora, extraíndo do mundo conceitos e imagens para uni-los e reproduzi-los no universo exterior.

Por último, gostaríamos de pincelar algumas palavras acerca de um conceito muito importante dentro da Teoria das Representações Sociais: a Alteridade. Jodelet (2005) vem nos introduzir a este tema quando discute a construção das relações eu-outro dentro de um grupo. O estudo da alteridade nos remete a como nascem as relações entre condutas e práticas dentro do cotidiano de uma sociedade, bem como de que maneira se edificam as formas de comunicação entre esses sujeitos.

A alteridade interpela nosso tempo. [...] é a relação de grupo com grupo, de corpo com corpo. Parece que realmente existem processos sociais de colocação em alteridade, pelos quais aquilo que não sou eu ou os meus é construído numa negatividade concreta. [...] Essa construção (da negatividade), imagens cujos conteúdos estão intimamente ligados a práticas sociais, imagem que permitirá, na interação social o jogo da diferenciação e o trabalho da alienação, pertence ao campo de estudo das representações sociais, constitutivas da nossa relação com o mundo social. (JODELET, 2005, p.35)

A alteridade aqui é uma questão situada no plano do vínculo social a partir das relações entre um eu e um outro e abarca todos os contexto nos quais estes pertencem, ela é, portanto, um processo de construção e exclusão que mantém sua unidade através de um consolidado sistema de representações sociais. Dessa forma sua abordagem nos permite compreender, de maneira conjunta, os níveis de interpessoais de relacionamento, dado que a passagem do “eu” ao “outro” pressupõe a existência de um social que a ampara através da pertença a um grupo que sustente toda a bagagem de processos simbólicos e materiais que são produzidos no contexto da alteridade (JODELET, 2005).

Eis que a representação surge como um modelo tanto para percebermos o vínculo entre conhecimento e contexto quanto para as consequências desse vínculo na nossa compreensão do conhecimento e sua diversidade no mundo contemporâneo (JOVCHELOVITCH, 2011). A análise da representação como uma forma de saber envolve relações dialógicas que revelam sua gênese e trazem uma função expressiva na qual a identidade e existência social dos seres psicológicos são parcelas fundamentais no processo representacional. Ela pode ser entendida em vias de três dimensões:

Todos [Piaget, Vigotsky e Moscovici] demonstraram que o estatuto da representação é, ao mesmo tempo, epistêmico, social e pessoal e é a consideração destas três dimensões que pode explicar por que as representações não são uma cópia do mundo externo, mas uma construção simbólica desse mundo. Em vez de ser uma réplica do mundo que está lá fora esperando pela ação da cognição, as representações são atos construtivos de engajamento, um modo de se relacionar com o mundo exterior (JOVCHELOVITCH, 2011, p.58)

Os modelos dualistas da representação até então estudados sempre foram sustentados por uma visão cartesiana que vê o processo representacional como um procedimento mental, ou seja, nesta visão dual sobre o ato de representar algo, o sujeito vai processar a informação apresentada para, então, conhecer o objeto. A representação aqui é entendida como algo que acontece no interior do sujeito à medida que este olha para o mundo e tenta a partir disso construir um retrato mental. Após a descoberta do cogito cartesiano, a representação torna-se a substância do conhecimento: ela é capaz de nos levar à verdade se puder descrever com precisão a realidade do mundo.

Dimensões de Sentido sobre as Representações Sociais da Extrema Pobreza

Aqui buscamos entender como as narrativas trazidas através das entrevistas constroem representações sociais sobre a Extrema Pobreza. Nossa preocupação consistiu em demonstrar de que maneira os relatos estabelecem um campo representacional que reforça alguns sentidos e ao mesmo tempo erradica outros. Cada entrevista realizada teve um aspecto singular, nos trouxe demandas, histórias e sofrimentos ímpares. Entretanto, elementos das falas dos interlocutores fatidicamente foram ora se repetindo, ora se particularizando, de forma que elencamos algumas unidades de sentido que nos permitem arriscar possíveis representações sociais enraizadas em seus discursos. Não se trata de admitirmos a fala dos entrevistados como a representação social em si que os mesmos possuem acerca de determinado conjunto de saberes sobre a pobreza, mas sim de, através dos discursos, preparar um terreno para construir interpretações sobre estes saberes. A tarefa hermenêutica não se esgota e, inevitavelmente, leva nosso “olhar de pesquisador” a tiracolo, mas torna-se imprescindível resvalar os enunciados apontados pelos informantes acima de tudo, pois é a partir deles que nosso objeto de pesquisa toma forma e ganha conteúdo enquanto saber socialmente construído e partilhado.

Como sabiamente orienta Ângela Arruda, a substância operante da representação social, se a entendemos como construção da realidade, é o significado que ela dá ao objeto. Portanto, o alcance da representação social é em si um exercício interpretativo: “a pesquisa visa exatamente à coleta de indícios e sua sistematização pelo pesquisador para chegar a essa interpretação, que se faz apelando a vários recursos” (ARRUDA, 2014, p.120).

Temos a missão de caminhar por uma trilha que não se finda e tem diversificados trajetos ao ser percorrida. Quando ouvimos relatos que nos desmontavam por completo do “vestuário de pesquisa” pré-determinado, ficava sempre o ressonar teórico de que as experiências as quais são submetidos sujeitos empobrecidos configuram-se, em sua maior

parte, como experiências de dor. Como não categorizar como uma experiência de dor o caso de Amanda, que hoje passa fome dentro de uma residência onde moram doze pessoas e apenas uma trabalha, após ter vivido o trauma aterrorizante de ver o marido ser assassinado pelo primo a tiros dentro da própria casa? Ao nos relatar suas durezas, ela afirma que “deu” os filhos para a sogra, no sentido de quem presenteia alguém com um objeto. Em geral, é necessário certo esforço hermenêutico para tentar ver o mundo por meio dos olhos dessas pessoas e entender assim suas falas. A pobreza, caso fosse posta em palavras e boa parte deles soubesse ler, seria vista como um texto que eles interpretam à sua maneira, e nós assumimos a missão de interpretar sua interpretação.

Este exercício de análise não poderia ser mais melindroso, pois afere a nosso trabalho um caráter que corre o risco de ser visto como arbitrário ou deliberativo acerca das práticas observadas e relatadas. Contudo, nossa humilde – mas não despreziosa – intenção é expor as vozes da Extrema Pobreza, apenas. Aqui se podem identificar categorias que surgem nas falas, mas remetem a outras categorias previamente encontradas na literatura, ou que fazem parte do imaginário social daquele grupo, e convém ressaltar. Aquém de julgamentos, vemos neste espaço uma oportunidade de entender a imbricada rede de relações que permeiam o universo dos empobrecidos, explicada por eles mesmos.

1) A negação da pobreza e a personificação do diabo

A primeira dimensão de sentido é, sem dúvidas, a mais forte e frequente de todas: a religião travestida de modelo explicativo e regulador de condutas. Todos os entrevistados exerceram enorme ou cabal confiança em Deus, e uma frase repetiu-se em vários momentos nos relatos dos interlocutores ao serem questionados sobre considerarem-se ou não pessoas pobres:

“Eu não espero ser assim muito pobre não, porque pobre é a família do satanás né, do cão. Todos nós que somos filhos de Deus somos ricos, né?” (Jéssica)

“Pobre é o cão! Nós somos ricos das graças de Deus, né não? Vai dizer que a gente é pobre? Somos é rico das graças. Pobre é o cão!” (Ana)

“Eu não me considero pobre, sou rica das graças de Deus” (Francisca)

“Pobre, pobre não sou não, porque pobre é o cão, né? Mas assim, eu me sinto assim que as vezes eu não tenho nada.” (Silvia)

“Pra mim, acho que pobre é o cão, Deus me perdoe.” (Carmem)

“Pobre, pobre, pobre...tem aquele ditado, né? Pobre é o diabo, né? (Diana)

“Pobre, pobre é o diabo, mas tamo na precisão” (Amanda)

Tal postura remete à negação da pobreza, que foi elemento constante nas narrativas. Muitos dos entrevistados negaram impetuosamente a situação de pobreza, objetivando a figura do pobre na imagem do diabo/demônio/cão, e contrastando essa referência simbólica

com a existência de uma riqueza imaterial divina, as “graças” de Deus. Outros simplesmente a negaram afirmando que há um “outro mais pobre”, por isso não se consideram pobres:

“Eu não me considero pobre porque tem gente que tá mais ruim que eu. A gente tá com saúde, e tem aquele ditado né, a gente estando com saúde tem tudo” (Tereza)

“Eu não me considero assim, pobre né, eu me considero uma pessoa humilde” (Flávia)

“Não considero assim, de a gente ser pobre não, porque tem gente mais pobre do que a gente, não tem onde morar” (Diana)

“Sou rica das graças de Deus, não vou dizer que quero ser rica, mas sou rica das graças de Deus. Eu não me considero assim pobre, né, eu me considero uma pessoa humilde” (Francisca)

Outra forma de negar a pobreza, com a pesquisa nos apontou, foi de que os sujeitos, quando questionados, mesmo considerando-se pobres, não se viam extremamente pobres, como o governo os categoriza, apesar de, indiretamente, descreverem a própria situação como de miséria absoluta. Tal termo não foi mencionado nas perguntas elaboradas justamente por tentarmos comprovar a hipótese que as designações concebidas pelas políticas públicas acerca desses sujeitos não são familiares a estes, a ponto de, em momento algum, acontecer qualquer tipo de referência explícita usando a palavra “extrema pobreza”.

O que pudemos perceber acerca deste tópico foi uma tentativa dos entrevistados de amenizar a descrição da própria situação, pois se consideravam pobres e ao mesmo tempo justificavam que essa pobreza não era o pior tipo de pobreza, visto que existam pessoas vivendo em uma situação ainda mais agravante. Negar a pobreza, ainda que a assumindo por outras vertentes, auto perceptíveis ou não, é, como categoricamente afirma Demo (2001) ver-se pobre mas não saber-se pobre. A pobreza política característica das falas nos mostram sujeitos que padecem de uma falta não só material, mas também política, pois não demonstram nos discursos uma consciência crítica capaz de desconstruir a situação de pobreza ou ver-se como sujeito de direitos. Há nas falas uma dinâmica na qual se busca a toda hora exorcizar o fantasma da miséria, pois existe um temor entre essas pessoas de decaírem para o último degrau na escada do fracasso. Uma pessoa rica das graças divinas sempre conhece alguém pior do que ela, e assim agradece a Deus por seu lugar no mundo, mesmo que seja num plano imaterial.

Essa negação também diz de uma naturalização de relações sociais opressoras que são contingentes e socialmente constituídas. Percebemos um habitus – aqui entendido como um esquema de condutas e comportamentos que passam a gerar práticas individuais e coletivas. Associamos esta noção de habitus ao cerne das representações sociais, que também nos dão o mote para compreender como saberes sociais nascem, se proliferam e se enraízam no seio de

uma sociedade. Vemos a negação da pobreza como um habitus precário: “O habitus, esse ‘princípio não escolhido de todas as escolhas’ tende a conferir um peso maior às experiências mais antigas estimulando, desse modo, sua própria constância.” (SOUZA, 2012, p.47). É também nesse contexto que Bourdieu se refere às inúmeras estratégias que são elaboradas para evirar contato com quaisquer conteúdos que ameacem risco a esse princípio. Vemos a assunção da pobreza como o pior dos conteúdos, pois cinde a noção já consolidada de que o pobre não se pode enxergar ou se assumir dessa forma, pois estaria assim abrindo mão do mísero valor social que acredita ainda possuir.

2) A pobreza é assumida como uma situação de vergonha e desprezo

Aqueles que se consideravam pobres descreviam a própria situação como uma sina e partilhavam sentimentos oriundos dessa condição, como a vergonha (por não ter boas roupas, móveis dentro de casa, comida na mesa), humilhação por parte de vizinhos e desprezo de desconhecidos quando era necessário pedir ajuda ou alimentos na rua.

“Eu não me considero pobre, Bruna. Vou te dizer uma coisa, sabe o que eu me considero? Uma pessoa muito desprezada, uma pessoa que não existe no mundo. Não vou mentir, é assim que me considero” (Laura)

“A gente se sente abandonado porque a gente é desse jeito, o povo pensa que a gente é mendigo” (Jéssica)

“Assim, modo de comida, ninguém fica sem comida não, mas assim uma roupa, um calçado assim, nunca tem, só as merma, assim domingo pessoa não tem uma roupinha boa, me sinto meio assim no meio do povo...não vou pra nenhum canto, as vezes eu fico com vergonha, assim o pessoal da rua as vezes anda arrumado, vê os filho arrumado, mas eu não saio pra nenhum canto não, eu fico só em casa, eu tenho vergonha de ir pra uma missa, não to adequada com a roupa.” (Edna)

“Tem dias que não tem nem açúcar pra adoçar um mingau [...] eu num vou também pegar meus filhos e andar no meio da rua pedindo, eu sei lá, fico morrendo de vergonha. [...] eu tenho vergonha, sou mais antes se humilhar aos vizinhos ou por aí, porque eu não vou andar com meus filhos no meio da rua pedindo” (Antônia)

“Eu tinha vergonha porque só tinha uma rede dentro de casa, tinha vergonha de ‘ah, vamos fazer o trabalho da escola na tua casa?’ e eu ficava com vergonha” (Diana)

Zavaleta (2007) ao investigar práticas discriminatórias com sujeitos pobres afirma que pessoas envergonhadas pela condição na qual estão passam a não ter coragem de estar em determinados espaços públicos. O indivíduo sente sua autoestima devastada a partir de avaliações pessoais negativas. Tal sensação inferioriza e desempodera. Laura, a primeira entrevistada da pesquisa, nos contou que pediu esmolas nas ruas por seis anos e era com o que arrecadava de porta em porta que conseguia alimentar os filhos. Parou com essa prática porque eles cresceram e começaram a sentir vergonha de acompanhá-la. Atualmente, com o seu benefício do Bolsa Família suspenso e vendo todos em casa passarem fome, resolveu

voltar às ruas oferecendo nas casas sua força de trabalho, mas se sentiu muito humilhada e desprezada por perceber no olhar das pessoas medo da sua presença.

Ontem eu andei tanto nas Pedrinhas atrás de emprego, eu cheguei numa casa, bati palma e a mulher entrou pra dentro e fechou os portão, “sim minha filha, o que é que você quer?” “não dona, estou atrás de emprego, senhora”. Eu andando com um menino, “não tô atrás de roubar não, senhora!”, Eu de saia, com uma criança! Ai ela fechou os portão “não, aqui não tem ninguém não, não precisamos de ninguém pra trabalhar não”. Vendo eu falar, outra vizinha “vem cá minha filha, eu vou falar com você, ai não tem nada não, aqui o pessoal tá todo empregado”, ai ela deu uma banana e uma laranja pro meu filho e eu disse “ave maria, o pessoal desconfia da gente mesmo, eu andando com uma criança, sou até evangélica minha filha, só tô atrás de um emprego, ai a outra entendeu e disse “Deus tá vendo, entregue seus problema tudim a Deus”. (Laura)

Ela traz em seu discurso o elemento da invisibilidade apontado por Souza (2009). Essa invisibilidade não se caracteriza por um “não perceber”. Ela é, antes, um “olhar através” no qual o outro é percebido fisicamente, sua presença existe, entretanto é ignorada por completo, e assim decreta-se sua não relevância social. Por conta deste posicionamento, o desqualificado, o sujeito indigno de qualquer resquício de atenção só se torna visível se de algum modo incomodar, causar medo. Essas pessoas carregam consigo o status de potencialmente perigosas e são imprevisíveis, como Laura, que ousou bater na porta de uma casa de família rica oferecendo o próprio corpo como ferramenta de trabalho.

Todas as situações experienciadas pelos interlocutores nos fazem perceber claramente como a pobreza assume diferentes facetas, pois nela não encontramos apenas o traço de destituição material, mas também a exposição da trágica derrocada de uma sociedade que humilha, despreza e segrega seus pares, acontecimento fatídico que se reproduz na história, através da perpetuação de situações de exploração e discriminação. Temos uma luta diária em meio a um ambiente hostil e tenso, caracterizada por desconfianças e estranhamentos.

3) Desemprego e a desfiliação do mundo do trabalho no cotidiano dos empobrecidos

As pessoas em questão encontram-se em situação de desemprego crônico ou quase crônico. No caso das mulheres, algumas jamais tiveram um emprego formal por terem casado e tido filhos ainda muito jovens. No máximo elas e os maridos encontram “bicos” temporários, duros e extremamente mal remunerados. Os entrevistados que recebem o benefício do programa Bolsa Família relataram os mesmos problemas estruturais daqueles que tiveram o cadastro suspenso ou nunca o realizaram: em todas as situações, o desemprego é crítico e a solução unânime é viver desses “bicos”, uma vez que o nível de escolaridade é

baixíssimo ou nulo (dos dezoito entrevistados, dez eram analfabetos e nenhum dos alfabetizados chegou a terminar o Ensino Médio). A informalidade e precariedade do trabalho é naturalizada, não há perspectiva, seja a curto ou longo prazo, de alcançar uma ocupação formal (ainda que nos relatos isso tenha surgido como um sonho para muitos), pois eles são conscientes de que o nível de escolaridade que possuem é baixíssimo e não atende às demandas do mercado de trabalho. As funções mais comuns exercidas pelos entrevistados foram: trabalhar fazendo faxina em “casas de família” como diaristas, lavadeiras, servente de pedreiro e carroceiro. Algumas mulheres também trabalham com palha fazendo chapéus e tranças e conseguem uma renda extra. Nas entrevistas, a lamentação constante de desemprego foi observada:

“O que eu passo aqui é que tô sem trabalhar. No começo todo mundo trabalhava, aí entrou uma crise aqui, era eu e o homem (marido) [...] sexta-feira eu ia fazer uma faxina ali, a menina até mandou me chamar, mas não chamou mais não.” (Jéssica)

“Com as minhas lavagens de roupa que eu pego, eu pago a luz, água, assim vou vivendo. [...] Às vezes nós faz trança, a mãe faz trança e nós ajuda ela.” (Edna)

“Dentro de casa mora onze pessoa, tá todo mundo tá parado, se não fosse meu sogro na carroça e a renda do meu bolsa família, porque o da minha sogra foi cortado, o da minha cunhada também foi cortado...[...].” (Amanda)

“Eu não tenho renda nenhuma. Meu marido me ajuda quando tá trabalhando. A profissão dele é pintor e servente, ele fica mais parado do que trabalha, já tá há cinco anos parado. [...] As vezes lavo roupa pros branco, faço faxina, só que tá com quatro anos que a faxina tá fraca pra mim, não arrumei mais não” (Laura)

“Atualmente meu marido tá desempregado, né? Aí ele viajou pra Fortaleza pra trabalhar lá, aí a gente tá vivendo em catar um bico de um lado, catar um bico do outro. [...] As vezes faço faxina aqui e acolá, pra poder não deixar meus filho sem café, né?” (Diana)

“Dificuldade, todos nós temos, mas a nossa é de emprego, essas coisa, né? A gente faz chapéu, trança, e a gente vende ali no Papoco, é sessenta centavo um rolo de trança, a gente junta e faz três semana, quatro semana, dá pra juntar um dinheirinho melhor” (Francisca)

“Eu ando sem trabalhar, aí o negócio pega mermo. Ontem mesmo meu marido foi pescar lá perto do Jordão, chegou a pegar uns peixe pro tempero, é assim, às vezes ele arruma um biquinho véio. Ele tá sem trabalhar e o negócio tá muito ruim, o emprego tá difícil” (Ana)

Com relação à vida laboral, também observamos o impacto dessa desfiliação do mundo do trabalho na vida de nossos informantes. Muitos apresentam sequelas físicas resultantes dos anos de labuta em condições insalubres, como é o caso de Sílvia, que lavava roupas para um bufê de festas e em decorrência da degradante situação de trabalho, ficou doente. Sílvia era obrigada a lavar todas as toalhas e roupas de mesa do bufê no rio que corta a cidade de Sobral, além de também ser responsável pela lavagem de toda a louça suja resultante das festas. Ganhava apenas trinta reais por semana.

“Minha vida é tão difícil, não posso mais trabalhar, tenho um problema aqui nesse ombro, é a dor nos ossos, aí tenho colesterol, tenho diabetes, tenho o coração alterado. Eu lavava toalha, quando terminava de lavar as toalha, lavava as vasilha, as

panelona de coisa quando terminava de fazer o almoço, ai lá eu ganhava só trinta reais por semana, trabalhava a semana toda, só saia doze horas, as vezes uma hora (da tarde), as vezes quando tinha festa eu saia mais tarde, eu ia pro rio, lavava oito, nove trouxa de toalha de mesa, o motorista dela (a patroa) ia me deixar lá no rio, as vezes eu lavava no bufê, quando era mais pouco, mas quando era muito, tinha as vezes três, quatro festa, ai tinha muita toalha, tinha que lavar no rio, tinha espaço pra enxugar, as vezes tinha festa ai não podia lavar lá (no buffet), ai as vezes até me esqueciam de me buscar, um dia eu fui ai a vizinha lá ficou lá comigo, ela veio simhora e eu fiquei, nesse tempo tava até em construção, debaixo da ponte, ai fiquei lá, fiz as trouxa tudinho, fiquei esperando me buscar, quando foram me buscar ia dar quase seis horas (da tarde) e eu sozinha lá.” (Sílvia)

Quando as dores começaram a se agravar, Sílvia parou de trabalhar e confiou na promessa que sua patroa havia feito a sua falecida mãe, de ajudar Sílvia e nunca abandoná-la. Entretanto, sua patroa simplesmente a ignorou quando sua força de trabalho não dava mais resultados, e hoje Sílvia vai a vários médicos pedir ajuda e tratamento, mas afirma que sua ex-patroa, como mulher rica, conhecida e influente na cidade, poderia ajuda-la a encontrar um médico que cuidasse dela. Sílvia também tem outro aspecto curioso em sua história. Ela cria um filho que não é de fato seu. A mãe biológica é uma prostituta que trabalhava num bar perto da casa de Sílvia. Um dia ficou grávida e, após o nascimento da criança, pediu que Sílvia “tomasse conta do menino”, e a mãe ficaria responsável por remunera-la com setenta reais por mês, dando também os alimentos e fraldas que a criança iria precisar. Após três meses a mãe biológica da criança simplesmente sumiu, vizinhos disseram que ela havia viajado e não voltaria mais. Sílvia então acolheu a criança como seu filho e cuida dele até hoje, mesmo desempregada, doente e sozinha. Outro caso que nos mostra a vida laboral insalubre vivida pelos empobrecidos é a história de Carla, que trabalhou na prefeitura por dezesseis anos, como gari:

“Eu trabalhava na varrição da prefeitura, na rua, passei dezesseis anos na varrição. Nessa época os trocados véi atrasava, vinha descontado, agora se ajeitou, parece que é outra firma, trabalho de carteira assinada, e ainda tem um cartão que dá mais de trezentos reais de compra, tão ganhando bem agora. A nossa era contrato, mas era bom, eu achava tão bom, tinha meu dinheirinho, pagava minhas coisinha.[...] enfrentei as quentura das barrição, fui comprando uma redinha nos primeiros mês, o serviço caiu do céu pra mim, suave...mas também tirei tudo, tirei útero, tirei um mioma, só das quentura que eu peguei, mas graças a Deus comprei minhas coisinhas.” (Carla)

Nove dos entrevistados tinham mais de quarenta anos, porém suas fisionomias indicavam uma idade muito mais avançada, resultado de um envelhecimento precoce ocasionado por doenças crônicas advindas de décadas de esforço exaustivo ao utilizarem o próprio corpo como mão de obra barata para garantir a própria sobrevivência, como é o caso do marido de Diana:

“Atualmente o meu marido está desempregado, né, ele tava recebendo dinheiro, ele tava trabalhando, mas só que o rapaz parou já de pagar, pagou somente por três meses, aí ele viajou para Fortaleza para trabalhar lá, iaí a gente tá vivendo. Ele tá operado de hérnia de disco, então não pode mais pegar peso né, como uma pessoa funcionando, um inválido né? Não pode mais fazer nada, né. Ele trabalhava a condição de quando era pedreiro, mas como aconteceu isso e com a cirurgia, aí tá desse jeito.” (Diana)

Eva, mãe de dois filhos e com um marido em estado vegetativo decorrente de um AVC sofrido dentro do ambiente de trabalho, nos contou suas dificuldades ao confessar que sentia muitas dores nos ossos. Por não conseguir mais trabalhar contava apenas com uma remuneração que o marido recebia, não soube explicar-nos direito se essa indenização era um seguro, mas garantiu que não era aposentadoria, pois o valor não chegava a duzentos reais. Seus filhos também não tinham emprego fixo. Ambos eram alcoólatras e conseguiam ocasionalmente um trabalho temporário como serventes de obras. Sussurrando, ela nos confidenciou que os dois eram usuários de drogas, envolvidos com assaltos e que havia, há dois anos, perdido um filho, assassinado. O marido, que no passado também era alcoólatra, hoje é quem indiretamente sustenta a casa toda. Eva não possui cadastro no Bolsa Família.

“Eu trabalhava lavando roupa e engomava nas casas, no tempo que ele bebia eu tinha um bando de filho, os menino era tudo pequeno, ai eu saia de manhã pra ir lavar roupa nas casas, eu chegava era seis horas, sete horas da noite ai acabou foi comigo né porque eu peguei essa dor nos ossos o médico disse que era mais de lavar roupa, engomar e resfriou, de tanto eu ficar com as mãos na água, prejudicou meus ossos, ai deu essas coisa.” (Eva)

Frente a esses relatos, ficou claro para nós o quão perniciososa foi a vida laboral dessas pessoas, afetando de forma irremediável a saúde e o destino de cada um. Aquém do menor resquício de segurança, nossos entrevistados não têm a quem se valerem para pedir ajuda ou fazer justiça pelos anos de exploração aos quais foram sujeitos. Infelizmente, sequer dão-se conta de que foram explorados. Os abusos que sofreram lhes calejam o corpo e alma, mas são cicatrizes pelas quais eles assumem total responsabilidade.

4) A pobreza é definida a partir da referência de ter ou não uma casa própria

Para os interlocutores, mais do que não ter recursos para se manterem, uma situação de pobreza caracteriza-se por não ter onde morar, ou ter onde morar porém, pagar aluguel. O sonho da casa própria, que agora é visivelmente mais fácil de ser conquistado do que há alguns anos, dada a facilidade de cadastro em projetos de concessão de casas populares, tornou a vida dessas pessoas mais digna, pois segundos os mesmos, a garantia de um teto é o que os torna diferentes dos “outros” pobres.

“Pobreza é você ter que pagar aluguel, água, luz e não ter o que comer dentro de casa. [...] é não ter onde ficar debaixo, morar com os outro, pagar aluguel” (Tereza)
 “É a pessoa não ter o que comer, uma moradia, um recurso, que vive pedindo” (Diana)
 “Pobreza é a pessoa viver na rua, mendigando por ai, pra uma pessoa que tem um teto pra morar tem que levantar as mãos pro céu e agradecer” (Antônio)
 “Pobreza é não ter casa pra morar nem o que comer todo dia” (Flávia)

Ouvimos muitas histórias sobre as dificuldades de conseguir uma casa própria, o que demonstra o quanto essa conquista é valorizada na vida desses sujeitos. Um dos relatos mais tocantes foi o de Marta. Sua casa é própria e foi comprada com a ajuda do ex-marido, há alguns anos. A casa era muito simples, de taipa e um dia o teto da cozinha/quarto caiu. Ela foi então até a prefeitura pedir ajuda, pois não tinha como pagar o conserto e levantar praticamente metade da residência por conta própria. Já separada do marido, sozinha, com filhos pequenos pra cuidar e sem condições de pagar aluguel enquanto a prefeitura dava alguma resposta sobre sua situação, Marta dormia com todas as crianças na sala, único cômodo que ainda estava de pé. Com a ajuda de vizinhos e familiares, Marta conseguiu uma casa para ficar temporariamente enquanto a sua era reerguida por funcionários da prefeitura.

“Ficamo tudo aqui na sala, vendo a hora tudo cair, a parte aqui da frente, as vizinhas me deram um colchão, botei pros meninos dormirem, mas eu passava a noite acordada com medo do resto cair em cima de mim e dos menino...não gosto nem de lembrar...(choro). Passava a noite acordada pastorando meus filho, Tem coisa que marca né, a vida da gente.” (Marta)

A história de Laura não é menos sofrida, ela nos contou que antes de ganhar a casa em que hoje mora – uma casa geminada dentro de um conjunto habitacional construído através de um programa do governo Minha Casa, Minha Vida – ela morava em um bairro próximo a sua atual residência, cujas condições eram ermas.

“Essa casa aqui eu ganhei, mas se você visse onde eu morava, eu morava no Pantanal, eu era ajudada pelo povo, era muito difícil, a minha casa era só a frente, o resto era só os pau enfiado [...] Meus filho dormia tudo um em cima do outro, não tinha piso, era no barro, no chão. Mas graças a Deus assim mesmo sou feliz porque Deus me deu essa casa. Consegui com muita luta, passei seis anos pra ganhar essa casa. Eu morava aqui nos sem-terra, ai todos os ano a água me botava pra fora com as criança, a água batia na cintura.[...] fiquei mais de seis anos na casa antiga, fui até mordida por escorpião, não tinha espaço pra gente. Quando ganhei essa casa nova chorei tanto, não dormia olhando pras telha todo tempo, será que é um sonho? Passei dois dias sem dormir chorando de felicidade, até hoje agradeço a Deus.” (Laura)

Também citamos o exemplo de Diana, que antes de conseguir sua casa própria através do Minha Casa, Minha Vida, passou por momentos de muita dificuldade e humilhação. Quando casou, já grávida, não tinha onde morar. Sua mãe comprou para si um terreno de cinco metros quadrados e o dividiu ao quase meio, dando uma das metades para Diana. Ela nos relatou que o local era deserto e não havia o mínimo de infraestrutura.

“Era só um cômodo, não tinha água, não tinha luz, ai eu pegava água com o vizinho, pedia toda noite quando ele chegava do trabalho, uns dois ou três baldezinhos d’água, ai pegava e guardava, todo dia. Ai, quando chovia, chovia dentro de casa, quando chovia minava água do chão, o chão não era bom, era só aquela gororoba véa de cimento” (Diana)

Alguns anos depois, por coincidência, o local onde Diana morava foi escolhido pela prefeitura para se tornar um novo conjunto habitacional naquele bairro e sua casa ia ser desapropriada. A prefeitura deu duas opções para nossa informante: ou ela aceitava a indenização de mil reais pela casa, que consistia no total, em um terreno de 2,80 metros quadrados ou então ela cederia o terreno para a prefeitura e em troca, quando tudo estivesse pronto, ganharia uma casa nova no conjunto. Por achar o valor da indenização irrisório para ajuda-la na compra de uma nova casa, aceitou a segunda alternativa e cedeu seu terreno para a construção do conjunto. Entretanto, enfrentou com essa decisão uma grave consequência: teria que voltar a morar com a mãe, pois não tinha condições de pagar aluguel enquanto o conjunto habitacional era construído e a prefeitura se desresponsabilizou de ajuda-la nessa questão.

Já separada do marido, voltou para a casa da mãe e nos contou em lágrimas as humilhações que sofreu da própria família por estar desempregada e não ter como ajudar na própria alimentação e na do filho. Por quase dois anos trabalhou em “casa de família” cuidando da filha de um casal rico da cidade, mas recebia apenas 250 reais por mês, e entregava tudo nas mãos da mãe, que era alcoólatra. A patroa se mudou para Fortaleza e Diana ficou novamente desempregada. Arrumou um bico vendendo cartelas da loteria que sorteavam prêmios. Trabalhava o dia inteiro e chegava já de madrugada com apenas sete reais no bolso. Um dia, conheceu um homem que também trabalhava para a casa lotérica e aceitou a proposta que ele lhe fez:

Ai esse meu atual marido trabalhava e conheci ele, ele chegou pra mim disse assim, ele era de Recife e chegou aqui em Sobral, ai ele ‘como é teu nome?’ ai eu comecei a conversar com ele, ai ele ‘você é solteira?’ e eu disse ‘sou’, ai a gente começou a conversar e nesse tempo eu tinha dezenove anos e ele tinha cinquenta anos, e ele ‘você quer viver com um homem?’ ai naquele aperreio que eu tava, naquele sofrimento e tudo, ai eu quis, porque eu não aguentava mais viver com fome, e nos aperreio que eu tava passando (choro). Tá com cinco anos e nove meses que vivo com ele, a gente quando trabalhava pegava três horas da tarde até duas, três horas da manhã, pra dar contar de tudo (choro). Ganhava pouco demais. A gente passava muita fome, muita. (choro inaudível). (Diana)

Ao final de quase três anos de espera, finalmente conseguiu sua casa própria, o conjunto habitacional ficou pronto e hoje, mesmo com muitas dificuldades, não passa mais nenhum tipo de humilhação e não tem vergonha de mostrar a própria casa, que tem o mínimo

de mobília, diferente da época que morava com a mãe, quando ao entrar em casa, só via uma rede e caixas com trapos de roupa.

5) O ritual do imprevisível: A pobreza é definida como não ter o que comer

Fome, de acordo com o dicionário Aurélio, significa um grande apetite de comer, uma urgência de alimento. Todo ser vivo sente diariamente a inevitabilidade de se alimentar, ainda que não o possa ou não queira fazer isso. Definimos se não obedecermos às leis do próprio corpo, quando este nos faz desejar um prato de comida. No caso dos nossos interlocutores, a voraz penúria os faz ter que aprender a conviver com esse desejo e reprimi-lo diariamente, ou, pelo menos não saciá-lo como deveriam. Arriscamos dizer que assumir a própria fome foi um dos momentos mais perturbadores na narrativa dos entrevistados. Mesmo com algumas ressalvas, eles nos segredavam a sofreguidão da fome com uma apatia assustadora. Era tão comum quanto acordar todos os dias e saber que o sol estava no céu.

Vemos o caso de Antônia: com seis filhos, mora sozinha com três deles, está grávida de outro e sua mãe cuida de mais dois. Segundo os relatos das assistentes sociais, Antônia passa por muitas necessidades e é quase diariamente amparada pelo CRAS para fazer refeições junto com os filhos. Ela nos conta que é corriqueiro não ter sequer açúcar para adoçar um mingau. Asmática e grávida, Antônia não tem condições de trabalhar e recebe 182 reais pelo Bolsa Família, e é com esse valor que tenta sustentar a si e aos filhos, além de pagar as contas.

“O que falta alimentação, coisa boa pra dentro de casa, acho que é isso, que pobreza é ter pouco dentro de casa, é faltar alimentação, fruta pras criança, leite, essas coisas, né? Saber que tudo isso às vezes tem, às vezes não tem. O que me causa mais sofrimento é ver meus filho não ter, assim, pra dar alimentação a eles, me dói porque as vezes eles pedem as coisas ai pede leite, mingau, pede de comer, pede fruta e eu não tenho, as vezes eles veem os meninos lá embaixo (ela mora no andar de cima do conjunto habitacional) comendo alguma coisa, ai diz ‘mãe, compra aquilo ali’, ai eu digo ‘meu filho, eu não tenho dinheiro não’, ai fica puxando, ‘compra mãe, compra mãe’ e eu digo ‘tenho não’...” (Antônia)

Laura nos questiona: “Você pensa que nós almoçemo hoje? Almoçemo não! Às vezes o pessoal manda e a gente come. Ela aqui (a filha) almoça aqui atrás (vizinha), mas hoje nós nem almoçemo. Onti nós não jantemo.” Encontrar meios para alimentar a si e a família é um ritual diário do imprevisível. A história de Ana também é carregada de dolorosas confissões. Com o marido desempregado, sua única renda é o Bolsa Família, que não soube informar ao certo quanto vale. Mesmo não assumindo passar fome, ela descreve o quanto se alimenta pouco e mal:

“A gente é pobre, mas a gente tem saúde. A gente não passa bem como um rico, né? Que toda hora tem o dinheiro pra comer do bom e do mió, mas uma coisinha a gente come, um ovo, um peixe, uma piaba, um real de salsicha ali, a gente come. Como estou lhe dizendo, não dá mesmo, mas o que a gente pode fazer?” (Ana)

Antônio traz relatos parecidos quando indagado sobre como era sua vida antes de casar, durante a adolescência. A fome sempre foi um fantasma rondando sua família. Ele nos contou que comia pirão de colorau com óleo de pimenta feito pela mãe, porque não havia mais nada dentro de casa para comer. Hoje, viúvo e criando os filhos sozinho, ele diz que a situação melhorou, mas ao mesmo tempo, descreve as penúrias:

“Aqui e acolá falta alguma coisa, é um quilo de açúcar, um arroz, sempre falta. Ai tem também uma carnezinha. Pego um dinheirinho e faço umas comprinhas, mas falta o tempero (a carne é comumente chamada de mistura ou tempero). Meu filho come de tudo, graças a Deus, não tem besteira com eles não, o que der eles comem, graças a Deus” (Antônio)

Houve também entrevistados que afirmaram não passar fome, e sim outros tipos de dificuldade, e justamente por estarem distante dessa triste situação, consideravam-na um indicativo do que seria pobreza:

“Acho que pobreza é assim, a pessoa não ter o que comer, isso pra mim é pobreza, graças a Deus tenho o que comer todo dia, mesmo que seja só o arroz ou o feijão, mas tem, graças a Deus.” (Carmem)

“Pobre é assim, quando não tem nada dentro de casa, não ter o que comer dentro de uma casa, né?” (Lúcia)

“Pobre é assim que não tem nada, não tem o que comer, não tem o que vestir, pra mim é assim, entendeu?” (Francisca)

“[...] é aquela pessoa que não tem nem um feijão pra botar no fogo, né? Amanhece o dia, olha pros quatro canto da casa, vê um filho chorando pedindo um pão e não tem pra dar” (Joana)

“[...] é não ter o que comer todo dia” (Flávia)

Com um ar de vergonha e humilhação, nossos entrevistados que se consideraram pobres, a certa altura do discurso também se assumiram famintos, e mais do que ouvi-los lamentar a própria fome, vê-la estampada em suas casas também foi algo que nos comoveu muito. As cozinhas da ralé têm uma configuração diferente do que nosso olhar de classe média está habituado a ver, pois assim como há uma outra organização em seus modos de vida, existem diversas maneiras de traduzir as expressões da vivência na extrema pobreza através da ordenação (ou não) dos ambientes onde se vive e convive diariamente com a miséria. A bagunça geralmente é um fator predominante, encontramos poucas casas com o mínimo resquício de organização, até porque, é de fato complicado preocupar-se com o local da mobília ou dos utensílios quando há questões mais urgentes, como a própria sobrevivência, ou quando estes itens simplesmente são inexistentes dentro do ambiente da residência.

As cozinhas da ralé raramente tinham fogão, o forno é a lenha ou carvão, e ter um botijão de gás cheio é artigo de luxo entre os empobrecidos. Várias entrevistadas relataram

usar o carvão para cozinhar e uma delas, Francisca, nos contou que o carvão que havia comprado para cozinhar durante o mês foi apreendido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e agora ele também estava faltando dentro de casa. Quando não há renda para adquirir o carvão, a saída é ir à busca de lenha nos limites da cidade, onde há vegetação seca em abundância. As cozinhas da ralé também não tem mesa de jantar, ou cadeiras, no máximo tamboretas de madeira pubada e tábuas improvisadas para servir de apoio para guardar os utensílios velhos e encardidos.

A água para cozinhar, quando há o que ser preparado, vem de baldes que ficam estocados em algum canto da cozinha ou dentro de potes de barro, pois água encanada também é um adereço de luxo dentro dessas residências, o máximo que encontramos perto disso foram mangueiras e cano improvisados que captam água da caixa d'água de algum vizinho, outra prática comum relatada pelos entrevistados. Poucas casas tinham geladeira para estocar alimentos, o que não faz muito sentido no dia-a-dia dessas pessoas. Edna nos explica: segundo ela, não há dinheiro para comprar comida em grande quantidade, muito menos local para estoca-la, já que no caso de carnes, verduras, frutas e legumes, a refrigeração é fundamental para que não apodreçam. Então se compra pouco alimento diariamente, apenas para suprir as necessidades das próximas refeições, e quando não for possível conseguir sequer o pouco, aí se pensa em alguma solução.

A fome é um fator central na vida dessas pessoas e está intimamente ligada com um curioso aspecto que percebemos em seus modos de vida: a temporalidade. Os empobrecidos têm pouca ou quase nenhuma noção de tempo, como por exemplo, não sabem decorado em que dia nasceram, a data de aniversário dos filhos, a própria idade (muitos pediram pra verificar no documento de identidade quantos anos realmente tinham, pois não sabiam nos dizer esse dado com certeza) feriados, em qual dia do mês estão e por aí vai. Ficávamos, do auge de nosso pedestal de “pesquisador-psicólogo” nos perguntando que tipo de explicação poderia haver para este estranho fato, pois mesmo analfabetos, muitos deles conhecem números, reconhecem cédulas de dinheiro e sabem fazer contas. Temos como um pressuposto em nossa sociedade associar datas de aniversário a momentos felizes que dificilmente esqueceríamos. Talvez sejam impossíveis de passar em brancas nuvens para nós, que todo ano de alguma forma comemoramos a idade, o passar do tempo, mais um ciclo de vida, natal ou dia das mães. Para essas pessoas, fazer aniversário, contar os dias da semana, saber em qual mês estão são informações inúteis. Na luta pela sobrevivência o que importa é o agora, o dia

de hoje, que leão é preciso tentar a todo custo matar para não ir dormir com fome ao final do dia.

6) Famílias em extrema pobreza apresentam conflitos envolvendo criminalidade

Como já foi sinalizado no Capítulo 1, os territórios que compuseram o desenho geográfico deste trabalho tinham marcadamente o rastro da violência em suas vielas e casebres. Por conseguinte, também encontramos nos relatos pontos nodais que traziam à tona a questão da violência, associada geralmente à criminalidade. O estigma da pobreza associado ao poder sedutor de um modo de vida hedonista atrai inúmeros desses sujeitos, que se veem contemplados nesta escolha por estarem resguardados do direito de serem gente, embora o respeito e o reconhecimento venham por outras vias, como a do medo.

O medo dos rivais e da polícia faz parte do próprio jogo do modo delinquente de vida, e agregado a essa espécie de disciplinamento de condutas dentro dos territórios, vemos as mulheres entrevistadas referirem-se aos filhos e maridos também com base em elementos mais particulares, como a tendência a vícios que os induzem ao modo de vida delinquente. A morte é uma presença constante que ronda a vida dos moradores de todo o território e as rixas nascem, por exemplo, de uma simples caminhada pelo local errado na hora errada.

Casos emblemáticos nos marcaram durante a travessia da pesquisa. Como não lembrar de Marquinhos, um jovem de dezesseis anos que procurou a assistente social no CRAS para que ela lhe conseguisse uma vaga na escola do bairro, pois a situação financeira de sua família não estava boa e ele queria voltar a estudar para que a mãe recebesse o Bolsa Família. Arriscou-se indo até o CRAS pedir ajuda mesmo sabendo que andando naquele bairro sua vida corria perigo, era “marcado” pelas gangues de lá. Acompanhando a assistente social, fomos até a escola na qual Marquinhos queria estudar, conversamos com o diretor e na semana seguinte, ele já poderia começar a frequentar as aulas. Infelizmente não deu tempo, não conseguimos lhe dar a boa notícia porque na semana seguinte, quando fomos a sua casa, estava acontecendo o velório de Marquinhos. Ele foi covardemente assassinado com dois tiros no abdômen, por uma rixa dos tios com gangues rivais do bairro que ele havia atravessado na semana anterior para falar conosco.

“Dentro de casa não havia choro, era bem pior. A sensação de medo estampada na cara de todos me deixou sufocada. O caixão estava na sala vazia, e alguns poucos curiosos – e corajosos – foram lá prestar rapidamente suas últimas homenagens. Medo, medo e mais medo. Doe saber que a família não o levaria para a Igreja, estavam com medo de que algo pior pudesse acontecer lá, rezaram o terço na sala mesmo, e deixaram o nome na capela para ser mencionado na próxima missa que fosse acontecer.” (DC – Dia 6)

Mais uma narrativa difícil de presenciar foi a de Amanda, como já ensaiamos no início desta análise. Perdeu o marido de forma brutal, assassinado por seu primo na frente dela e do filho de quatro anos, dentro da própria casa. Amanda passava a sensação angustiante de pânico durante fala, como se o medo que sentiu naquela situação traumática lhe acompanhasse desde sempre, pelo resto da vida.

Sílvia além de criar um filho adotivo cuja mãe é uma prostituta que sumiu no mundo, tem um filho biológico que atualmente está preso por roubo de celulares numa cidade vizinha à Sobral. Não consegue ir visita-lo porque não tem dinheiro para pagar o deslocamento até lá, doze reais semanais lhe fazem uma falta absurda, mas pela sua ausência, apesar de indesejada, o filho a acusa de tê-lo abandonado.

Jéssica nos conta que tem um filho que vive nas ruas do centro de Sobral. Passa dias pedindo dinheiro nos semáforos, que segundo a mesma, eram para comprar cola, mas agora não mais. Um dia um conhecido de Jéssica afirmou ter visto seu filho e perguntou a ele se não tinha mãe, ao passo que este lhe respondeu que vivia na rua porque sua mãe estava morta.

“Agora ele deixou a cola, mas é sempre ai com uma droga que ele usa, uma tal de ‘preda’. Ai é a semana todinha no meio da rua, quando é dia de domingo, ele fica em casa enchendo o saco, dizendo as coisas com o homem (seu parceiro). [...] ele já teve internado em Fortaleza, passou quarenta e cinco dias, voltou, já teve no abrigo, saia forte, gordo, estudando, depois abandonava tudo.” (Jéssica)

Carla teve quatro filhos, um deles envolveu-se com drogas, outro com assaltos. O filho usuário de drogas passou por casas de recuperação em cidades vizinhas, encontrou uma parceira, com quem vive atualmente, mas segundo sua mãe, ainda usa drogas, “mas é coisinha pouca”:

“Assim, ele já tava dando pra assaltar, mulher...é muita preocupação, um dia vinha descendo uma ruma de maluco pra minha casa, inda bem que meu menino mais velho ia chegando na hora ai voltou os caboco. Eu também já tenho outro filho que mora com outra mulher e mexe muito nas coisas dos outros, ai uma vez ele foi lá pro Cariré (município vizinho) roubar cabra, parece que a polícia pegou ele com uma cabra, e a cabra terminou morrendo dentro da civil ai andou uma mulher do Cariré aqui com uns papel pra ele, mas já faz tanto tempo que eu pensava que esse menino não ia mais ser chamado. Quando foi sexta-feira o homem do fórum veio deixar um papel pra uma audiência dia 01, ele vai ter que ir né, é só preocupação.” (Carla)

Francisca perdeu o marido, assassinado, quando seus filhos tinham, respectivamente cinco e seis anos de idade. Hoje reclama que “a violência é demais” e por isso não deixa os filhos frequentarem o CRAS, não consegue se sentir segura nem sentada na calçada. Laura nos diz que tem dois filhos “errados”, envolvidos com o mundo do crime, um deles está internado numa casa de reabilitação num município vizinho e outro foi encaminhado à Fortaleza para ficar detido no Centro Educacional Dom Bosco, conhecido como Passaré,

cumprindo pena de seis meses por assalto. Ela nos conta com lágrimas nos olhos que queria muito ir visita-lo, mas não tem dinheiro para pagar a passagem. O marido de Edna era usuário de drogas e seu pai, quando ela era mais nova, lhe batia. Carla também sofreu violência doméstica nas mãos do ex-marido por anos:

“Ele junto com outra mulher, sou separada dele, sofria muito na mão dele, graças a Deus ele ter caído fora, eu já tava pra denunciar ele. Ele me maltratava, as vezes ele chegava aqui dentro de casa, uma vez eu tava na pia lavando vasilha, de repente eu recebi um murro na cara que a minha boca encheu de sangue, ele chegava bebo e puxava a faca em tempo de matar a gente, quando meus filho era mais pequeno ele espancava meus filho, ai eu dei graças a deus ele ir embora [...]. Eu sofri demais...e ele também tinha outra mulher, a outra era que apanhava mermo! E ele deixou foi ela nuazinha no meio da rua, acredita? O bicho é baixinho mas é o cão, nem o cão pode! Passei quase dezesseis anos com aquele peste.” (Carla)

Eva tinha três filhos e há dois anos perdeu um deles, assassinado. Outro passou dois anos preso e, após uma semana livre por ter cumprido toda a pena, voltou para a cadeia. Segundo sua mãe, ele usou drogas, “coisa pra ficar doido da cabeça” e acabou cometendo assaltos. O terceiro filho é o que menos lhe traz preocupações, apesar de vez ou outra beber.

O pai de Diana era usuário de drogas e batia nela. Vendeu tudo dentro de casa e a deixou junto com as irmãs passando fome. Ela relatou-nos que ia para o colégio para principalmente comer, já que em casa não havia nada. Quando questionada se o pai era violento com outras pessoas, nos respondeu:

“É porque devido as droga, porque quando ele usava as droga ele era normal, mas quando ele não usava ele ficava...ele ficava tranquilo só quando tava o efeito da droga. Quando passava era violento, ele baia, ele só batia na gente, só batia. Quando a gente morava com ele, ele usava na nossa frente.” (Diana)

Joana nos recebeu com o filho recém-nascido no colo, desconfiada, olhando para os lados e fechando rapidamente a porta ao entrarmos. Morava num casebre de taipa cujas paredes nos davam a impressão de ser quase uma ilusão de ótica, eram tortas, desiguais, e algumas estavam sustentadas por estacas de madeira, parecia um desenho mal feito concretizado em barro. A casa só tinha três cômodos: a sala apertada em que nós estávamos, o quarto onde ela dormia com o marido e quatro filhos, uma cozinha apertada que vimos de relance pois o desnível da casa transformava o final da mesma em um buraco. Joana pagava um aluguel de 150 reais pelo imóvel e recebia 217 reais do Bolsa Família, o marido, desempregado, vivia de bicos. Contou-nos o susto que havia passado na noite anterior, ao escutar barulhos de bala na rua.

“Não sei o que houve, só sei que a nossa rua vive tendo isso, passemos muito susto ontem e as balas tavam batendo nos carros, ai pronto meu Deus do céu, botei os menino logo tudo lá pra dentro, com as portas tudo fechadas, mas né, bala é uma coisa assim...ninguém deve confiar”. (Joana)

7) Os sonhos dos interlocutores: ter um emprego e dar uma vida melhor para os filhos

Na contramão do que muitos pensam sobre os empobrecidos, é falso o estereótipo do pobre acomodado, apesar de existirem casos presenciados por nós de pessoas que simplesmente desistiram de lutar para alcançarem seus sonhos e conformaram-se com a estabilidade da vida precária que possuíam. A resignação, embora presente em muitas pessoas, vem acompanhada de um fatídico destino marcado por uma série de faltas, desde a mais tenra infância. Ausências imanentes a um capital cultural quase inexistente, que acarreta numa disparidade abissal de meios na competição social com outros sujeitos (SOUZA, 2009).

O que resta a essas pessoas é apenas o sonho. Quando questionadas se tinham algum, as respostas nos surpreenderam. Entendemos como sonho um desejo difícil de alcançar, distante, uma ambição ou devaneio que faria nossa vida ter mais sentido. Algumas pessoas sonham em viajar o mundo, ter um carro importado, alcançar um doutorado, conhecer uma praia paradisíaca, enfim, não estamos aqui para julgar o desejo do outro, porém, foi curioso e ao mesmo revelador conhecer os sonhos de alguns dos nossos entrevistados:

“O meu sonho é ter as coisas dentro de casa, é só isso que eu quero, meu sonho é ter tudo o que meus filhos quer, eu ter” (Antônia)

“Meu sonho era ter as condições, né? fazer uma casa melhor pra gente acomodar mais, né? Porque aqui é muito pequeno [...]” (Francisca)

“Sabe qual é o sonho que eu tenho? Arrumar um emprego, terminar minha casa e cuidar dos meus filhos, porque quando a gente tem filho, a gente quer o melhor pra eles, né?” (Carmem)

“Meu sonho é ter uma condiçãozinha melhor pra cuidar dos meus filho. Mas dizer ‘ah, eu quero isso e aquilo outro...’ não pra mim aqui já é o bastante, ter uma família. É a vida” (Tereza)

“As vezes penso assim, que esses governo deveria colocar uma fábrica pras pessoa que não sabe ler nem escrever, que não tem estudo. [...] o que eu queria era que Deus me desse um emprego” (Laura)

“O que eu quero sinceramente é comprar uma casa pra mim não morar mais de aluguel” (Amanda)

“Meu sonho é arrumar um emprego pra mim, se eu arrumasse um emprego era bom demais. Mas eu não tenho muito estudo, só tenho até a oitava” (Edna)

“Quero dar a eles (os filhos) uma vida que eu nunca tive. [...] sempre faço de tudo pra eles nunca ter que pegar nada de ninguém, pra nunca roubar, não usar nada e nem viver a vida que eu passei” (Diana)

“Me considero pobre, o que eu queria era arrumar um emprego pra mim” (Edna)

Ter um emprego e dar aos filhos um futuro melhor foram escolhas unânimes entres os entrevistados. Alguns que ainda não alcançaram a desejada casa própria também comentaram sobre esse sonho, mas o que isso nos mostra? Diante de tal quadro, encontrar um emprego fixo é sinônimo de um sonho realizado. A segurança trazida por esta realização está para além do plano material. Um serviço fixo, por pior e mais desqualificado que seja, assegura a esses sujeitos o mínimo para a sobrevivência do corpo, garante um bem-estar social que os tira da

condição estigmatizadora de inúteis para o mundo, acomodados e dependentes de programas sociais e é a principal meta na narrativa do que queriam ter/ser, encontrando o bem-estar social dos filhos como consequência imediata da realização do sonho. Com esta vitória essas pessoas iriam finalmente galgar um lugar no degrau da dignidade, tornando-se trabalhadores estáveis, apesar de desqualificados, pois sempre estarão dispostos a fazerem todo tipo de função que a sociedade vê como subalterna justamente por não saberem fazer nada de maneira específica ou instrumentalizada.

Desejar o melhor para o futuro dos filhos é a consequência do contato direto com uma sociabilidade brutalizada. Essas mães e pais de família sabem exatamente onde estão os abismos, que qualquer tipo de vacilo pode ser fatal e fazer desandar os destinos de suas proles. Muitos deles apenas alegam querer “dar o melhor para os filhos”, apesar de não detalharem o que isso significaria. Acreditamos que, dadas as condições nas quais encontramos todas as famílias, o começo do “melhor” é uma vida digna com o mínimo de conforto a ser desfrutado, como por exemplo, a possibilidade de se alimentar pelo menos três vezes ao dia. Poucos comentavam desejar aos filhos o “caminho dos estudos”, mas orgulhavam-se de os mesmos serem alfabetizados, como é o caso de Laura, que não reconhece dinheiro, pois não sabe ler o que está escrito nas cédulas, mas as filhas estudaram e aprenderam ler. Ela nos conta com muita felicidade que leva as filhas quando vai sacar o benefício do Bolsa Família pois elas são inteligentes e não deixam ninguém enrolar a mãe.

Mesmo não sendo o exemplo de tal escolha, esses sujeitos querem para seus rebentos um caminho de vitórias e conquistas, já sabendo que este é o máximo que conseguem fazer dado o prenúncio do fracasso que ronda suas vidas diariamente. Eles no fundo pressentem que o destino que se inscreve para todos que ali vivem é marcado a ferro e fogo por uma competitividade injusta, cruel e historicamente desigual, e que suas vidas são sinas repetitivas de fracassos anunciados que pairam sobre suas trajetórias. Apesar de verem o mundo com olhos de desencanto, temos histórias como a de Antônio:

“Meu sonho mermo é dois: é trazer meus filhos de volta pra cá (seus filhos estão sob a guarda da avó materna) e o meu dinheiro sair todinho (dinheiro do seguro saúde) pra eu construir isso aqui (a casa), somente, não quero mais nada, só quero de Deus só isso, e também que Deus me dê minha saúde pra poder cuidar deles, somente”
(Antônio)

A vida de Antônio é sofrida, com apenas quarenta anos, ele vive o drama de uma doença cardíaca crônica e não pode mais trabalhar. Qualquer tipo de esforço físico mais pesado ou emoções fortes podem ser fatais. Ele foi o único homem entrevistado nessa pesquisa e esse fato foi totalmente não planejado por nós. Sempre que fazíamos visitas, só

encontrávamos mulheres dentro de casa, elas eram as matronas responsáveis pela família, os maridos estavam na rua, fazendo ou procurando bicos e aqueles que estavam em casa não queriam falar conosco. Antônio foi a exceção, ele é um caso atípico no Cadastro Único do Bolsa Família. O programa do Governo Federal foi especialmente projetado para beneficiar as mulheres e propiciar-lhes mais autonomia, ao coloca-las como titulares dos cartões do benefício. O Governo tomou essa decisão baseado em muitas pesquisas que apontavam que as mulheres gastavam melhor o dinheiro, aplicando-o diretamente com a alimentação dos filhos e outros cuidados com a família.

Mas sempre surgem ressalvas e Antônio é uma delas. Viúvo, doente e com seis filhos, ele passou a ser o titular do Bolsa Família que era da falecida esposa e tem orgulho de nos contar que gasta todo o dinheiro com a família. Seu maior sofrimento é vê-los serem maltratados pela avó materna, a quem cedeu a guarda de todos após a morte da esposa, por acreditar que ela cuidaria melhor das crianças do que ele. Antônio nos conta que um a um os filhos “migraram” de volta para o seu pequeno casebre de apenas um cômodo, nos fundos de outra casa, situada num descampado barranco aos pés de uma réplica da estátua do Cristo Redentor, no bairro Alto do Cristo. Seu sonho é ampliar o cômodo e dar aos filhos mais conforto.

A casa de Antônio foi, entre as visitadas, uma das que mais nos chamou atenção pela aparente miséria contrastada com alguns objetos que vimos logo na calçada. A infraestrutura não só da casa, como do bairro é péssima o suficiente para desafiar qualquer ideia de cidadania ou dignidade. Na entrada da casa, uma espécie de alpendre, havia duas lonas de plástico penduradas pelos caibros do telhado para proteção contra sol e chuva. Na calçada era improvisada uma sala/quarto, com rede, cama de solteiro caindo aos pedaços e um móvel sob o qual estava um televisão, um vídeo game, um dvd, um *tablet* e vários cd's com jogos. O interior do pequeno cômodo possuía um fogão velho, uma geladeira enferrujada, potes de barro com água, uma mesa e outra rede. Não havia banheiro. Quando perguntamos a Antônio se ele se considerava uma pessoa pobre, de novo ele tornou-se nossa exceção:

“Pobre, mas não infeliz né? Tem um dizer aí, me esqueci, ‘pouco com Deus é muito’... sei que minha vida é boa.” (Antônio)

Em meio a tantas agruras, encontramos uma fala que quebra por completo com o imaginário ciclo da pobreza que a associa ao sofrimento e à tristeza. De fato, Antônio realmente não parecia infeliz, pelo contrário. Mesmo relatando as dificuldades e a raiva por ver os filhos sendo castigados pela avó, ele demonstrou em cada palavra o quanto os ama e

que sempre vai lutar para vê-los bem. Mostrava-nos uma caixa abarrotada de remédios que tomava diariamente, mas não reclamava da doença. A miséria que viveu durante os últimos quarenta anos não lhe tirou a vontade de ser feliz.

8) A rede de solidariedade de vizinhos e familiares: um auxílio emergencial

Ao longo de nossas entrevistas e visitas quase diárias ao território, encontramos um fator que marcadamente acreditamos constituir uma estratégia de resistência, ou pelo menos de resiliência frente à situação de pobreza extrema: há uma rede de solidariedade e de afetos que atua de forma emergencial durante os momentos mais críticos na vida dos empobrecidos. Os vizinhos e parentes são um tipo de contato de emergência para situações limítrofes (e aqui cabe nos questionarmos em qual dia da semana essas pessoas não passam pela iminência da derrota), constituindo uma cadeia de beneméritos salvadores, seja com um copo de açúcar, um pacote de arroz ou uma conta de luz atrasada finalmente quitada.

Tratamos a fome como a mais grave das urgências e, mesmo em bairros tão devastados pela miséria, há uma solidariedade imanente que aflora quando o outro está atravessando a minguagem na alimentação. Ainda que haja apenas suprimentos para o fim da semana, é justo e digno dividir um quintil com quem não tem nada sequer para terminar o dia. A família também ressurgiu como a esperança de um bote salva-vidas, especialmente através da figura dos filhos que conseguiram sair de casa e finalmente alcançaram o sonho do emprego fixo. Mesmo com pouco, escaparam da linha de extrema pobreza e já garantem por conta própria a sobrevivência, sendo o seu retorno à casa dos pais através da ajuda com a comida um motivo de orgulho e agradecimento profundo.

“Assim, porque quando eu era boa e podia trabalhar, tinha meus trocadinhos né, aí eu não posso mais como trabalhar, tenho muito vizinho bom que me ajuda. [...]tenho um filho que mora na outra rua, quando ele recebe as coisas da Grendene ele também me ajuda, me dá um feijão, arroz, o leite dele (do filho menor), ele já me ajuda também. As vezes quem me ajuda é o meu pastor, me dá uma cesta, aí dou graças a Deus que ele me ajuda, senão tava passando fome mesmo. [...] A água foi cortada esses dias, mas um irmão meu me ajudou.” (Sílvia)

“Estou lhe dizendo, o negócio não é bom não, viu? Um ajudinha aqui, outro ajuda acolá e a gente vai passando, (ruído). Um ou outro me ajuda, meu irmão tira a cesta da Grendene e me dá um pacote de feijão, outro me ajuda, me dá um arroz... hoje ele foi no irmão dele (marido) e o irmão dele disse que arruma um serviço pra ele...” (Ana)

“A gente não passava necessidade porque a mãe dele mandava as coisas, ela era bem pobrezinha mas mandava as coisas, ela não é ruim não, ela é boa pra mim” (Edna)

“Os outros que já estão nas suas casa (filhos mais velhos que não moram mais com ela), com suas obrigação, mas os que pode me ajudar me ajuda com uma coisinha e

outra, e eu tenho essas besteirinha dentro de casa mas são eles que me dão, de dias das mães...eles não ajudam mais porque não pode né.” (Marta)

“Minha menina que mora no Jaibaras (distrito da cidade de Sobral) diz ‘mãe, eu só não vou lhe dar mais um pouco porque não posso’, porque quando ela vivia aqui ela me dava, o dinheiro da Grendene dela era quase todo aqui dentro de casa, Ela diz ‘mãe, eu sinto muito eu não vou mais lhe dar um trocadinho’ e eu digo ‘não minha filha, agora você vai pagar aluguel de casa’, mas ela diz ‘mãe, enquanto eu tiver na Grendene a sua bolsa vem’ (cesta básica que os funcionários recebem mensalmente). O meu menino mais velho vai buscar, ela vem de lá pra cá no ônibus. Eu já tenho a bolsa desse meu outro também, é mais difícil as misturas né.” (Carla)

Antônia, carregando na barriga e a tiracolo sua prole, não tem a quem recorrer. Pede ajuda ao CRAS e julga ser azarada já que não ganha nada facilmente, diferente de outras pessoas que conhece, sortudas por sempre receberem de estranhos roupas usadas e comida. Sua condição de passividade foi algo que nos chamou atenção, pois a primeira vista, ela poderia estar corroborando com o triste estigma do “pobre acomodado”, mas ao compreendermos mais a fundo seu perfil de mãe solteira, doente, desinformada e abandonada consecutivamente por três maridos, ficou simples entender porque ela só consegue se valer da solidariedade de outras pessoas. Antônia é uma mulher que nunca teve a oportunidade de exercer sua autonomia, uma vez que, desqualificada para o mundo do trabalho e sem nenhum tipo de amparo para criar e educar os filhos, tomou a única decisão que lhe restava como mãe: ficar perto deles e garantir aos poucos, o mínimo para a sobrevivência dos mesmos. Já que era inviável encontrar essa sobrevivência através da sua força de trabalho, nada mais lhe restava a não ser suplicar à caridade alheia e contar com o parco benefício financeiro oferecido pelo governo. A cordialidade é o recurso adaptativo disponível para os momentos de desespero.

Ainda assim, uma das orientadoras sociais do CRAS, conversando conosco após a entrevista com Antônia, confidenciou certa revolta com a situação da gestante. Não com o drama vivido por ela, mas com a própria Antônia, que já havia passado por dois casamentos que não tinham dado certo tendo como resultado disso cinco filhos para criar, mas mesmo assim entrava num outro relacionamento e “embuchava” novamente. A orientadora quase deu a entender o quanto Antônia era “burra” por não se prevenir. Mas será que, analfabeta e sem o mínimo de orientação (que poderia ser dada por uma orientadora social, porque não?), Antônia saberia, dentre tantas coisas que ela talvez nunca saiba, como funciona uma cartela de anticoncepcionais?

“eu não tenho condição de comprar nem uma fralda, eu tava até pensando hoje com a mãe, mas Deus ajuda, é Deus ajuda, a gente vai falando com o pessoal pra ajudar, mas é só acreditar na misericórdia de Deus mesmo. Por causa que não tenho sorte, ninguém me ajuda, não tenho sorte não, tem gente que tem sorte de possuir as coisas, tem bolsa família, tem trabalho, tem tudo e tem quem ajude, e eu? As vezes eu fico dentro de casa pensando “Deus ninguém vai vir deixar nem um quilo de

arroz pra mim?’ Por que eu tenho vergonha, eu não tenho coragem de pedir, as vezes eu chego aqui no Cras ‘Gracinha (orientadora social), eu to precisando disso, e isso e isso..’ ai ela diz ‘eu só não lhe ajudo porque você sabe que eu não posso tirar o que tem na dispensa porque não é meu’. Uma vez a Kelvia (assistente social) me ajudou, um quilo de arroz, pacote de macarrão, eu agradei, e é só eu e eles, dá pra mim ir poupando e eles comem pouco, eu também.” (Antônia)

Laura pediu esmolas nas ruas por anos, e hoje vemos um reflexo dessa prática na destreza com que encontra conhecidos dispostos a lhe oferecer ajuda. Dois dias após realizarmos a entrevista com ela, sua água e luz foram finalmente cortadas devido à falta de pagamento, fato que já havia nos informado durante a conversa. Ela passava o dia inteiro cantando louvores para que a “moto da Coelce” não passasse em sua casa. Encontramos ela no meio da rua com um balde d’água na cabeça. Estava pedindo água aos vizinhos para tomar banho e lavar roupas. A assistente social vendo a situação de Laura se compadeceu, pediu os papéis dos recibos de multa e pagou a conta de água atrasada, em seguida foi até o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), órgão responsável pela distribuição de água na cidade, para fazer um requerimento de religação do abastecimento na casa de Laura. Talvez sem esse gesto de solidariedade tanto dos vizinhos quanto da assistente social, Laura tivesse passado, além de fome, também sede. Sua rotina cotidiana depende de caridades, pois em seu fatídico caminho, Laura parece sempre encontrar uma nova agrura para fazê-la sofrer ainda mais.

“Ela (a filha) só não foi hoje (para a escola) porque tá faltando material, foi até uma mulherzinha que deu o caderno dela, ela perdeu ontem e hoje de aula, coisaram o bolsa família, ai eu ia comprar o caderno com esse cartão, ai a mulher deu a ela e ao pequenininho (filho menor), ele ganhou um caderninho e uma mochila. Ele hoje foi pra escola, mas tinha faltado ontem, tudo por causa do material. Num é todo mundo que ajuda não” (Laura)

Os vizinhos são a saída de emergência representando a mão que se estende nos piores momentos. Quando entramos na casa de Flávia, tivemos a sensação de insegurança mais incômoda dentro de todo o percurso que esta pesquisa fez. Não foi um “sentir-se inseguro” pelo bairro, pela rua ou pelas pessoas, mas sim pela estrutura da casa, que parecia estar na iminência de cair, podendo, a qualquer momento, desabar e soterrar a todos que estavam na estreita e bagunçada sala-quarto. Flávia era uma moça muito tímida e às vezes, antes de nos responder, olhava para sua irmã mais nova, que confirmava sorrateiramente com o olhar tudo o que ela nos confidenciaria em seguida. Quando nos explicou que o casebre de três cômodos onde morava com a irmã e os pais tinha sido estranhamente abandonado pela antiga moradora, não compreendemos com clareza como eles haviam chegado lá e porque a casa havia sido desocupada.

Aos poucos e com uma dificuldade grave de verbalizar frases que fizessem sentido completo, ela explicou que a moradora antiga morava com o esposo na casa e, precisando de dinheiro, resolveu alugar um dos três cômodos para a família de Flávia, que durante um tempo ficou toda hospedada na sala. Alguns meses depois (ela não soube precisar quantos) a moradora resolveu mudar-se para Brasília e deixou o casebre “de presente” para Flávia morar com a família. O teto que agora lhes pertencia seria um problema realmente concreto, pois a casa está muito deteriorada e, além de ser feita com taipa, fica no descampado de um morro, numa das ruas mais imundas de todo o território. Flávia assume o quão difícil é viver naquele lugar, afirmando-se como a única de todos os entrevistados que enxerga claramente sua situação de miséria usando como base para sustentar este argumento o fato de morar num bairro com condições precárias. Com mais uma menção aos vizinhos, ela nos conta como é sua rotina de medo e incerteza.

“A casa tá toda caindo, a cozinha tá perto de cair, não tem saneamento básico, não tem água encanada, cortaram a água, a rua também é muito perigosa, tem muita droga e tiro no meio da rua, direto. A gente pede água pra vizinha pra tomar banho, cozinhar, a gente usa uma mangueira.” (Flávia)

Ao nos confirmar com as próprias palavras que sua situação de pobreza é percebida e sentida também através de sua percepção sobre o quão miserável é o território, Flávia consegue nos mostrar através de seu discurso uma visão mais elaborada acerca de sua vida e de seus problemas, o que para nós é o resquício de uma considerável mudança em direção à quebra do ciclo da pobreza. Todos os entrevistados de uma maneira ou de outra buscam ajuda em diferentes referências de amparo e percebemos que há uma solidariedade latente entre aqueles que atravessam a situação de opressão e subalternidade frente às privações impostas pela condição de extrema pobreza.

Para finalizar a discussão proposta nesta etapa do trabalho, trazemos um mapa representacional que tenta materializar de forma ilustrativa as oito dimensões de sentido que aqui apresentamos, e com ele queremos elucidar a visão global das categorias que elegemos para mostrar o conjunto de representações sociais que identificamos:

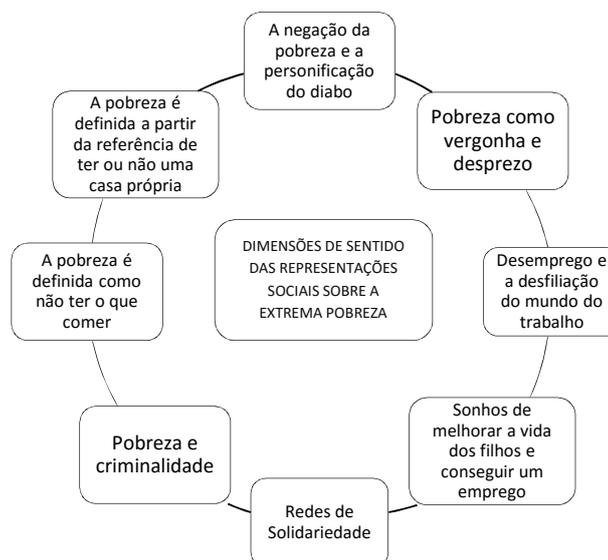


Figura 1: Dimensões da representação social dos entrevistados sobre a extrema pobreza

Possibilidades de uma síntese interpretativa

Tudo o que foi trazido neste capítulo constitui o resultado final de um processo com altíssimos investimentos de dedicação, análise, leituras e, claro, angústias. Sem a contribuição imensurável de nossos interlocutores, nada disso teria sido possível de ser concretizado. Contudo, há um último tópico que queremos apresentar ao leitor, pois vemos neste apontamento uma fonte potencial para construção de novos sentidos. Amparamo-nos em Thompson (2011) para justificar nossa vontade de trazer à tona um viés interpretativo mais direto, profundo e pessoal acerca do que foi discutido até então. Para o autor:

Os métodos de análise discursiva procedem através da *análise*, eles quebram, dividem, descontroem, procuram desvelar os padrões e efeitos que constituem e operam dentro de uma forma simbólica ou discursiva. [...] mas a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados. [...] por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito. (THOMPSON, 2011, p.375)

Pensando na possibilidade de interpretar uma interpretação, adentramos no que Thompson chama de reinterpretação, uma vez que até então, o que fizemos e apresentamos ao leitor foi uma “interpretação já pré-interpretada” pelos sujeitos que constituem o nosso campo sócio histórico. Sem muitas complicações, vamos ao ponto nodal do tópico, a ousada tentativa de arriscar algumas considerações sobre o corolário deste trabalho.

A extrema pobreza que presenciamos em sua faceta mais nua e crua, à luz da Teoria das Representações Sociais, nos propicia entrever os sobressaltos dos saberes sociais na raiz de sua constituição enquanto fenômeno e questão social. Nossos entrevistados eram

contraditórios e borrados em seus discursos, e nada disso para nós soa como um acaso. Vemos nesse comportamento uma tendência desses sujeitos a não conseguir articular com clareza a própria condição de miséria pelo simples fato de que (r) existir em uma situação de pobreza extrema é uma realidade insuportável de ser assumida. Tão intragável que reconhecer a anulação de suas vidas enquanto ralé completamente estigmatizada, humilhada, invisibilizada e desprezada é deveras impensável. Sendo assim, é mais simples para essas pessoas ilusionar a existência de um alguém no fim da “fila de derrotas”, que não são elas. Não importa em que posição distante do início desta fila esses sujeitos estão, a certeza de que não ocupam o último lugar os alenta: Que no último lugar esteja o diabo, o vizinho, o morador de rua que passa fome ou o drogado da esquina, essa pessoa vai estar “pior que eu” para que a miséria pese menos sob seus corpos.

Há nesta forma de enxergar o próprio mundo uma recusa à realidade, uma genuína fuga da dor de quem quer ser reconhecido como gente, mas para conseguir se afirmar “gente” precisa contar com a (im) possibilidade de alcançar a própria dignidade, seja na tentativa de consumir bens, conquistar um emprego, ter um teto ou um prato de comida. Apresentando uma consciência enevoada desta triste sina, nossos entrevistados se descrevem extremamente pobres sem perceberem que o fazem, porém categoricamente se negam pobres por entenderem que revelar isso a um estranho é assinar o próprio certificado de morte social. Ora, essas pessoas já não existem para mundo e quando raramente são percebidas por alguém, acabam recebendo um tratamento taxativo que os joga no rol da delinquência ou da escória. Expor ao outro aquilo que eles negam até para si é de fato uma atitude muito perigosa e que deve ser evitada.

Os empobrecidos que assumem suas vidas miseráveis, bem como os que negam esta condição, compartilham de um mesmo estigma. Ambos são carentes dos modos de agir, de pensar, de falar e de se comportar daqueles vistos como socialmente dignos, ainda que uma parte não sinta nenhum tipo de pertença como estigma, negando-o veementemente, e que outra parte, mesmo assumindo a condição de pobreza, não consiga dar-se conta de que os fatores que a levam àquela situação não correspondem a uma questão de materialidades, mas está diretamente relacionado a uma percepção política de conflitos de classes.

A forma como a pobreza é traduzida por estas pessoas nos remete a um expressivo modelo de convencionalização e prescrição das representações sociais que esses sujeitos constroem. Negar a pobreza é algo que se reproduz com muita força no universo dos empobrecidos. É ensinado desde cedo para essas pessoas que denominar-se pobre é uma

atitude abominável, justamente por que a assunção da pobreza desvela a posição de derrota completa que os empobrecidos preferem não enxergar, para que o torpor da ilusão de uma vida com perspectivas e graças divinas prevaleça, embora a fome persevere junto.

Contudo, é em meio às ambiguidades e contradições que as meias verdades se tornam mais claras. Quando se dizem pobres, apesar de “não muito pobres”, pois o último lugar da fila já está preenchido, nossos entrevistados tentam encontrar compensações para contrabalancear a aflitiva existência de se verem miseráveis, mas não cogitam jamais decretar às próprias vidas a falência final. São pobres, porém têm saúde, não obstante muitos apresentam doenças crônicas, um resultado de anos excruciantes de trabalho desqualificado no qual o próprio corpo, hoje exaurido e comprometido diante dos esforços animaiscos a que se submeteu, foi moeda de troca barata.

São pobres, entretanto não passam fome, mesmo que comer nem de longe seja uma experiência diária de satisfação e fartura com a comida, pelo contrário, o pouco que às vezes se tem diante do muito que sempre falta é surpreendentemente parco: “um ovo, uma piaba, um real de salsicha”. Nenhum desses alimentos dá conta de suprir o mínimo das necessidades calóricas de um ser humano quando ingeridos sozinhos e em tão pouca quantidade. Não há fome, mesmo que o almoço e o jantar dependam exclusivamente dos vizinhos, do CRAS, ou de Deus, que a todos protege. A fome, mesmo real, física e dolorosa é subjetivada pela naturalização do “comer” como um momento que sempre será de difícil acesso, não deixando saídas a não ser o conformismo de que a vida é assim.

Não são pobres, porque pobre é quem não tem um teto, um lugar para morar. A prova incontestável da “não-pobreza” é que são donos de um pedaço de chão. No entanto, para conseguir o direito a esse chão, tiveram que assumir a pobreza que tanto negam, precisaram atestar no papel o quanto são miseráveis e incapazes de, por conta própria, alcançarem o sonho de serem proprietários de uma casa pra morar sem para isso precisar da ajuda do governo. A incapacidade é inata e encontra-se adormecida num modo de vida que nos remete a uma herança de classe e está inscrita não apenas no analfabetismo – tão comum e vergonhoso para essas pessoas – mas também na escassez de vocabulário, nos modos de pensar, de se expressar, de falar, na inexistência de qualificação mínima para qualquer tipo de função mais elaborada dentro do mundo do trabalho, enfim, de todas as disposições que algumas classes veem como naturais (como juntar duas sílabas e formar uma palavra, por exemplo), mas que para estes sujeitos são completamente alheias e impraticáveis, uma vez que são incognoscíveis.

A expectativa frustrada do emprego com “carteira assinada” acaba contaminando essas pessoas muito cedo e o que lhes resta é improvisar alguma ocupação nas fatias precárias do mercado. O trabalho não é visto pelos empobrecidos a partir da tese weberiana que o entende como um ato que dignifica o homem, mas sim como um instrumental de possibilidades muito inconstantes que lhes aparecem, no qual é preciso ter jogo de cintura e expertise para aproveitar as oportunidades, que além de escassas, remuneram de forma ultrajante. O aviltamento das remunerações é congruente com a precariedade do trabalho. A dignidade é um mero rótulo genérico, pois na prática algumas ocupações são mais dignas que outras, mais respeitadas ou mais invisibilizadas também. A agonia estampada nos rostos dos empobrecidos revela a convivência diária com a certeza do fracasso por não terem alcançado o patamar da condição de cidadania através do reconhecimento social introjetado na imagem do trabalhador. Sem saídas, a opção que lhes resta é admitir a necessidade de amparo governamental e viver na expectativa de que um “bico” lhes apareça para amenizar as faltas diárias.

Nesta batalha árdua por reconhecimento, muitos buscam a escapatória mais favorável no universo da criminalidade. Já que não encontram a porta do mercado de trabalho aberta para adentrarem na sociedade como cidadãos dignos, respeitáveis trabalhadores, pais e mães de família, o que sobra como um último suspiro nesta trágica história de desgraças é acessar paralelamente as oportunidades que o crime pode propiciar. Não estamos aqui justificando a delinquência, mas demonstrando que em sua gênese há uma perversa relação de opressão que nasce da impossibilidade que esses sujeitos encontram de se sentirem e se virem pertencentes dentro do meio social. A pertença, como já vimos, adentra no campo das posses, da aquisição de bens duráveis, do padrão de vida que traz consigo bem-estar e conforto. O desejo reprimido e soterrado de um dia degustar as delícias de uma vida sem preocupações básicas com a sobrevivência diária ou simplesmente o sonho de ver nos olhos do outro algum resquício de respeito por suas presenças leva cada vez mais jovens e adultos das periferias abandonadas a ingressar no mundo do tráfico e da criminalidade.

Como descrevemos no capítulo 1, o território que acompanhamos é tomado por disputas de gangues, formadas em geral por meninos muito jovens, menores de dezoito anos, que cedo se renderam às supostas facilidades que a rede de violência assegura. A expectativa de vida, entretanto, lhes é curtíssima e o medo que paira sobre seus corpos e mentes é uma presença constante. Esses meninos, devido à socialização de classe, são desprovidos de características que julgamos, do nosso olhar de classe média, serem fundamentais no convívio

com o outro: não há senso de disciplina e de respeito à vida do próximo, o que faz com que, desde cedo, ainda dentro de casa, no convívio familiar, aprendam que a violência é um fator natural em suas trajetórias, pois muitos veem a mãe sendo espancada e o pai bêbado, por exemplo. As escolas são um ambiente de passagem em suas vidas, onde frequentam por alguns anos, mas antes mesmo de finalizar o Ensino Fundamental desistem da empreitada para dar exclusividade aos negócios do crime, mais rentáveis fora do ambiente escolar, onde a vigilância é menor. A fonte de satisfação imediata é o acesso fácil a dinheiro, elemento raro em suas vidas empobrecidas, entretanto o resultado é uma lamúria constante de mães relatando com pesar a sina de filhos presos, marcados ou assassinados, chorando copiosamente todo o futuro que estes não tiveram pela frente, com um olhar de quem já sucumbiu ao trágico resultado de ver uma pessoa amada caindo na desgraça das escolhas erradas. A armadilha mais funesta destas narrativas é o fato de que as desavenças só se pagam com a morte. Entre si os empobrecidos matam e morrem, ceifando os próprios destinos, numa tentativa desesperada de impor o respeito, manter a honra e legitimar seus lugares no mundo, no bairro, na rua.

A que desfecho essas impressões nos levam? É bom recapitularmos as associações que propusemos desde o começo deste trabalho: compreender as redes de relacionamentos na dimensão de existência e resistência desses sujeitos utilizando como ferramenta para esta orientação a Teoria das Representações Sociais. Cabe atentarmos para um aspecto que já foi exaustivamente pontuado sobre as representações, mas que continua válido e central na discussão: as representações são ideias disseminadas no universo social que atravessam constante apropriação e transformação pelos sujeitos que compõem este cenário. Muitas dessas ideias se alastram com uma força avassaladora nos discursos e nas vidas das pessoas, instaurando relações de poder, de pertencimento, de dominação, de opressão e de reconhecimento. Assentadas no terreno do mundo simbólico, os conjuntos de saberes sociais que formam unidades representacionais se ancoram nos processos de familiarização com tudo o que é estranho. Assim, quando sujeitos que vivenciam a extrema pobreza, como foi o caso de nossos interlocutores, aprendem desde cedo a existir dentro dos bolsões de miséria driblando pressupostos de auto-reconhecimento, resignação, naturalização e resiliência diante dos modos de vida que foram submetidos a atravessar, podemos afirmar que neste processo incide uma construção de representações sociais cujas reverberações atingirão gerações inteiras.

Desde o aprender a acender um fogão à lenha por saber que o único modo de cozinhar para os filhos, netos e bisnetos será sempre este, até acreditar e defender piamente a negação da condição de miséria: no substrato destas dimensões de sentido encontramos representações sociais sendo transmitidas, prescritas e convecionalizadas através de um processo constante de objetivação dos fenômenos adjacentes à pobreza e de ancoragem das novas vivências que esta travessia impõe sobre o destino de cada uma dessas almas, à deriva de si mesmas num mar de categorizações, estigmas e preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim de nossa jornada com a certeza de que nenhuma pesquisa é perfeita assim como nenhum desfecho é completamente conclusivo. A realização deste trabalho resultou em uma experiência muito rica, pela própria natureza do fenômeno estudado, permeado de significados e particularidades. A oportunidade de confrontarmos e compararmos cotidianos, fazendo contrapontos com teorias e propostas de políticas sociais, foi uma missão difícil de concretizar, porém, ao final, esta salta a nossos olhos como um resultado muito prazeroso de se ver e de se mostrar.

Mantendo-se afastada dos saberes eruditos e opondo a estes uma modalidade de conhecimento prática e eficaz, nossa pequena amostra de interlocutores nos permitiu observar como se produzem e funcionam representações num espaço social delimitado. O afastamento de um saber científico estabelecido e reconhecido favorece na construção original de um pensamento destinado a aflorar as experiências do vivido e do íntimo. Durante a pesquisa tivemos muitas vezes a sensação de ouvir falar a mesma pessoa pela boca de nossos interlocutores, continuando, de um a outro, um diálogo em que as questões levantadas por uma observação feita aqui encontravam um esclarecimento em respostas e declarações dadas ali: encontramos uma polifonia de saberes.

Durante o percurso metodológico, apostamos no formato da entrevista semiestruturada como um caminho para acessar o mundo da vida dos empobrecidos de forma que estes se colocassem como protagonistas de suas falas e de seus desejos, narrando da maneira mais aberta possível os pormenores de seus cotidianos. Em paralelo, tecemos uma colcha de retalhos acerca de aspectos fundantes das políticas públicas sociais que abraçam a tendência das categorizações economicistas como parâmetro para definir e mensurar a pobreza, e para isso, nos sustentamos no campo da análise documental. Elencamos, com o intuito de construir uma contra argumentação, diversos autores que apresentaram com maestria problematizações e reflexões críticas cuja pretensão reside em elaborar um questionamento sobre as tendências atuais na compreensão da pobreza, da exclusão e da desigualdade social. Localizamos neste encontro com tantas propostas instigadoras a prova cabal de que há outras alternativas para tratar a questão social da pobreza, a partir de ensaios mais densos, embasados num enfoque não mais preditivo, mas sim num processo genealógico das condições que sustentam e explicam o universo dos sujeitos que estão vivendo em situação de miséria extrema.

No cerne do trabalho, expomos ao leitor nossos achados trazidos do campo que visitamos, das falas que reunimos e, através da Teoria das Representações Sociais, construímos uma análise pormenorizada de todos os aspectos que visualizamos nas narrativas capazes de constituir elementos simbólicos representacionais constituintes da extrema pobreza. Nosso recorte nos permitiu sintetizar oito dimensões de sentido que julgamos ser um norte para entender como e por que essas pessoas estão numa situação miserável. Não é nossa intenção, com este resultado, esquadrihar as falhas estruturais que mantêm situações de opressão e exclusão dentro da sociedade, nos furtamos de arriscar quaisquer generalizações por as considerarmos uma posição irresponsável por parte de um pesquisador. Todavia, nossos achados fizeram cair por terra a hipótese que elaboramos ainda no momento de construção do projeto que viria a se tornar esta pesquisa: os sujeitos extremamente pobres não se reconhecem enquanto tais, ainda que alguns atribuam a si próprios o rótulo de ‘pobres’. Diferente do que apregoam as cartilhas das políticas sociais, os processos emancipatórios que supostamente asseguram a estas pessoas a possibilidade de desenvolver autonomia e despertar uma consciência acerca dos próprios direitos ainda é algo longe de ser alcançado.

Os empobrecidos não se reconhecem como sujeitos das políticas públicas, não conseguem apontar em seus discursos um entendimento mínimo sobre seus papéis dentro desta trama e no máximo descrevem mecanicamente as condicionalidades às quais estão sujeitos por ingressarem em programas sociais, bem como as punições advindas do descumprimento das mesmas. Por não conhecerem e não perceberem suas atribuições como atores sociais, se postam como objeto dessas políticas, sempre ressaltando a condição de dependência e falta de oportunidades. Diante desta situação ultrajante, fazemos nossas as palavras de Pedro Demo, quando afirma que

Não pode haver coisa mais fútil e hipócrita do que imaginar que essa população imensa pode ser resgatada com esmolas, assim como é ignóbil descartar-se a auto sustentação, mantendo tais populações cada vez mais dependentes do sistema. De programa em programa, aumenta a assistência, não a auto sustentação, embora a assistência tenda a aumentar pela divisão cada vez maior em migalhas cada vez menores. (DEMO, 2005, p.184)

Chegando ao fim da linha, nosso relato de viagem mostra que o que nos resta é expor a gravidade dessa realidade na expectativa de visibilizar a questão e dar-lhe a merecida atenção. Estamos atrasados em termos de cidadania à medida que encontramos de forma tão indiscutível uma massa amorfa de gente que jamais ouviu falar desta palavra. Urge trazeremos este debate para uma esfera macrossocial, não apenas por que é o “tema quente” da vez, mas, sobretudo, por se tratar de uma questão secular e, até o presente momento, irremediável, mesmo que suavizada no plano da mídia, dos gráficos e dos discursos. Apesar de tudo, é

alentador constatar que as redes de solidariedade prevalecem em meio a tanto caos, e a elas nos agarramos para não sufocar diante de tamanha perversidade cristalizada das relações de poder que legitimam a pobreza como um dado natural. Na peleja por uma psicologia social mais solidária e crítica, buscamos uma transformação social enfocada nas potencialidades e experiências dos oprimidos, compreendendo que é necessário intervir para construir novos significados, uma vez que só é possível romper com o ciclo generativo da pobreza quando os sujeitos que o compõem se colocam em um lugar de poder. Deixamos, para tanto, a singela contribuição deste trabalho e esperamos que um dia possa tocar de alguma forma os próximos leitores e pesquisadores que passam pela aflitiva, porém libertadora, certeza de que temos em mãos o dever de colaborar com a transformação social que tanto bradamos, pois a voz que se cala é a base da iniquidade do sistema.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vicente Freitas de. **Bela Cruz**: Biografia do município. Lisboa: Bubok Publishing S.L, 2013a.

ARAÚJO, L.F.S. de, *et al.* Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**. Vitória, vol.15, n.3, p.53-61, jul-set, 2013b.

ARRUDA, A. Despertando do Pesadelo: A interpretação. In: SOUZA, Clarilza Prado de. *et al.* **Angela Arruda e as representações sociais**: estudos selecionados. Curitiba: Champagnat, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014, p.117-160.

AZEVEDO, D. C.de; BURLANDY, L.. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 201-209, jan. 2010. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200007>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P.. Poverty Distribution among the Brazilian States: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. *Trabalhos Apresentados...* Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R.P.; COMIM, F.V. Pobreza extrema e seus tríplices fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade. **Revista de Economia**, Editora UFPR, vol. 38, n.1. p. 167-188, jan-abr., 2012.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George *et al.* **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: Um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BEGHIN, N. Notas sobre desigualdade e pobreza no Brasil: situação atual e desafios. In GREEN, Duncan. **Da Pobreza ao Poder**. São Paulo: Cortez, 2009.

BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela, *et al.* **Desigualdade e a questão social**, São Paulo: Educ, 2013.

BOGDAN, R.C., BIKLEN, S.K. Notas de Campo. In: BOGDAN, R.C., BIKLEN, S.K.. **Investigação Qualitativa em Educação** – uma introdução à teoria e aos métodos. pp. 150-175 Porto, PT: Porto Editora; 1994.

BOURDIEU, Pierre, *et al.* **A miséria do mundo**. 9 Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Entrevista com Pierre Bourdieu (Entrevista concedida a Menga Lüdke). **Teoria & Debate** n. 3, Porto Alegre, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRÍGIDO, João. **A Fortaleza em 1810**. Fortaleza: 1979.

_____. **O Ceará - lado cômico**. Fortaleza: 1900.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CELLARD, A. A análise Documental. In: POUPART, Jean, et al (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.295-316.

CLARK, D.A., HULME, D. **Towards a Integrated Framework for Understanding the Breadth, Depth and Duration of Poverty**. GPRG Working Paper 20, Universities of Manchester and Oxford, UK, 2005. Disponível em <http://www.gprg.org/pubs/workingpapers/pdfs/gprg-wps-020.pdf>.

COUTO, B.R. O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Org.). **Políticas públicas e assistência social**: diálogos com as práticas psicológicas. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. PP.41 -55.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Org.). **Políticas públicas e assistência social**: diálogos com as práticas psicológicas. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DEMO, Pedro. **Dureza**: Pobreza política de mulheres pobres. Campinas, SP, Autores Associados, 2005.

_____, Pedro. **Pobreza política**. 6. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, mar., 2002 p. 139-154.

DUVEEN, G. Introdução – O Poder das Ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 8 ed. Petrópolis: Vozes (Col. Psicologia Social), 2011.

EXPERT GROUP ON POVERTY STATISTICS. **Compendium on best practices in poverty measument**. Rio de Janeiro: Rio Group, 2006.

FALCÃO, T; COSTA, P.V. da; A linha de pobreza e o público-alvo do plano Brasil sem Miséria. In: BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **O Brasil sem**

miséria. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014, p.67-98.

FREITAS, Nilson Almino de. **O sabor de uma cidade: práticas cotidianas dos habitantes de Sobral.** 2005. 297 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

_____, Nilson Almino de. Mito e Poder no processo de construção da identidade. In: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2000, Porto, 2000.

FRIGOTTO, G. Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas. **Cadernos de Educação.** FaE/PPGW/UFPel. Pelotas, n.37, pp. 417-442, set/dez 2010.

FRIZZO, K.G. Diário de campo: reflexões epistemológicas e metodológicas. In: SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo (Org.). **Introdução à Psicologia Comunitária: Bases teóricas e metodológicas.** Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 169-187.

GASKELL, S.; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George *et al.* **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 470-490.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará.** Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GUERRA, A.. POCHMANN, M., SILVA, R.N. (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil: dez anos depois.** Vol.1. São Paulo: Cortez, 2014.

GUARESCHI, Pedrinho.; JOVCHELOVITCH, Sandra.; (Org.) **Textos em representações sociais.** 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUARESCHI, P. A. Representações Sociais: alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-SHCULZE, C. (org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em Representação Social.** Coletâneas da ANPEPP. Vol.1.n.10. set., 1996. P.9-35.

_____, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. **Mídia, Educação e Cidadania: Tudo o que você deve saber sobre a mídia.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____, P. A. A Categoria Excluído. **Psicologia: Ciência e Profissão.** Brasília, v.12, n.3-4, 1992.

_____, P. A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpabilização. In SAWAIA, B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____, P. A. Psicologia social e representações sociais: avanços e novas articulações. In: VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho A. **Psicologia do cotidiano: representações sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes (Col. Psicologia Social), 2007. P. 17-40.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L.R. da; Do Território às Políticas Públicas: governamento, práticas psicológicas e busca ativa no CRAS. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Org.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.91-105.

HULME, D.; SHEPHERD, A. Conceptualizing Chronic Poverty. **World Development**. Vol. 31, n.3, p.403-423, 2003.

HULME, D.; MCKAY, A. Identifying and understanding chronic poverty: beyond income measures. Manchester: **Chronic Poverty Research Center**, 2005.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, p. 30-41, nov. 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística do censo 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em 12. Out 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais**. Produzido por Sergei Suarez e Dillon Soares.2008. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4933. Acesso em 20 Dez. 2015.

JACCOUD, L. Aprendizados recentes no enfrentamento da desigualdade. In: BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014, p.635-652.

JAPIASSU, Hilton. **Ciência e Destino Humano**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura**. Tradução de Pedrinho Guareschi. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes (Col. Psicologia Social), 2011.

_____, Sandra; PRIEGO-HERNANDES, Jacqueline. **Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro**. Brasília: UNESCO, 2013.

LOPES, M.C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**. Vol. 34, n.2, maio/ago 2009, p 153-169.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução de Sônia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes (Col. Psicologia Social), 2012.

_____, Serge. **Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 8 ed. Petrópolis: Vozes (Col. Psicologia Social), 2011.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações Sociais In: STREY, Marlene Neves *et al.* **Psicologia social contemporânea: Livro-texto**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes (Col. Psicologia Social), 2012, p. 104 a 117.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In Sawaia, B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 69 – 87.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIRES, A.P. Amostragem e Pesquisa Qualitativa: Ensaio Teórico e Metodológico. In: POUPART, Jean, et al (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 p. 154-2014.

QUEIROZ, D.T, et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Rev. Enferm.UERJ**, Rio de Janeiro, vol. 15, n.2, p.276-283, 2007.

REGO, Walquiria Leão. PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROCHA, Sônia. **Transferências de renda no Brasil: O fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

_____, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROESE, A. *et al.* Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. Online **Brazilian Journal of Nursing**, vol.5, n.3, 2006. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/rt/printerFriendly/598/141>>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. P. 19- 45.

SANTOS, G.A. dos; Medo e Exclusão Social: um estudo sobre a morte, o medo dos pobres e o medo de pobres. Resumo de Tese. **Nuances**. Vol. 5, jul.1999, p. 139-140.

SANTOS, M.F.S. A Velhice na Zona Rural: Representação Social e Identidade. In: SCHULZE-NASCIMENTO, Célia Maria (Org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Florianópolis: [s.n], Coletâneas da ANPPEP, 1996.

SAWAIA, Bader. (Org.) **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes (Col. Psicologia Social), 2010.

_____, B. Identidade – Uma ideologia separatista? In SAWAIA, B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 121 – 129.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Clarilza Prado de. *et al.* **Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados**. Curitiba: Champagnat, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p.20-45.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG (Col. Humanitas), 2012.

_____, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Col. Humanitas), 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/ Editora 34, 2 ed., 2013.

THOPSON, John, B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOROSSIAN, S.D.; RIVERO, N.E. Políticas Públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. . In: CRUZ, Lílian Rodrigues da.; GUARESCHI, Neuza (Org.). **Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. P. 56-69.

VOLLMANN, William T. **Por que vocês são pobres?** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2010.

WANDERLEY, L.E.W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela, *et al.* **Desigualdade e a questão social**, São Paulo: Educ, 2013, p.61-172.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZAVALETA, D.R. (2007). The Ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators. **Working Paper 03 OPHI**. Oxford Poverty y Human Development Initiative. OPHI. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03/>